

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Programa de Pós-Graduação em Sociologia



DISSERTAÇÃO

**A silenciosa resistência da produção familiar na região fronteira
de Cerro Largo no Uruguai.**

Jimena González Ruiz

Pelotas, 2014

JIMENA GONZÁLEZ RUIZ

**A SILENCIOSA RESISTÊNCIA DA PRODUÇÃO FAMILIAR NA REGIÃO
FRONTEIRIÇA DE CERRO LARGO NO URUGUAI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Sacco dos Anjos

Pelotas, 2014

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

R934s Ruiz, Jimena González

A silenciosa resistência da produção familiar na região
fronteiriça de Cerro Largo no Uruguai / Jimena González
Ruiz ; Flávio Sacco Dos Anjos, orientador. — Pelotas, 2014.
188 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política,
Universidade Federal de Pelotas, 2014.

1. Ruralidade. 2. Produção familiar. 3. Estratégias de
reprodução social. I. Anjos, Flávio Sacco Dos, orient. II.
Título.

CDD : 307.72

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Jimena González Ruiz

A silenciosa resistência da produção familiar na região fronteiriça de Cerro Largo no Uruguai

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 19/05/2014

Banca examinadora:

Prof. Dr. Flávio Sacco Dos Anjos (Orientador)

Doutor em Sociologia pela Universidad de Córdoba, Espanha.

Prof. Dr. Diego Piñeiro Pagliere

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. William Gómez Soto

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Pedro Robertt Niz

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Aos meus pais e a meu irmão pelo constante apoio e compreensão nesta empreitada.

Ao meu companheiro Sérgio, pela amizade, inspiração e incentivo.

Aos professores que contribuíram nessa tarefa de construção do conhecimento: ao professor Pedro Robertt, a professora Nádia V. Caldas do Programa de Pós Graduação em Sistemas de Produção Agrícola- Familiar, e especialmente, ao professor Flávio Sacco a quem admiro muito pelo caráter e profissionalismo, por aceitar a minha orientação e por sua generosidade nestes dois anos de intercâmbio.

A Universidade Federal de Pelotas e ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia por ter me acolhido.

A Secretaria do Programa de Pós- Graduação em Sociologia pela boa disposição.

A CAPES pelo apoio financeiro através da bolsa, que foi essencial para minha manutenção no Brasil e para a conclusão da dissertação.

Aos produtores familiares da fronteira de Cerro Largo que me receberam com todo o carinho, e que me dedicaram momentos de sua jornada de trabalho e de vida.

GONZÁLEZ RUIZ, Jimena. **A silenciosa resistência da produção familiar na região fronteiriça de Cerro Largo no Uruguai**. 2014. 188 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

RESUMO

O trabalho analisa a dinâmica da produção familiar no Uruguai, departamento de Cerro Largo, região fronteiriça com o Brasil, por meio do estudo da organização social, econômica e cultural de estabelecimentos rurais desse gênero. A ênfase está colocada nas estratégias de reprodução social adotadas pelas famílias rurais. A pesquisa enquadra-se num contexto mais amplo, marcado pelos efeitos da modernização e mudança da estrutura produtiva do país. Entre as consequências da política agrária aplicada a partir da década de 1970 no Uruguai consta o aumento na concentração da propriedade da terra e dos meios de produção, assim como o forte declínio dos estabelecimentos rurais familiares. Consolida-se um novo setor de grandes proprietários da terra, mas permanece ativo um conjunto de explorações familiares que resistem à própria desaparecimento. Entre as diversas estratégias que os produtores familiares da fronteira de Cerro Largo lançam mão para permanecer produzindo no meio rural destacam-se: o exercício da pluriatividade, a produção para o autoconsumo, os rendimentos econômicos suplementares advindos da residência no espaço geográfico fronteiriço com o Brasil, bem como as transferências governamentais.

Palavras- chave: Ruralidade, Produção Familiar, Estratégias de Reprodução Social.

GONZÁLEZ RUIZ, Jimena. **A silenciosa resistência da produção familiar na região fronteiriça de Cerro Largo no Uruguai**. 2014. 188 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

ABSTRACT

This research analyses the dynamic of family farming in the departamento of Cerro Largo, in Uruguay, especially in the borderline region with Brazil, with the purpose of studying the social, economic and cultural organization of the family production units. The emphasis is placed on the social reproduction strategies of these family farmers. The research places in a context signed by the consequences of modernization and change of the productive structure of the country. One of the consequences of the agricultural policies applied from the decade of 1970 in Uruguay, was the increase of the land concentration, so that, of the means of production, as well as, the strong fall of the number of family farmers. It consolidates a new sector of big land's owners, but remains live, a group of family farmers that resist to the complete disappearance. Some of the diverse strategies that the family farmers use to remain living and producing in the countryside are: the exercise of pluriactivity, the practice of self-consumption, the supplementary economic profits derivatives of the residence on the borderline geographic space with Brazil, and the public policies.

Key Words: Family Farmers, Social Reproduction Strategies.

Lista de Figuras

Figura 1 Dimensões de análise do projeto de pesquisa	24
Figura 2. Mapa Ilustrativo. Transformações do setor agropecuário uruguaio no período 1990-2000	73
Figura 3. Mapa Ilustrativo. Distribuição das explorações familiares no Uruguai.....	75
Figura 4. Mapa ilustrativo. Divisão político-administrativa do Uruguai.....	80
Figura 5. Região fronteira de Cerro Largo	82
Figura 6 Mapa Ilustrativo. Faixa fronteira do departamento de Cerro Largo.....	84
Figura 7. Duas propriedades rurais na comunidade Paso de Melo: residência construída com barro e capim seco pelo próprio produtor (esquerda) e residência construída por MEVIR (direita).....	89
Figura 8. “Despencando” amendoim.	97
Figura 9 Esquerda: Reunião da associação de produtores das comunidades de La Mina e San Diego. Direita: Festa de fim de curso na Escola Nº60 de La Mina.	99
Figura 10. Paisagens predominantes nas localidades de San Diego (esquerda) e La Mina (direita).	101
Figura 11. Esquerda: Semeando amendoim com a ajuda do cavalo em Paso de Melo. Direita: Amolecendo a terra com a ajuda dos cavalos para a extração manual do amendoim em Paso de Melo.....	103
Figura 12. Esquerda: Cultivo de amendoim em Sarandí de Barcelo. Direita: Colheita do amendoim em Sarandi de Barcelo.	107
Figura 13. Esquerda: Produtor familiar cuidando de um terneiro em Paso de Melo. Direita: Criação de porcos em Cuchilla de Melo.....	109
Figura 14. Principais estratégias de reprodução da produção familiar na região fronteira do departamento de Cerro Largo.....	114
Figura 15. Fronteira Aceguá- Uruguay/ Aceguá-Brasil.	123
Figura 16. Produção de carne de ovelha e porco destinada ao autoconsumo em lares rurais de La Mina e San Diego.	130
Figura 17. Esquerda: Horta destinada ao autoconsumo em Cuchilla de Melo. Direita: Autoconstrução de casa de barro em Cañas.	130
Figura 18. Maquinária artesanal fabricada por produtor de Sarandí de Barcelo para facilitar a classificação do amendoim.	131
Figura 19. Cartaz colocado na frente do estabelecimento de um produtor familiar de San Diego.....	
Figura 20. Famílias das comunidades rurais de San Diego (esquerda) e La Mina (direita).	148

Lista de Tabelas

Tabela 1. Evolução da população uruguaia (em mil pessoas), segundo condições de domicílio (urbano/rural).	68
Tabela 2. Número de explorações e superfície explorada, segundo os rendimentos econômicos principais na faixa fronteiriça do departamento de Cerro Largo.	85
Tabela 3. Número de explorações e superfície segundo tamanho da exploração na faixa fronteiriça do departamento de Cerro Largo.	86
Tabela 4. Distribuição dos membros das explorações por sexo e por idade	91
Tabela 5. Fonte de rendas principal e secundária das explorações.	96
Tabela 6 Participação social da família na comunidade local.	99
Tabela 7 Uso do solo em hectares	100
Tabela 8. Atividades de extensão rural e/ ou informação técnica.	105
Tabela 9. Destino da Produção Agropecuária	106
Tabela 10. Produtos agrícolas mais comuns nas unidades de produção familiar destinados à comercialização	107
Tabela 11. Animais e produtos de origem animal mais comuns nas unidades de produção familiar destinados à comercialização	108
Tabela 12. Atividades não agrícolas e prestação de serviços em outras explorações	118
Tabela 13. Porcentagem das unidades de produção familiares beneficiárias das instituições públicas com programas destinados à produção familiar segundo superfície de terra explorada	139

Lista de Abreviaturas e Siglas

BM – Banco Mundial

BPS- Banco de Previsión Social

CGA – Censo General Agropecuario

CNFR – Comisión Nacional de Fomento Rural

CONEAT- Comisión Nacional de Estudio Agronómico de la Tierra

DIEA – Dirección Nacional de Estadísticas Agropecuarias

DGDR – Dirección General de Desarrollo Rural

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

INE – Instituto Nacional de Estadísticas

INC – Instituto Nacional de Colonización

MEC – Ministerio de Educación y Cultura

MEVIR–Movimiento de Erradicación de la Vivienda Rural Insalubre

MIDES – Ministerio de Desarrollo Social

MGAP – Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca

OPYPA – Oficina de Programación y Política Agropecuaria

UPF- Unidades de Produção Familiar

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1. EVIDENCIANDO O PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.1. Problema e justificativa.....	16
1.2 Objetivo Geral	19
1.3 Objetivos específicos	19
1.4 Hipóteses da Pesquisa.....	20
1.5 Procedimentos Metodológicos.	21
1.5.1 Discussão epistemológica	21
1.5.2 O objeto de pesquisa e sua delimitação.	22
1.5.3 Procedimento quantitativo: utilização de fontes estatísticas e aplicação de questionário estruturado.	25
1.5.4 Procedimento qualitativo: utilização da técnica de entrevista em profundidade.	27
2. OS ENFOQUES CLÁSSICOS SOBRE O CAMPESINATO	31
2.1 Marx e os camponeses	31
2.2 A diferenciação social do campesinato russo em Lênin.....	34
2.3 A superioridade técnica e econômica da grande exploração em Kautsky	37
2.4 Chayanov e a economia camponesa	40
2.5 Influência do pensamento marxista e chayanoviano na America Latina.	43
3. A ATUALIDADE DA DISCUSSÃO TEÓRICA: A PERMANÊNCIA DA PRODUÇÃO FAMILIAR E SUAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL	46

3.1. A produção familiar imersa no modo capitalista de produção	47
3.2. Uma questão conceitual?: Camponês/ Agricultor Familiar/Produtor Familiar.....	52
3.2.1 E no Uruguai?	55
3.3 Estratégias de reprodução social	57
4. AS PARTICULARIDADES DA PRODUÇÃO FAMILIAR NO URUGUAI.....	66
4.1 Caracterização da produção familiar no Uruguai	66
4.2 Formação do espaço social agrário no Uruguai	67
4.3 Breve histórico das políticas agrárias destinadas aos “menos favorecidos” do setor rural uruguaio.	76
5. DINÂMICA DA PRODUÇÃO FAMILIAR NA FRONTEIRA DE CERRO LARGO.....	80
5.1 Dados gerais do departamento de Cerro Largo	80
5.2. Caracterização sócio- econômica da faixa fronteiriça do departamento de Cerro Largo.	82
5.3 Caracterização da produção familiar na região fronteiriça de Cerro Largo.	87
5.4 O sistema social produtivo	88
5.5. A pluriatividade	115
5.6 O contexto fronteiriço	122
5.7. O Autoconsumo.....	127
5.8. O papel das políticas públicas.	137
5.8.1 Políticas com foco no desenvolvimento rural.	137
5.8.2. Políticas de transferência de renda.....	145
5.9. Perspectivas de futuro dos produtores familiares da região fronteiriça de Cerro Largo.	148

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS.....	161
APÊNDICE A. Questionário	169
APÊNDICE B. Roteiro de entrevista.....	183
ANEXO A. Jornal uruguaio “El Observador”: “Explotaciones agropecuarias cayeron 21,4% en 11 años”	184
ANEXO B. Jornal uruguaio “La Diaria” : “Verde Todavía”	186

APRESENTAÇÃO

Este trabalho apresenta-se como um estudo multimétodo que busca compreender, através de aspectos históricos sociais e culturais, como a produção familiar se reproduz socialmente junto às comunidades rurais do departamento de Cerro Largo no Uruguai, na região fronteira com o Brasil (mesorregião do Sudeste Rio-grandense).

A pesquisa foi impulsionada por experiências anteriores de trabalho da autora com produtores familiares dessa região, primeiramente, entre os anos 2007 e 2009, como agente de extensão rural do programa “*Uruguay Rural*” do “*Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca*” (MGAP) e, posteriormente, durante os anos 2009 e 2010, na realização de uma pesquisa no marco do programa “*Fondos Concursables*” do “*Ministerio de Educación y Cultura*” (MEC), no qual fizemos parte, atuando dentro de uma equipe multidisciplinar, por meio da qual se procurou analisar os aspectos históricos e socioculturais vinculados à produção familiar de amendoim, produto tradicional dessa região do país.

Fruto dessas atividades, percebemos a situação de exclusão a que muitos desses produtores estavam submetidos, com escassa capacidade organizativa, dificuldades de acesso a serviços básicos e de comercialização de seus produtos; inseridos num rincão do país tradicionalmente esquecido pelo Estado, em meio a um contexto maior de mudança da matriz produtiva da região, caracterizada pelo avanço de formas capitalistas de produção no meio rural. Diante de um contexto pouco favorável, os produtores familiares desenvolvem diversificadas estratégias de sobrevivência para seguir morando e produzindo no meio rural. É sobre essa realidade concreta que desenvolvemos esta pesquisa.

O trabalho é composto por cinco capítulos, além das considerações finais. No primeiro capítulo é exposto o problema de pesquisa, os objetivos e as hipóteses, assim como os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a realização do trabalho. No segundo capítulo são apresentados os aportes dos teóricos clássicos do campesinato –Marx, Lênin, Kautsky e Chayanov- e como suas contribuições foram aplicadas ao debate latino- americano. No terceiro capítulo são abordados os enfoques

teóricos atuais a respeito da produção familiar no contexto do modo de produção capitalista. O quarto capítulo é dedicado a uma análise sobre a formação do espaço social agrário no Uruguai, assim como das características que assume a produção familiar nesse país. Finalmente, no quinto capítulo, abordamos a dinâmica que adquire a produção familiar na região fronteira do departamento de Cerro Largo, tendo como base os dados e informações levantadas a campo.

1. EVIDENCIANDO O PROBLEMA DE PESQUISA

1.1. Problema e justificativa.

Examinando a literatura clássica referida ao campesinato, percebe-se a existência de duas correntes de pensamento, ao parecer, antagônicas: “campesinistas” e “descampesinistas”. Assim, segundo o enfoque marxista clássico do campesinato, encarnado em Marx, Lênin e Kautsky, considera-se a extinção desta forma social de produção como condição necessária e inexorável para o desenvolvimento do capitalismo. A única alternativa para os camponeses resultaria na aliança com o proletariado para a construção de uma nova sociedade baseada na coletivização da agricultura e dos demais meios de produção.

Desde outra perspectiva, centrada nos aspectos internos da organização da agricultura familiar, Chayanov propõe um estudo da estrutura organizacional das explorações camponesas. Para este autor o campesinato baseia-se no trabalho familiar, portanto pertencente a uma natureza distinta a da empresa capitalista. Existiria um “modo de produção camponês” do qual não fazem parte as concepções de lucros e salários. O trabalho camponês tem como finalidade a satisfação das necessidades básicas de consumo, sendo o próprio camponês quem determina o tempo e a intensidade do trabalho necessário para a reprodução social da família.

Deste modo, a discussão sobre o campesinato tem se centrado, por um lado, na possibilidade de permanência e fortalecimento da forma de produção familiar dentro do capitalismo. Por outro lado, constam as posições que asseveram a sua inevitável desaparecimento e a intensificação das relações capitalistas no campo. Conforme o pensamento de Heynig (1982), ambas posições são compatíveis dentro da realidade latino-americana, caracterizada por um campesinato que supostamente viveria processos simultâneos de “campesinização” e de “descampesinização”, dependendo das características históricas, geográficas e culturais em que esses processos se desenvolvem.

Cortés e Cuéllar (1986), por sua vez, colocam que da análise das posturas teórico-metodológicas de Lênin e Chayanov, emerge um campo compartilhado que convida à reflexão em torno à problemática e identificação empírica do campesinato, permitindo, assim, analisar o significado do desenvolvimento capitalista na agricultura e recuperar o vínculo entre os níveis estrutural e o superestrutural das sociedades contemporâneas.

Partindo desse campo teórico “compartilhado”, entendemos que o estudo da organização social, econômica e cultural das unidades produtivas familiares da região fronteira de Cerro Largo, assim como das diferentes estratégias que estes produtores lançam mão para assegurar a sua sobrevivência, não pode estar isento da compreensão do contexto econômico capitalista que as enquadra e dá significado às mesmas.

A pesquisa enquadra-se num contexto mais amplo, marcado pela mudança da estrutura produtiva do país, que começou nas três últimas décadas do século XX, no qual as políticas aplicadas pelo Estado favoreceram a abertura dos mercados e a importação de alimentos, afetando setores tradicionais da economia nacional. Paralelamente, cresce a necessidade de aumento da produtividade em alguns ramos específicos da produção agropecuária com vistas ao incremento das exportações (pecuária de corte, laticínios, citricultura). Ao longo do período são introduzidos, por uma parte, novos cultivos como o florestal (eucalipto e pinus) que passam a ocupar áreas anteriormente destinadas à pecuária. Por outra parte, o importante aumento da superfície cultivada de soja - principalmente, em mãos de capitais estrangeiros-, configura um panorama pouco alentador para o desenvolvimento da produção familiar.

Colocada em condições de absoluta desvantagem com as explorações maiores e com a importação de alimentos, a produção familiar começou um processo de desintegração gradual que tem alimentado o êxodo rural-urbano.

Por meio deste estudo buscou-se evidenciar os traços que identificam a produção familiar desta determinada região do Uruguai. Nesse sentido, cabe indagar: em que grau a reprodução social destes agricultores familiares está efetivamente ameaçada? O que eles fazem para resistir à própria desapareição? Eis aqui as duas principais perguntas que tratamos de responder com a realização desta pesquisa.

Procurou-se, então, contribuir a uma maior compreensão das condições de existência da produção familiar na região. O foco está posto nos impactos provocados pelas mudanças acontecidas no meio rural, na vida, na cultura e nas formas de organização desses produtores familiares. O trabalho visa gerar conhecimentos que enriqueçam o material disponível sobre a questão agrária uruguaia, centrando sua mirada sobre uma região do país pouco pesquisada pelas ciências sociais. Boa parte da sociedade uruguaia, de forte perfil urbano, parece pouco sensível a algumas das dimensões imateriais da atividade agrícola, assim, o rápido e intenso processo de esvaziamento populacional dos espaços rurais tem sido ofuscado pelo aumento vertiginoso das toneladas de alimentos e matérias primas produzidas. Deste modo, concordando com Wanderley (2003 a, p.14) é preciso “ajudar a fazer emergir a consciência sobre a ampla e diversificada contribuição dos agricultores para o dinamismo da sociedade”.

Por outro lado, tendo em conta que nos últimos anos surgiram políticas públicas de corte territorial, com foco no desenvolvimento rural e no apoio à agricultura familiar, consideramos que o conhecimento do comportamento desses produtores familiares é peça fundamental no que afeta à elaboração de políticas consoantes com os inúmeros desafios que se apresentam na atualidade. Finalmente, a pesquisa também aponta no sentido de gerar informação sobre os modos de vida e comportamento dos grupos humanos nos espaços rurais fronteiriços.

1.2 Objetivo Geral

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a dinâmica da produção familiar na região fronteira do departamento de Cerro Largo, numa zona precisa adjacente ao Brasil (nas comunidades rurais de Puntas de la Mina, La Mina, Cuchilla de Melo San Diego, Paso de Melo, Cañas, Sarandí de Barcelo e La Coronilla), abordando os aspectos da organização social, econômica e cultural das unidades produtivas familiares. Deste modo, buscar-se-á identificar o perfil dos produtores e compreender a organização interna destas explorações, assim como as relações externas que estabelecem, analisando, destarte, a origem e a importância das diferentes fontes de renda. Trata-se, portanto, de investigar acerca das diferentes estratégias de reprodução social adotadas por estas famílias, bem como de identificar obstáculos e possibilidades decorrentes do ambiente social e econômico em que se encontram inseridas.

1.3 Objetivos específicos

- a) Caracterizar a produção familiar na região fronteira do departamento de Cerro Largo, do ponto de vista da composição familiar (dinâmica demográfica), uso e posse da terra, sucessão hereditária, formas de organização do trabalho, de acesso aos mercados, estrutura de ingresso econômico (agrícola e não agrícola).
- b) Analisar as práticas de autoconsumo, assim como da venda da força de trabalho, e de como estas duas atividades se vinculam com as estratégias de reprodução social dessas famílias.
- c) Examinar a influência que a fronteira limítrofe com o Brasil exerce do ponto de vista da natureza das estratégias de sobrevivência adotadas por estas famílias.

1.4 Hipóteses da Pesquisa

- a) A reprodução social da produção familiar nessa região do Uruguai se enfrenta a um cenário de crescentes limitações. Num curto prazo, emergem obstáculos relativos ao acesso a terras, derivado da importante valorização das mesmas, da falta de serviços básicos no meio rural e de dificuldades de acesso aos mercados, obrigando os produtores familiares a migrar para as cidades próximas. No longo prazo, o elevado grau de envelhecimento desta população, somado à inexistência de uma política consistente de acesso à terra, traduz-se numa falta de reposição populacional, ameaçando a permanência das famílias nesta parte do país.
- b) As novas políticas públicas de “desenvolvimento rural” concebidas pelo governo uruguaio nos últimos cinco anos, apresentam uma baixa incidência para reverter o processo de desintegração da produção familiar.
- c) O grau de isolamento e as dificuldades de acesso aos mercados fazem com que as famílias adotem estratégias pluriativas, sobretudo o exercício de trabalho eventual, o comércio e outras atividades que a proximidade com o Brasil propícia, com vistas a assegurar a sobrevivência do núcleo familiar.
- d) A permanência de muitas famílias no meio rural é possível graças aos ingressos provenientes da assistência social (e.g. aposentadorias, pensões, “*Asignaciones Familiares*”, e “*Tarjeta Uruguay Social*”). Tais apoios estatais amenizam a precariedade dos ativos produtivos possibilitando o atendimento das necessidades básicas das famílias.

1.5 Procedimentos Metodológicos.

1.5.1 Discussão epistemológica

É preciso ser consciente e crítica respeito dos pressupostos epistemológicos subjacentes aos objetos de pesquisa. Deste modo, percebemos que existe uma pré-construção social do nosso objeto de estudo:

por pré-construção busca-se dizer que o objeto foi concebido por um trabalho do espírito, ou criado por meio de instituições e de práticas sociais, de uma determinada maneira anterior a que o pesquisador empreende sua pesquisa sobre esse objeto (PIRES, 2010, p59) .

O termo “produtor familiar” vem sendo usado recentemente no Uruguai. Nesse país, a nova política de desenvolvimento rural executada pelo Estado vem sendo pautada pela construção desse conceito, no afã de homogeneizar, delimitar e quantificar os produtores familiares, tendo em vista o foco na aplicação de políticas dirigidas a este setor específico da população rural.

Em julho de 2008, mediante resolução do “*Ministerio de Ganaderia, Agricultura y Pesca*” (MGAP), consideram-se “produtores familiares”, aquelas pessoas físicas que apresentam as seguintes características:

- a) Realizar as atividades agropecuárias com a colaboração de, no máximo, dois assalariados permanentes ou o equivalente a 500 jornadas de trabalho de safra.
- b) Explorar até 500 hectares, (índice CONEAT¹ 100), sob qualquer termo ou condição.
- c) Obter seu ingresso econômico principal a partir do trabalho na exploração.
- d) Residir na exploração ou em uma localidade situada a uma distância não superior a 50 km da mesma. (MGAP, 2008).

¹ Que é o Índice CONEAT? A lei uruguaia Nº 13.695 (artigos 65, 66, 67 e 68), do ano 1968, instituiu a “*Comisión Nacional de Estudio Agronómico de la Tierra*” (CONEAT), estabelecendo como sua principal função, a definição de uma normativa técnica que fizesse possível determinar a capacidade produtiva das explorações rurais do país. Os chamados “Grupos de Solos CONEAT” constituem áreas homogêneas definidas por sua capacidade produtiva em termos de produção de carne (bovina e ovina) e de lã. Essa capacidade é expressa por meio de um índice relativo à capacidade produtiva média do país, a qual corresponde o índice CONEAT 100. São definidos 188 “Grupos de Solos CONEAT” na totalidade do território uruguaio, com índices de produtividade de 0 a 263.

Assim, se bem consideremos que esta pré-construção social do objeto colaborou com a identificação dos produtores familiares no momento da realização do trabalho de campo, acreditamos que a mesma, não atuou como obstáculo à nossa maneira de apreendê-lo cientificamente. Interessava saber, não tanto como eles são concebidos pelas instituições, mas o modo como eles se identificam (embora acreditemos que o modo com que as instituições os percebem, de certa maneira, influi na construção da própria identidade). Deste modo, segundo Pires (2010), o papel das descobertas em ciências sociais consiste, geralmente, em desmistificar aqueles discursos justificadores das práticas institucionais, questionando, tanto as falsas certezas, quanto as leituras espontâneas do social.

Prendemos então, desmitificar a categoria social, supostamente homogênea, relativa aos chamados “produtores familiares”. Isso passa, entre outros aspectos por outorgar-lhes a palavra. Desse modo, chegar-se-ia a uma compreensão, conforme Bourdieu (1998), “genérica e genética”, das condições sociais nas quais esses produtores familiares são produto e, por sua vez, produzem, em meio à existência de um espaço social rural de fronteira.

1.5.2 O objeto de pesquisa e sua delimitação.

Trata-se de um estudo multimétodo relativo a um conjunto de pequenas comunidades rurais geograficamente delimitadas (Puntas de la Mina, La Mina, Cuchilla de Melo, San Diego, Paso de Melo, Cañas, Sarandí de Barcelo e La Coronilla) situadas no departamento de Cerro Largo, na região centro-oriental uruguaia, fronteira sul do Brasil, em que nos propusemos a examinar a organização e dinâmica da produção familiar. O enfoque multimétodo é considerado uma estratégia na qual são considerados dois o mais procedimentos para a abordagem do objeto de pesquisa. Uma das razões para a utilização desta opção de pesquisa é sua flexibilidade para se adaptar às demandas de compreensão e de explicação de uma realidade multidimensional e complexa (RUIZ, 2008). Assim, como detalharemos a continuação, foram utilizadas metodologias e técnicas tanto qualitativas como quantitativas, para a coleta dos dados e para a análise.

Para Schneider (2003), é no âmbito das famílias rurais que se debate e se organiza a inserção produtiva e social de seus membros, sendo em função desse referencial que se estabelecem as estratégias que visam assegurar a reprodução do grupo familiar.

Nesse sentido, a unidade metodológica de análise da pesquisa será a família dentro das unidades de produção familiar (UPF), a qual é assumida como sendo:

aquele grupo social que compartilha um mesmo espaço e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra para cultivo agrícola. Está ligada por laços de parentesco e consanguinidade (filiação), podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção) (SCHNEIDER, 2003, p.116).

Se bem a unidade de análise será a família, tal como indica a Figura 1, as UPF da região fronteira de Cerro Largo acham-se inseridas num contexto social, político e econômico maior. É em decorrência da interação entre os níveis macro, meso e micro que derivam iniciativas e ações dos indivíduos e das famílias para fazer frente às diversas vicissitudes. Deste modo, embora nossa pesquisa esteja centrada na análise do nível micro, é indispensável não perder de vista os determinantes macros (econômicos, sociais e institucionais) que o condicionam.



Figura 1 Dimensões de análise do projeto de pesquisa

Fonte: Adaptação de Piñeiro, 1983.

Com o objetivo de operacionalização do termo “família rural”, foi adotada a indicação de Schneider (2003, p. 115), que propõe a subdivisão do conceito em “unidades familiares de produção” e “grupos domésticos” com a finalidade de analisar e entender melhor as relações sociais que ocorrem nas dimensões básicas de “trabalho” e “sociabilidade”. Por sua vez, tomou-se como referência o relatório da pesquisa AFDLP coordenada por Sacco dos Anjos (2003), o qual resulta igualmente importante, na apreciação de outras características que assumem as famílias rurais que compõem a chamada “agricultura familiar”. Essas características apontam para a identificação da agricultura familiar como “unidades de residência”, característica que faz com que os indivíduos que pertencem a uma mesma família compartilhem o local de morada; e também a identificação da agricultura familiar como “unidades de consumo”,

entendendo-se famílias que produzem e trabalham em regime de economia familiar, onde todos os membros a ela pertencentes trabalham ajudando a viabilizar o sustento alimentar e material do grupo. (p.20). A consideração destas características foi de proveito no momento de identificar a produção familiar durante a realização do trabalho de campo.

No que se refere à abordagem do nosso objeto de estudo, optou-se pela estratégia de “triangulação inter- metodológica”, entendida como a combinação de metodologias quantitativas e qualitativas para o estudo de um mesmo fenômeno. Segundo Vasilachis de Gialdino (2006), uma das principais vantagens da triangulação, é que a mesma possibilita superar as desvantagens da aplicação de uma determinada técnica, com o qual, “las debilidades de cada método individual van a ser compensadas por la fortaleza contra balanceadora del outro” (p.67)

1.5.3 Procedimento quantitativo: utilização de fontes estatísticas e aplicação de questionário estruturado.

Primeiramente, consideramos necessária a utilização de fontes estatísticas com o objetivo de realizar uma caracterização social e econômica do território fronteiriço do departamento de Cerro Largo. Foram utilizados os dados do último Censo de População realizado no Uruguai no ano 2011 pelo “Instituto Nacional de Estadísticas” e os dados do Censo Agropecuário realizado no ano 2000 pelo “Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca” (MGAP).

Em segundo lugar, avaliamos como adequada a aplicação de um questionário estruturado, como forma de realizar uma caracterização da produção familiar nessa região, assim como para medir determinadas variáveis deste grupo social. O objetivo foi reunir um conjunto de informações socioeconômicas que nos permitissem compreender a realidade destas explorações (tipos de produções, forma de trabalho disponível, composição de rendas agrícolas e não agrícolas, variáveis demográficas – idade, sexo, composição familiar etc.), com a finalidade de evidenciar as particularidades que assume a produção familiar nesta determinada região do Uruguai.

Aceitou-se o pressuposto de que as relações que os produtores familiares estabelecem, em face das transformações que estão acontecendo no meio rural, variariam de acordo com as características de cada unidade familiar. Assim, o questionário, permite, segundo Briones (1996), “mostrar la distribución de los fenómenos estudiados, en una cierta población” (p.50)². Neste sentido, a ferramenta do questionário possibilita a descrição das distintas estratégias adotadas pelas famílias rurais para viabilizar sua reprodução social, bem como observar como estas estratégias se distribuem num determinado universo estatístico conformado pelos produtores familiares da região fronteira do departamento de Cerro Largo.

O questionário que serviu de referência para a realização de nosso estudo (Ver Apêndice A) foi concebido a partir do que foi utilizado na pesquisa “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Rio Grande do Sul: A emergência de uma nova ruralidade”, coordenada pelo professor Flávio Sacco dos Anjos, e levada a cabo entre os anos 2001 e 2004. Trata-se de um questionário estruturado considerado de utilidade ao estudo das interações da agricultura familiar com o ambiente social e econômico em que se acha inserida. Os eixos fundamentais que nortearam a elaboração deste questionário foram os seguintes: caracterização da família, dos fatores de produção (terra, capital e trabalho), dos processos de produção, informações sobre o valor gerado, caracterização do território e do ambiente social e econômico, assim como, as relações da agricultura familiar com as políticas públicas. (AFDLP, 2003, p.15)

Embora esse questionário servisse de modelo, considerou-se necessária a adaptação do mesmo, de acordo com os aspectos sociais, políticos e econômicos da realidade uruguaia, assim como em virtude da relevância de temas específicos para os objetivos da nossa pesquisa, como por exemplo, a “questão da fronteira” como elemento especial a se ter presente na compreensão das particularidades que assumem as estratégias de reprodução social dos produtores familiares dessa região do país.

² Segundo Briones (1996), na pesquisa descritiva, a amostra deve apresentar uma composição heterogênea para possibilitar a agrupação em categorias, sendo, deste modo, factível a distinção das variações dos efeitos de determinados fenômenos num universo estatístico dado.

As informações disponibilizadas no Uruguai através dos Censos Agropecuários realizados pela DIEA- MGAP e dos Censos Demográficos realizados pelo INE não possibilitam saber, com precisão o número de unidades produtivas familiares existentes nas localidades pesquisadas³. Deste modo, não foi possível considerar a realização de uma amostra com critério estatístico para a aplicação do questionário. Igualmente considerou-se importante a aplicação desta técnica devido a sua fortaleza para a caracterização de grupos humanos.

Assim, foram aplicados 40 questionários estruturados em unidades de produção familiar das comunidades rurais de Puntas de la Mina, La Mina, Cuchilla de Melo, San Diego, Paso de Melo, Cañas, Sarandí de Barcelo e La Coronilla. Pelo fato de tratar-se de um tipo de pesquisa não probabilística, para a escolha dos informantes, utilizou-se a técnica de amostragem denominada “bola de neve” - *snowball sampling*- (GOODMAN, 1961). Com efeito, partiu-se de entrevistas com aquelas pessoas com as quais já tínhamos um contato prévio, sendo que esses entrevistados nos foram indicando um ou mais possíveis produtores familiares que, ao final, compuseram a amostra.

1.5.4 Procedimento qualitativo: utilização da técnica de entrevista em profundidade.

Considera-se que o questionário –enquanto ferramenta metodológica- possibilita abarcar uma ampla gama de questões numa mesma investigação, facilitando a comparação e a generalização dos resultados. Todavia, não assegura o estudo da causalidade dos fenômenos. Para os efeitos de nossa pesquisa é também importante compreender o significado que este grupo de produtores familiares outorga às suas ações no sentido “weberiano” do termo. Assim, em segundo lugar, optou-se por uma

³ A definição de “população rural” utilizada pelo “Instituto Nacional de Estatística” não contempla aqueles produtores familiares que residem em localidades próximas das explorações (até 50 km das mesmas), os quais, muitas vezes, são arrendatários. Por sua vez, a definição de “população rural” utilizada pelos Censos Agropecuários do “Ministerio de Ganaderia, Agricultura e Pesca”, além de não contemplar aqueles produtores familiares que residem em localidades próximas, também não incluem aquelas explorações familiares mais fragilizadas, menores que 1 hectare, assim como aquelas com práticas destinadas, na totalidade, ao autoconsumo. Por sua vez, os últimos dados do Censo Agropecuário são de 2000, pois ainda não foram disponibilizados os dados finais do último censo realizado em 2011. Somado a isso, nenhuma das instituições disponibiliza os dados de “população rural” discriminados segundo as comunidades rurais pesquisadas. Isto se deve a que as mesmas possuem uma população territorialmente dispersa, e não existe consenso público a respeito da delimitação geográfica precisa entre elas. Tais comunidades são comumente chamadas de “parajes” no Uruguai.

orientação de caráter qualitativo. A perspectiva qualitativa recolhe as vozes dos protagonistas, interesando-se “por la forma en la que el mundo es comprendido, experimentado, producido, por el contexto y por los procesos; por la perspectiva de los participantes, por sus sentidos, por sus significados, por su experiencia, por su conocimiento, por su relatos” (VASILACHIS DE GIALDINO, 2006, p. 27-28). Esse tipo de enfoque visa incluir aqueles atores sociais sobre os quais geralmente se fala, mas não se lhes permite falar. Através da construção dos testemunhos, os produtores familiares colocam sua experiência da esfera privada à pública, constituindo-se numa oportunidade para que eles construam uma perspectiva própria, sobre si mesmos e o mundo, assim como uma oportunidade para que sejam ouvidos e possam se explicar.

A valoração da perspectiva dos participantes é necessária para compreender como estes atores percebem: o território no qual habitam, as mudanças acontecidas nas últimas décadas, o seu lugar atual nesse território e suas estratégias de sobrevivência; questões estas que se encontram vinculadas à resposta para perguntas ligadas ao “como” e o “porque” e o universo dos significados.

Outra das virtudes da pesquisa qualitativa é no sentido de ampliar as teorias existentes, “descobrir o novo” e desenvolver teorias fundamentadas empiricamente. Nesse contexto, a partir da pesquisa pretendemos compreender as lógicas organizativas de um grupo determinado de produtores familiares, numa região rural tradicionalmente caracterizada pela existência de grandes extensões de terra dedicadas à pecuária extensiva, diante de consequências adversas advindas das mudanças econômicas e sociais acontecidas nos últimos tempos, num país onde as práticas dos produtores familiares têm permanecido, em certa medida, pouco visíveis.

Segundo Denzin e Lincoln (apud VASILACHIS DE GIALDINO, 2006), a investigação qualitativa é naturalista e interpretativa. Os pesquisadores deverão indagar em situações naturais, tentando dar sentido ao interpretar os fenômenos em termos do significado que as pessoas lhes dão. Nesse contexto, “la fuerza particular de la investigación cualitativa es su habilidad para centrarse en la práctica real *in situ*, observando cómo las interacciones son realizadas rutinariamente” (VASILACHIS DE GIALDINO, 2006, p. 26). De tal modo, este tipo de pesquisa supôs um processo de imersão na vida cotidiana da situação de estudo. Assim, os dados foram coletados no

meio rural, no lugar vivenciado pelos produtores, assim como durante a realização de suas tarefas rurais diárias.

Segundo Jean Poupart (2010), a entrevista de tipo qualitativo se imporia dentre as “ferramentas de informação” capazes de elucidar as realidades sociais, mas, principalmente, por constituir um instrumento privilegiado de acesso à experiência dos atores. Neste sentido, a aplicação da entrevista qualitativa possibilitou conhecer internamente os dilemas enfrentados pelos produtores familiares.

Ainda, segundo Poupart (2010), a entrevista qualitativa seria “necessária, uma vez que uma exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais é considerada indispensável para uma exata apreensão e compreensão das condutas sociais” (p. 216). No caso que nos compete analisar, a exploração em profundidade da perspectiva dos atores resultou imperativa devido à carência de registros ou estudos acadêmicos a respeito das condições sociais e históricas da produção familiar nessa região do país⁴.

Dentre os diferentes estilos de entrevistas, consta a de natureza “semiestruturada”, definida por Alonso (1998, p.87), como:

aquella guiada por un conjunto de preguntas y cuestiones básicas a explorar, sin establecer un orden estricto en las mismas. De esta forma entrevistador y entrevistado establecen un diálogo fluido en donde se pone en juego las expectativas explícitas que ambos tienen, permitiendo al investigador y al entrevistado mantener una conversación semi-pautada.

Nossa escolha recaiu sobre esse tipo de entrevista, havendo sido elaborado um roteiro prévio com as questões de interesse. (Ver apêndice B).

Realizamos 18 entrevistas em profundidade com produtores familiares das comunidades rurais de La Mina, San Diego, Cuchilla de Melo, Paso de Melo, Sarandí de Barcelo e La Coronilla. Do mesmo modo que no caso do questionário estruturado, começamos entrevistando aqueles produtores com os quais tivemos um contato prévio,

⁴ Poupart (2010) oferece um outro tipo de argumento de natureza ética e política, que justificaria a utilização da entrevista qualitativa, tendo em vista que ela é vista como “um instrumento privilegiado para denunciar, os preconceitos sociais, as práticas discriminatórias ou de exclusão, e as iniquidades, de que podem se tornar objeto certos grupos considerados como diferentes desviantes ou marginais” (p.220). Desde este ponto de vista, outorgou-se a palavra aos produtores familiares - atores sociais marginais num país fortemente urbanizado- compensando, assim, sua falta de poder e de voz na sociedade uruguaia.

valendo-nos da experiência laboral na região da pesquisa, sendo que posteriormente esses produtores iniciais nos foram apresentando a outros e assim sucessivamente. Influuiu, na escolha dos entrevistados, a disponibilidade manifestada pelos produtores. Além dos produtores familiares, realizamos três entrevistas com “informantes qualificados”, entre os quais, professores de educação inicial que trabalham nas escolas das comunidades de La Mina, San Diego e La Coronilla, que devido à sua inserção junto às comunidades, possuem também, uma visão global do contexto social e econômico da região.

Quanto ao uso de equipamentos na realização do trabalho de campo, destacam-se: o gravador para registrar as entrevistas (registro falado) e a máquina fotográfica (registro visual) para captar as impressões sobre o meio rural e sobre as famílias. Também utilizou-se uma caderneta de campo na qual fizemos constar um relatório diário das impressões e da experiência vivida junto às comunidades. As incursões a campo, para a aplicação dos questionários e a realização das entrevistas em profundidade, foram feitas entre os meses de agosto e dezembro de 2013. As entrevistas realizadas foram transcritas e sistematizadas através do software MAX QDA – *Qualitative Data Analysis*- o qual nos auxiliou na análise dos dados e da informação coletada.

Também foram utilizadas na análise, três entrevistas qualitativas realizadas no ano 2009, assim como fotografias, tanto do arquivo da pesquisa “*Maní caliente, manee: una mirada interdisciplinaria a la producción de maní en Cerro Largo*” (APUD et al, MEC, 2010), da qual fizemos parte da equipe de investigação, quanto do acervo pessoal da autora fruto do trabalho técnico realizado no Programa “*Uruguay Rural*” do “*Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca*”. Tanto as fotografias quanto as entrevistas foram feitas em comunidades rurais da região fronteira de Cerro Largo, especificamente em Sarandí de Barcelo, La Mina, San Diego, Paso de Melo, Isidoro Noblía e Cañas.

2. OS ENFOQUES CLÁSSICOS SOBRE O CAMPESINATO

Torna-se necessário fazer uma discussão ampla acerca do caráter social da agricultura na sociedade contemporânea, a partir das grandes vertentes teóricas que exploram a questão do futuro do campesinato sob o modo de produção capitalista e a emergência do que se veio a chamar “agricultura familiar”.

A questão do campesinato e sua inserção no modo de produção capitalista tem sido objeto de longas e fundamentadas discussões desde o século XIX até nossos dias. Esta reflexão remete a autores clássicos como Marx, Lênin, Kautsky e Chayanov, os quais se encontram entre os principais referenciais teóricos. Entretanto, Marx, Lênin e Kautsky reafirmam a tese central de que o campesinato atravessaria um processo de desintegração em paralelo com a penetração do capitalismo no campo, Chayanov, por sua vez, não se identifica com essa premissa. A ênfase de Chayanov, não estará colocada no processo de diferenciação social, senão no processo de reprodução das unidades de produção camponesas, centrando sua análise, na relação entre o consumo familiar e o trabalho.

A próxima subseção é dedicada a resgatar certos elementos acerca dos enfoques clássicos. Tal decisão implica riscos, tendo em vista a possibilidade de redundar numa construção demasiadamente esquemática do pensamento destes autores. No entanto, acreditamos que a partir destas análises, é possível convergir na identificação de algumas linhas de força essenciais ao marco de nossa pesquisa, tais como os pressupostos basilares requeridos para explicar as particularidades do modo de produção capitalista, assim como, as características do processo de trabalho no interior das unidades de produção familiares.

2.1 Marx e os camponeses

É preciso mencionar que Karl Marx (1818-1883) não se dedicou especificamente a estudar o campesinato como classe social do ponto de vista de sua inserção no capitalismo. Seu objeto de estudo foi a dinâmica transformadora da

economia sob o capitalismo. Por esse motivo, em sua obra encontram-se abordagens parciais e não específicas a respeito do destino camponês.

Segundo Abramovay (1992), não é possível encontrar na estrutura de “O Capital” um conceito de camponês; além disso, é impossível encontrar uma questão agrária, em termos explícitos, na totalidade dos escritos de Marx. Não obstante, seus estudos sugerem que, face à natureza do processo produtivo na agricultura, a pequena produção mostrar-se-ia incompatível com as exigências do modo de produção capitalista.

Uma das abordagens mais difundidas ao respeito do campesinato em Marx encontra-se no livro “O 18 Brumário de Luis Bonaparte” (1852), onde o autor critica o papel desempenhado pelos camponeses franceses no período que levou ao golpe de estado de Luis Bonaparte em 1851 impulsionado pela burguesia francesa. O autor refere-se aos camponeses da seguinte maneira:

Los campesinos parcelarios forman una masa inmensa, cuyos individuos viven en idéntica situación, pero sin que entre ellos existan muchas relaciones (...). Cada familia campesina se basta, sobre poco más o menos, a sí misma, produce directamente ella misma la mayor parte de lo que consume y obtiene así sus materiales de existencia más bien en intercambio con la naturaleza que en contacto con la sociedad. La parcela, el campesino y su familia; y al lado, otra parcela, otro campesino y otra familia. Unas cuantas unidades de ésta forman una aldea, y unas cuantas aldeas, un departamento. Así se forma la gran masa de la nación francesa, por la simple suma de unidades del mismo nombre, al modo como, por ejemplo, las patatas de un saco forman un saco de patatas (...) Por cuanto existe entre los campesinos parcelarios una articulación puramente local y la identidad de sus intereses no engendra entre ellos ninguna comunidad, ninguna unión nacional y ninguna organización política, no forman una clase. (MARX, 2003, p.115-116)

Segundo esta descrição, os camponeses aparecem como detentores de um caráter arcaico, conservador, sem capacidade de se constituir enquanto classe, sendo incapazes, portanto, de realizar por conta própria ações que visem à transformação sociopolítica. Mas é preciso colocar que esta abordagem não está isenta de controvérsia: é plausível tomá-la como uma interpretação de caráter universal e generalizá-la ao resto do campesinato mundial, ou deve ser analisada como uma apreciação concreta de uma situação histórica particular?

Posteriormente em “O Capital” (1867), e considerando o “caso inglês” como arquetípico e referente fundamental, Marx refere-se ao processo histórico que engendra

o capitalismo em função da chamada “acumulação primitiva”. A expressão em destaque designa o processo histórico de dissociação entre o produtor e os meios de produção, e, portanto constitui a base de todo o processo de expropriação que priva de sua terra ao camponês. Uma das condições históricas do capital é a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação. Isto significa que o trabalhador deve ser separado da terra “*enquanto seu laboratório natural*” (Marx, 1985). Deste modo, para Marx, a pequena produção de mercadorias constituía-se na pré-história imediata do capitalismo.

A propriedade da terra inclui a propriedade das matérias primas e a do instrumento original de trabalho, o solo, e também, a de seus frutos espontâneos. Na forma mais original, isto significa que o indivíduo considera o solo como lhe pertencendo e nele encontra sua matéria prima, instrumentos e meios de subsistência não criados pelo próprio trabalho mas pela própria terra. Uma vez que esta relação seja reproduzida, instrumentos secundários e os frutos da terra produzidos pelo trabalho surgem, imediatamente, incluídos na forma primitiva de propriedade da terra. Esta situação histórica é a que, em primeiro lugar, é negada pela relação de propriedade mais completa implícita na relação do trabalhador com as condições de trabalho como capital. Esta é a situação histórica Nº1, negada no novo relacionamento, ou pressuposta como tendo sido dissolvida pela história (MARX, 1985, p. 93- 94)

A economia camponesa seria, então, uma economia mercantil, baseada na circulação simples de mercadorias, ou seja, o processo de vender para comprar, tendo como finalidade a satisfação de necessidades básicas. Enquanto a pequena produção de mercadorias é caracterizada pela unidade do trabalho e do capital e, portanto, não há exploração de classe, a produção capitalista, por seu turno, se efetiva através da separação entre o trabalho e o capital. O próprio trabalho torna-se, então, uma mercadoria a ser adquirida como fator de produção.

A respeito disso, Mann e Dickinson (1987) indicam que dentro da pequena burguesia, a luta competitiva visando a venda de mercadorias no mercado, resultava em diferentes taxas de acumulação entre os próprios pequenos produtores, de tal sorte que a expansão da produção, em algumas poucas unidades, significava a proletarianização da maioria. Isto pressupõe que a unidade entre trabalho e capital desaparece, resultando em duas classes antagônicas (burguesia e proletariado).

Dado que os camponeses combinam num só grupo social estas duas categorias básicas da sociedade, a única alternativa para os mesmos resultaria de sua

aliança com o proletariado, caso contrário seriam eles substituídos por grandes unidades de produção capitalista.

Mann e Dickinson (1987), a partir da análise de “O Capital”, advertem que a tendência à diferenciação de classe foi acelerada em casos nos quais a pequena produção de mercadorias subsiste sob o modo de produção capitalista hegemônico. Nestas circunstâncias, as mercadorias produzidas pelas formas de produção não capitalistas, como é o caso da agricultura familiar, se enfrentam ao ambiente típico do capitalismo. Mas, a competição força o capitalista, constantemente, a revolucionar os meios de produção como meio de reduzir o total de trabalho socialmente necessário requerido à produção, baixando assim o valor das mercadorias produzidas. “É neste sentido que Marx falou das mercadorias baratas como sendo a ‘artilharia pesada com a qual o capitalismo destrói todas as muralhas chinesas’ e a produção capitalista em geral como tendo um ‘efeito desintegrador em todas as formas de produção anteriores’” (MANN e DICKINSON, 1987, p. 11).

Deste modo, o campesinato seria um resíduo de um modo de produção anterior ao capitalismo, e estaria predestinado ao desaparecimento, já que para o desenvolvimento pleno do capitalismo é preciso a extinção desta forma de produção agrícola que, não produzindo lucro, não conseguiria se sustentar dentro deste regime econômico.

2.2 A diferenciação social do campesinato russo em Lênin

Por sua parte, Vladimir Lênin (1870-1924) buscou demonstrar que a análise de Marx poderia ser generalizada à agricultura desde seus primeiros trabalhos de 1893, culminando com o clássico “Desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, publicado em 1899. Lênin, então, retoma a linha de análise marxiana, porém, num contexto específico de transição política e social de caráter socialista: a Revolução Russa. Assim, segundo Abramovay (1992), fora deste contexto político não é possível compreender o traço

básico do pensamento agrário de Lênin. Aos enfrentamentos com os populistas⁵ num ambiente convulsionado politicamente, é essencial acrescentar o objetivo de identificar, dentre aqueles setores mais miseráveis do campesinato, as bases para estabelecer a aliança com o movimento operário. Neste sentido, as unidades de produção camponesas desempenhariam um papel ativo na transição ao capitalismo⁶, de tal modo a desapareção do campesinato como uma “questão de tempo”, é o centro de uma estratégia de ação e de luta pela transformação social.

Em o *“Desenvolvimento do capitalismo na Rússia”* o autor fundamenta sua teoria num conjunto significativo de dados estatísticos sobre a realidade agrícola desse país⁷. Indicou que a sociedade agrária russa vivenciava um aprofundado desenvolvimento capitalista. O capitalismo eliminou a estagnação agrícola russa, impulsionando transformações técnicas e o desenvolvimento das forças produtivas. Assim a agricultura se especializa adquirindo um caráter mercantil. A terra, base da agricultura, é transformada em mercadoria. Assim:

⁵ Chama-se populismo ou narodnismo russo ao movimento intelectual e político, surgido naquele país na década de 1860. Apesar da diversidade do movimento, alguns rasgos que o caracterizam são: a rejeição à expansão do capitalismo e o desejo de uma sociedade socialista sem a descomposição do campesinato. Para Lênin, os populistas não valoram suficientemente as profundas contradições do capitalismo russo. Eles acreditavam que o capitalismo tinha poucas chances de prosperar na Rússia, dada a ruína em que se achavam os camponeses, mas segundo o autor, a pobreza não era incompatível com o surgimento de um mercado interno que permitisse o avanço capitalista. Assim, em comparação com os camponeses médios, o proletariado rural consome produtos de pior qualidade, mas compra em maior quantidade. Entretanto a burguesia rural cria mercado por um duplo caminho: por conta da compra dos meios de produção dos grandes proprietários e do campesinato em ruína, e por outro lado, se incrementa o consumo pessoal como resultado da ampliação da demanda desta nova classe (Lênin, 1972).

⁶ Respeito da teoria marxista, Lênin (1972) argumentava o seguinte” en nuestras obras se comprende a menudo con excesiva rigidez la tesis teórica de que el capitalismo requiere un obrero libre, sin tierra. Eso es del todo justo como tendencia fundamental, pero en la agricultura el capitalismo penetra con especial lentitud y a través de formas extraordinariamente diversas”(p 165)

⁷ Lênin usou as estatísticas elaboradas pelos “zemstvos” (unidades administrativas criadas em 1864 com a finalidade de levar adiante as reformas decorrentes da abolição da servidão em 1861). Para isso se fez necessário recensear a população no intuito de lançar um vasto programa de pesquisa estatística sobre a problemática da economia camponesa. Os dados disponíveis referiam-se à quantificação das unidades de produção agrícolas, população, composição das famílias, áreas cultivadas, instrumentos de trabalho, etc.

El capitalismo rompió por primera vez con la propiedad territorial como privilegio de un estamento determinado transformando la tierra en mercancía. El producto del agricultor se puso en venta, empezó a verse sometido a la valoración social, primero en el mercado de la localidad, después en el nacional y, por último, en el internacional; de este modo, se vio roto por completo el antiguo aislamiento en que el agricultor embrutecido se hallaba con respecto a todo el mundo restante (LÉNIN, 1972, p.301)

A partir do antigo setor camponês, surgido com a emancipação dos servos (1861), se estabelece a emergência de três classes sociais: os camponeses pobres (bedniaks, mujiques), camponeses médios (serediniaks) e ricos (kulaks). Mas, com a penetração do capitalismo no campo, vai existir um processo de diferenciação interna do campesinato, onde o extrato intermediário desaparecerá rapidamente, cedendo espaço ao enorme contingente de camponeses pobres.

Isso ocorreria segundo Lênin, por duas vias: de um lado as grandes propriedades, que darão a direção do movimento de penetração do capitalismo, modernizando-se e formando a burguesia agrária. Setor este, que pela sua quantidade, constitui-se numa minoria, mas que, por outro lado, se impõe política e economicamente, sobre o conjunto do campesinato. Uma escassa parcela do campesinato médio sofrerá uma metamorfose que converge para o surgimento de uma minoria, denominada de pequena burguesia, enquanto a grande massa converte-se no campesinato pobre de caráter eminentemente proletário, que, embora possuindo, em alguns casos, um lote de terra, eram obrigados a assalariar-se para sobreviver. Nesse contexto:

El régimen de las relaciones económico- sociales en el campesinado (agrícola y comunal) nos muestra la existencia de todas las contradicciones propias a cualquier economía mercantil y a cualquier capitalismo: concurrencia, lucha por la independencia económica, acaparamiento de la tierra, concentración de la producción en manos de una minoría, desplazamiento de la mayoría a las filas del proletariado [...]. No hay ni un solo fenómeno económico entre los campesinos que no tenga esa forma contradictoria, propiedad específica del régimen capitalista, es decir, que no exprese la lucha y el desacuerdo de intereses, que no represente un más para unos y un menos para los otros. (LÉNIN, 1972, p.162-163).

A necessidade de buscar fontes complementares de ingresso econômico teria levado os camponeses mais pobres a trabalharem em centros industriais, fomentando o

êxodo rural-urbano, assim, Lênin (1972) considera que a utilização do trabalho assalariado é a principal manifestação da penetração do capitalismo no campo.

Em síntese, tanto na agricultura quanto na indústria, o antigo campesinato converter-se-à em pequena burguesia e proletariado. Assim, segundo Sacco dos Anjos (2003), “é nesse sentido que Lênin segue a tradição marxista, apontando o assalariamento como forma no qual o capitalismo logra que os trabalhadores produzam mais-valia a ser apropriada pelos capitalistas, na agricultura ou em quaisquer ramos da atividade econômico-produtiva” (p.13).

Pode-se dizer, então, que a decomposição do campesinato seria consequência necessária do processo de nascimento e evolução do capitalismo, paralelamente ao incremento da industrialização e aprofundamento dos antagonismos de classe.

2.3 A superioridade técnica e econômica da grande exploração em Kautsky

Seguindo o referencial marxista, o teórico Karl Kautsky (1854-1938) na obra “A questão agrária”, publicada em 1899, fez uma análise detalhada sobre as tendências da evolução da agricultura sob a influência do capitalismo.

Do mesmo modo que o “Desenvolvimento do capitalismo na Rússia” de Lênin não pode ser compreendido por fora do contexto histórico e político de tentativa de afirmação de uma organização marxista operária, “A questão agrária”, deve ser analisada partindo da problemática existente no interior da social-democracia alemã. (ABRAMOVAY, 1992). Assim, tal obra surge após um duro debate no seio da social democracia alemã, a respeito da posição que aquele partido precisaria adotar diante dos camponeses. Kautsky identifica-se com a posição expressada por Engels no seu último texto “A questão camponesa na França e na Alemanha”, no qual é posto de manifesto sua discordância com os socialistas franceses e alemães “que queriam vender aos pequenos produtores ilusões com relação às suas possibilidades de sobrevivência no capitalismo e a *fortiori* no socialismo” (ABRAMOVAY, 1992, p.56; itálico no original).

Kautsky destaca alguns sinais da evolução do capitalismo no campo: a integração entre a indústria e a agricultura, a dissolução da indústria camponesa de consumo, a expansão dos produtos manufaturados e o aumento dos empregos nas cidades com o conseqüente êxodo rural. Esse processo faz com que desapareça a autossuficiência típica da existência camponesa: os camponeses têm a obrigação, cada vez maior, de dispor de capital para realizar suas atividades. Deste modo, os antigos camponeses tornam-se agricultores, voltando-se, assim, para a produção do mercado:

não só necessitam de dinheiro para obter o dispensável ou supérfluo, mas dele necessitam igualmente para o necessário, o indispensável. Sem o dinheiro eles já não conseguem levar em frente sua atividade. Já não conseguem viver sem o dinheiro (...). A única maneira de o camponês obter dinheiro foi, então, converter seus produtos em dinheiro, levando-os para o mercado e lá passando a vendê-los (KAUTSKY, 1998, p 40-41)

A ideia central de Kautsky é demonstrar que a grande propriedade agrícola é tecnicamente superior à pequena propriedade, e, por conseguinte, a inutilidade de se procurar frear o movimento inexorável de expropriação promovido pelo avanço do capitalismo no campo. Essa superioridade da grande propriedade é dada pela utilização de uma maior quantidade de maquinarias (que significa economia de trabalho ao poupar energia animal e humana), pela divisão do trabalho em manual e intelectual, pela importância da orientação científica do estabelecimento, por vantagens que decorrem das obras existentes (ex. irrigação, drenagem), e muitos outros benefícios associados à área do crédito e do comércio. Por sua vez, é impossível que os pequenos estabelecimentos agrícolas incorporem estas conquistas técnicas e organizacionais à disposição dos capitalistas (KAUTSKY, 1998).

Por outro lado, tem-se a emergência de uma nova relação entre agricultura e indústria, determinando uma maior dependência da primeira em relação à última. Segundo Kautsky, a grande exploração tem melhores condições para satisfazer as necessidades da indústria, mas isso não significa a extinção das pequenas propriedades. Já desde a introdução de "*A questão agrária*", estabelece que o modo de

produção capitalista não é a única forma de produção existente na sociedade, podendo ser encontrados remanescentes de modos de produção pré-capitalista⁸.

Kautsky demonstra que a sobrevivência dos camponeses não é sinônimo de eficiência, mas de “esforço sobre-humano” ou super-exploração do pequeno agricultor.

Assim,

É necessário ser um admirador fanático da pequena propriedade para ver qualquer vantagem nessa coação que ela exerce sobre os seus trabalhadores, coação que os transforma em simples animais de carga e cuja vida toda, exceto nas horas de dormir ou de comer, não passa de tempo exclusivamente dedicado ao trabalho (KAUTSKY, 1998, p.154)

Somado a isso, os camponeses sobrevivem porque se convertem em complementares às grandes explorações. Assim, a grande propriedade necessita da pequena para a exploração industrial, no que tange ao fornecimento de matérias primas e ainda como reserva de mão de obra. A principal causa que leva aos camponeses ao exercício de “ocupações acessórias⁹” se encontra no fato de que estes não conseguem cobrir suas necessidades de dinheiro somente com a venda de seus produtos excedentes (KAUTSKY, 1998). Mas o exercício de atividades acessórias, não pode ser visto como a possibilidade de sobrevivência do campesinato no longo prazo, já que este não impede, no futuro, a total proletarização dos camponeses e, portanto, sua desapareção como categoria social.

A partir da análise dos clássicos do marxismo agrário emerge a pergunta: se a produção em larga escala é mais eficiente que a produção familiar, por que definitivamente não desapareceu o produtor familiar? Poderiam, então, relações familiares de produção continuar a coexistir, sob o capitalismo, com a grande produção agrícola, sem necessidade de uma proletarização absoluta dos produtores e a consequente perda de sua identidade? Desde esta perspectiva, vários estudiosos da ruralidade têm considerado a persistência das unidades familiares na era

⁸ No capítulo VI, Kautsky, faz um contraponto entre a pequena e a grande exploração, afirmando que “quanto mais a agricultura se identifica com os padrões capitalistas, tanto mais se diferenciam qualitativamente as diferenças técnicas empregadas pelos grandes estabelecimentos das empregadas pelos pequenos” (p.135). Deste modo, embora não nega a existência de formas sociais pertencentes a modos de produção pré-capitalistas, o aprofundamento da penetração do capitalismo no campo provocaria a desaparecimento das mesmas.

⁹ Kautsky (1998) reconhece três tipos de “ocupações acessórias”: o trabalho assalariado, as indústrias a domicílio e as indústrias no campo.

contemporânea como uma refutação empírica ao chamado “marxismo agrário ortodoxo”¹⁰.

2.4 Chayanov e a economia camponesa

É pela mão do agrônomo e economista agrícola russo Alexander Chayanov (1888- 1937), pertencente à chamada “Escola da Organização da Produção”¹¹, que se elabora uma proposta teórica original de compreensão dos processos internos de funcionamento das unidades familiares de produção. Assim, em uma de suas obras mais difundidas, intitulada “A organização da unidade econômica camponesa”¹² (UEC), Chayanov realiza um estudo morfológico (ou “estático-organizativo”) destas unidades. A mesma é feita sobre a base de uma intensa atividade de pesquisa acerca o campesinato russo.

Para Wanderley (2009), além da importante contribuição intelectual do autor é necessário compreender a dimensão política de sua obra, assim, desde essa perspectiva, uma das principais motivações de Chayanov era explicitar as potencialidades do campesinato russo: seu pensamento se apresenta como uma alternativa à proposta oficial do governo soviético, definida em termos de coletivização forçada da agricultura. Segundo Abramovay (1992), Chayanov demonstra que o campesinato possui capacidade própria para a fundamentação de um projeto de

¹⁰ Segundo Sevilla Guzmán e González de Molina (2004, p.51-52) o conceito de marxismo ortodoxo refere-se à primeira análise do pensamento de Marx e Engels encaminhados para dar origem a uma estratégia teórica e metodológica destinada a alcançar o socialismo. Neste contexto, Kautsky, atribuiu ao trabalho de Marx a característica de uma teoria geral da evolução incluindo natureza e sociedade. Mas os autores destacam que Marx recusou, em vida, que seu trabalho constituísse um sistema teórico fechado do qual se desprendesse uma visão de mundo. Deste modo, o chamado marxismo agrário ortodoxo apresenta as seguintes características: 1) incompreensão do contexto teórico de “O Capital”, principalmente pela generalização das apreciações que Marx obteve através de evidência empírica centrada na industrialização da Inglaterra, 2) Esquecimento do “último Marx” e da sua viragem “narodnista”, onde analisa o papel do campesinato no processo histórico, 3) Unidirecionalidade do processo histórico: consideração de que Marx concordava com uma teoria geral dos modos de produção e formações sócio- econômicas aplicável universalmente a todas as sociedades históricas , 4) consideração da agricultura como uma parte da indústria.

¹¹ Esta Escola de pensamento argumenta a necessidade de construção de uma teoria que parta do suposto de que a economia camponesa não é regida pelas mesmas leis que a economia capitalista. O período entre 1890, até a década de 1930, na Rússia, caracteriza-se pelas discussões entre populistas, marxistas e a Escola da Organização da Produção.

¹² A obra foi publicada no ano 1925 e traduzida ao espanhol em 1974.

emancipação autônomo e, por causa disto, defende a posição do campesinato como grupo. De fato, sua preocupação estaria em promover a modernização econômica dessas formas sociais de produção. A questão agrária russa não deveria incluir somente a problemática da posse da terra, senão aspectos outros ligados à disponibilidade de recursos econômicos e também técnicos. Deste modo, a introdução de inovações (ex. classificação de sementes, mecanização, formas cooperativas de comercialização, etc.) não pode ser feita sem conhecer a racionalidade econômica dos camponeses¹³.

Diferentemente do marxismo agrário que coloca a ênfase na inserção social das unidades camponesas no sistema capitalista, Chayanov defende a concepção de que a economia camponesa é um fenômeno “em si mesmo”. O eixo central de sua teoria é a afirmação de que a unidade de produção familiar é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno que a tornariam diferente da unidade de produção capitalista, não se organizando sobre a base de extração e apropriação do trabalho alheio (mais valia)¹⁴. A seu juízo, existe um “modo de produção camponês” do qual não fazem parte as concepções de lucro, salário e renda. Mas, por que ele considera o campesinato como um sistema econômico particular?

Para explicar esta peculiaridade Chayanov baseia-se numa descoberta empírica aparentemente inexplicável na história agrária russa, qual seja, “el hecho de que a cada baja de precios seguía un aumento de la producción. Este tipo de respuesta de los campesinos es una respuesta típicamente no capitalista” (CHAYANOV, 1974, p.11). Chayanov argumenta que a particularidade do modo de produção camponês repousa no fato de que o campesinato baseia-se no trabalho familiar, tendo como finalidade a satisfação das necessidades¹⁵, sendo a própria família quem determina o tempo e a intensidade do trabalho. É, portanto, com base nessa dinâmica que se determina o produto do trabalho. Assim, uma vez que as demandas de consumo familiar sejam

¹³ Estas ideias levaram a que Chayanov em 1930 fosse acusado pelo Estado stalinista de organizar um Partido Camponês. Ele foi julgado e morreu assassinado em 1937.

¹⁴ Segundo Abramovay (1992) o principal problema que preocupava Chayanov era a impossibilidade de compreender o campesinato imputando-lhe categorias que não correspondem à sua forma de organização econômica. Assim “embora a unidade de produção camponesa lide com trabalho, bens de produção e terra, disso não decorre a presunção de que ela gera salário, lucro e renda da terra” (p.68).

¹⁵ Chayanov (1974, p.47-48) define as necessidades como “el total de beneficios materiales absolutamente esenciales para la mera existencia de la familia”, assim as associa à reprodução biológica da família.

satisfeitas, produz-se uma situação de equilíbrio entre trabalho e consumo. Deste modo, não se excede a exploração da força de trabalho dos membros da família para além das necessidades que lhe impõem a sua reprodução, não sendo gerados excedentes econômicos. Nesse sentido,

la producción del trabajador en la explotación doméstica se detendrá en este punto de natural equilibrio porque cualquier otro aumento en el desgaste de fuerza de trabajo resultará subjetivamente desventajoso. Cualquier unidad doméstica de explotación agraria tiene así un límite natural para su producción, y este límite está determinado por las proporciones entre la intensidad del trabajo anual de la familia y el grado de satisfacción de sus necesidades (CHAYANOV apud HEYNIG, 1982, p. 129).

Assim, o principal objetivo das transações econômicas do campesinato é a subsistência e não a obtenção de uma taxa de lucro. Deste modo, se para Chayanov o camponês avalia subjetivamente o grau de intensidade de seu trabalho, sendo o limite a super- exploração da força de trabalho e não tenderia a ultrapassar um limite fixado por certas necessidades¹⁶, para Marx, o limite estaria dado pela renda e, por sua vez, novas necessidades seriam criadas continuamente através das relações de mercado. Assim, se para Marx o central são as transações entre o campesinato e o sistema econômico global onde há um claro determinismo, Chayanov, por sua vez, parte de uma perspectiva micro, subjetiva, procurando captar os mecanismos que regulam a lógica de atuação destas explorações familiares¹⁷. Segundo Sacco dos Anjos (2003, p.24) sua percepção se acerca aos fundamentos da perspectiva “sociológica

¹⁶ Chayanov sugere o conceito de “auto- exploração” do campesinato, na medida em que a intensidade do trabalho camponês não é determinada por sua relação com outras classes sociais, “mas pela razão entre a penosidade dos esforços empreendidos relativamente à satisfação de suas necessidades” (ABRAMOVAY, 1992, p. 71)

¹⁷ Acreditamos que se trata de perspectivas complementares de análise e não mutuamente excludentes, já que uma das principais limitações atribuídas à teoria chayanoviana está no fato de não considerar o caráter histórico das relações das unidades econômicas camponesas com o mercado. Igualmente é preciso reconhecer que Chayanov estabelece “la necesidad de que la Escuela de Organización y Producción indique en las investigaciones individuales el lugar que ocupa la unidad económica campesina en el sistema total de la economía nacional de hoy y de que proporcione la conexión teórica de nuestro concepto organizativo con los principales criterios sobre la economía nacional y su desarrollo” (CHAYANOV, 1974, p.42). Por sua vez, é necessário ter presente que o próprio Chayanov não pensava que sua teoria tivesse aplicabilidade universal e reconhece sua dívida com o pensamento marxista (Archetti, apud CHAYANOV, 1974, p.13).

weberiana”, segundo a qual, o objetivo fundamental é compreender “o *sentido que o ator social atribui a sua própria conduta*”.

Para Chayanov, ao ser a família um organismo econômico único, a renda familiar é um todo indivisível, sendo impossível separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou como renda da terra. Assim segundo Wanderley (2009, p.139), “o rendimento obtido no processo produtivo não pode ser dissociado em parcelas autônomas e particulares, como no caso do processo produtivo propriamente capitalista”.

Chayanov demonstra, então, que a estrutura familiar impõe determinações sobre o comportamento econômico. Deste modo, o estudo da família é fundamental para compreender a produção camponesa. A mesma constitui o elemento chave para explicar a tomada de decisão por parte dos camponeses no que se refere à produção, alocação da força de trabalho etc. Assim, o tamanho e a composição familiar (relação entre número de consumidores/número de trabalhadores), definem os limites máximos e mínimos do volume da atividade econômica a realizar (CHAYANOV, 1974).

Embora Chayanov reconheça o processo de diferenciação social proposto por Lênin - entendido como o processo de decomposição do campesinato-, acredita que a diferenciação que as famílias experimentam ao longo de seu ciclo vital -diferenciação demográfica- era mais significativa para explicar o comportamento do campesinato.

A proposta teórica de Chayanov tem servido para alimentar as teses “campesinistas” da América Latina, especialmente ao demonstrar a especificidade das unidades econômicas camponesas e suas estratégias de resistência à própria desaparecimento.

2.5 Influência do pensamento marxista e chayanoviano na América Latina.

Ao final da década de 1960 finalizaram alguns ciclos de reformas agrárias na maioria dos países latino-americanos. Se impôs a modernização da média e da grande empresa agrícola, mas não se conseguiu modificar substancialmente a situação dos camponeses. O efervescente cenário político exigiu uma explicação para as razões desse fracasso. Com a intenção de contribuir na busca de respostas, aconteceram dois

fatos significativos no plano intelectual: 1. A tradução e difusão da obra de A. Chayanov
2. A penetração da reformulação conceitual do marxismo de L. Althusser (CORTÉS e CUÉLLAR, 1986).

A sociologia marxista converteu-se no paradigma dominante na região: leu-se a obra de Lênin e sua proposta de desenvolvimento do capitalismo no campo, assimilando-se o marxismo “althusseriano”. A proposta de Althusser consistiu em dar um papel fundamental aos aspectos supra estruturais na explicação da mudança social. Para isso foram redefinidos os conceitos de modo de produção e de formação social; concebeu-se o primeiro, integrando instancias econômicas, ideológicas e jurídico-políticas, e ao segundo, como uma combinação de modos de produção (CORTÉS e CUÉLLAR, 1986 p.178). Assim, o campesinato foi analisado como um modo de produção secundário, articulado e dominado pelo capitalismo.

A preferência pelas análises das formas de exploração e dominação dos agricultores descuidou da conceitualização a interpretação dos significados. Assim, não isento de resistência, o pensamento de Chayanov¹⁸, se fez presente nesta discussão. O resultado foi a ideologização do debate latino- americano que derivou na existência de duas alternativas básicas dividindo os pesquisadores em “campesinistas” – que defendem a permanência do campesinato no modo de produção capitalista, com um perfil antropológico e inspirados no populismo russo- e a vertente “descampesinista” –aqueles que partem do princípio da superioridade das grandes empresas agrícolas sobre as pequenas explorações-

Concordamos com Sacco dos Anjos (2003, p.31) quando menciona que se trata de uma exagerada simplificação que desconhece esquemas analíticos alternativos, pois muitos dos argumentos de ambas correntes podem entrecruzar-se nas distintas

¹⁸ Segundo Sacco dos Anjos (2003, p.19) há três fatos mundiais centrais se relacionam com o descobrimento da obra de Chayanov: 1 constatou-se que o desenvolvimento capitalista não redundou na desapareção das explorações familiares nos países capitalistas avançados, deste modo “muitos estudiosos tratarão de buscar no instrumental chayanoviano as chaves que permitam compreender a suposta perseverança e estabilidade deste tipo de exploração”. 2. A derrota dos EEUU na Guerra do Vietnam coloca em evidência a capacidade de resistência das populações camponesas. 3. Entre os anos 1970 e 1980 organizações sociais começam a trabalhar na elaboração de projetos de desenvolvimento em países subdesenvolvidos, onde, na maioria dos casos, dependiam da agricultura como uma das principais atividades econômicas.

teorizações¹⁹. Deste modo, aderimos à postura de Wanderley (2009, p.143), para o caso brasileiro, segundo a qual a vigência das leis gerais de reprodução do capital, mesmo afetando a reprodução das unidades de produção camponesas, não anula a especificidade das mesmas e não é incompatível com o reconhecimento da existência de um movimento interno dentro delas. Neste sentido, o grande desafio no estudo atual da produção familiar reside na dupla referencia “*complexidade do meio histórico*” e a “*morfologia interna*” das unidades familiares de produção.

¹⁹ Segundo Cortes e Cuéllar (1986 p.209), das análises das posturas teórico- metodológicas de Lênin e Chayanov emerge um campo compartilhado de atuação que possibilita estabelecer a problemática da identificação empírica do campesinato, e por sua vez, analisar o significado do desenvolvimento capitalista no campo. Apesar de que os interesses de Lênin e Chayanov são diferentes, Cortes e Cuéllar colocam que, existem coincidências em suas teorizações, sobretudo em seus conceitos de: equilíbrio e excedente assim como no conceito de motivação. O conceito de equilíbrio nos remete aos resultados da operação das relações sociais num determinado ponto ao longo do tempo, ao passo que o de motivação nos conduz à análise dos fatores superestruturais (ou das mentalidades) e de como estas se encarnam nas condutas e orientações dos agentes. Assim será possível analisar como se produz a peculiar mentalidade na qual se funda a motivação camponesa. Segundo os autores, a motivação camponesa para produzir recai nas relações sociais e econômicas que cristalizam a existência do equilíbrio.

3. A ATUALIDADE DA DISCUSSÃO TEÓRICA: A PERMANÊNCIA DA PRODUÇÃO FAMILIAR E SUAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL

A maioria dos enfoques atuais sobre o campesinato parte da constatação da não destruição das unidades produtivas familiares previstas anteriormente. Na atualidade, há um significativo número de explorações familiares ligadas ao mercado capitalista²⁰. Assim, em maior ou menor grau, a produção familiar agrícola, manteve-se e reproduziu-se ao longo de gerações, adaptando-se a diferentes conjunturas sociais, econômicas e políticas.

Deste modo, nas sociedades atuais, o desenvolvimento do capitalismo no campo mostrou que nem sempre se exige a existência de um “proletário livre de terra” para se expandir. Portanto, para que o capital possa se reproduzir, não é necessário que o produtor familiar esteja separado dos meios de produção. Diante desta situação, não é mais possível explicar a presença de produtores familiares na sociedade atual como uma simples reprodução do campesinato tradicional estudado pelos “clássicos”.

Como detalharemos a continuação, vários trabalhos atuais –a maioria deles de autores brasileiros- tratam de explicar a permanência da produção familiar como produto do próprio desenvolvimento capitalista. Entende-se que as unidades de produção familiar persistem porque são funcionais ao capitalismo, no sentido que souberam se adaptar por meio de diversas estratégias, seja incorporando inovações tecnológicas, ofertando mão de obra para a indústria (via, por exemplo, o exercício da pluriatividade), ou simplesmente pelo fato de destinar alimentos às cidades a baixo custo com o apoio de políticas públicas. Neste sentido, concordando com Wanderley (1985), o camponês converte-se num “trabalhador para o capital”²¹. Emerge a interrogação se, para o caso uruguaio, é mantida a especificidade do funcionamento interno das unidades de produção familiares diante o avanço de novas formas capitalistas no espaço agrário desse país, e se as mesmas estão sendo, ou não,

²⁰ No livro intitulado “Agricultura Familiar”, Hugues Lamarche (1993) expõe o resultado de uma pesquisa internacional comparada, feita sob sua coordenação, acerca da exploração familiar e suas capacidades de adaptação. Na mesma constata-se que em todos os países nos quais um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre assegurada por explorações familiares.

²¹ Esta posição de Wanderley é atenuada em seus escritos posteriores no sentido de ampliar a percepção sobre a dinâmica da agricultura familiar como um fenômeno complexo.

funcionais ao sistema econômico. Tal questão será desenvolvida no decorrer desta dissertação.

3.1. A produção familiar imersa no modo capitalista de produção

Consideramos que no Uruguai, em comparação com outros países da América Latina, não se encontram candentes debates nem há um cúmulo significativo de produção teórica sobre a questão do campesinato e sua inserção dentro do capitalismo. No Brasil, no entanto, é amplo e diversificado o universo de produtores de conhecimento sobre esta temática. Neste sentido, destaca-se o acervo de vários estudiosos, tais como: José de Souza Martins, José Graziano da Silva, Maria Nazareth Wanderley, Ricardo Abramovay, dentre outros.

Reconhecendo que, em todos os países capitalistas, inclusive nos mais desenvolvidos, e mesmo nos países socialistas, a exploração familiar não foi destruída, Wanderley (1985, p 95-97), em diálogo com o marxismo²², indica que a noção de transição dos modos de produção, torna-se inútil para explicar esta persistência, pois substitui a apreensão do próprio processo de desenvolvimento capitalista. Deste modo, a autora afirma que no capitalismo, o campesinato se transforma qualitativamente. O mesmo ocupa um espaço criado pelo próprio capital quem garante sua reprodução. Este espaço é o de um trabalhador para o capital, porém “a expropriação da força de trabalho não se efetua exclusivamente através da proletarização, mas, também, sob outras formas” (p.96). Portanto, a reprodução do campesinato depende, basicamente, das condições históricas do funcionamento do capital, especificamente da natureza e intensidade das contradições econômicas, e do próprio papel do Estado.

Abramovay, na obra intitulada “Paradigmas do Capitalismo Agrário” (1992), analisa a “transformação qualitativa” do campesinato sob o capitalismo da qual Wanderley faz referência. Para Abramovay (1992) é fácil mostrar que as previsões, tanto as de Lênin como as de Kautsky, na maior parte dos casos não se realizaram: “o

²² A autora resgata a importância da obra de Marx, e afirma que muitas das análises sobre a economia camponesa feitas a partir de sua obra têm aspectos que não foram claramente compreendidos.

processo de diferenciação social dos produtores não progrediu de maneira de ampliar a quantidade de trabalhadores assalariados no campo” (p.58). Este autor examina a experiência das nações capitalistas mais avançadas, como os EUA, Grã- Bretanha e a Europa Continental, onde a agricultura atingiu um elevado grau de produtividade. Embora a concentração do processo produtivo agrícola seja real nesses países, ela não pode ser confundida com o estabelecimento de unidades empresariais baseadas no trabalho assalariado. Deste modo, explica como a configuração da moderna agricultura capitalista apoiou-se na empresa familiar. Assim, segundo Abramovay (1992, p. 22), as unidades de pequeno porte, alto volume de produção e elevada produtividade descendem do campesinato tradicional, mas não têm mais nada a ver com ele, “são entidades de natureza distinta, que operam segundo outra racionalidade”. Para compreender esta nova racionalidade, o autor estabelece a necessidade de romper com certas prenoções que fazem referência à “família” como algo frágil e sem poder econômico. Estabelece que a família rural reduziu de tamanho, bem como sofreu mutações através do tempo, assumindo, em muitos casos, o perfil de empresa, tornando-se o comportamento dos agricultores semelhante ao de microempresários. Esses fatos, em certo modo, desafiam a ideia de Chayanov de que a reprodução da família seria o objetivo social básico das atividades produtivas. A base da prosperidade desses empreendimentos, para Abramovay, seria dada pela capacidade de mobilização de mão de obra barata e de acesso a recursos subsidiados pelo Estado.

Numa perspectiva similar de análise encontra-se o trabalho do canadense Bruno Jean (1994), quem dará uma explicação do porquê, a seu juízo, a agricultura familiar não é uma forma social de organização da produção agrícola necessariamente “em perigo”. Para este autor, ela é um produto do próprio desenvolvimento da economia agrícola moderna. Uma das razões da sobrevivência da agricultura familiar é a extraordinária capacidade que ela soube demonstrar na adoção das inovações tecnológicas. Por outro lado, Jean sustenta que o papel do Estado, com sua “política agrícola”, é também essencial para explicar o sucesso desta forma produtiva, sobretudo nos países ocidentais avançados.

Consideramos que o grande aporte da obra de Abramovay baseia-se na visão de que a produção familiar não representa um mero resíduo histórico, mas uma categoria social, que sob condições favoráveis, está apta a incorporar progresso técnico, constituindo-se num elemento estratégico para o desenvolvimento. Entretanto, consideramos que tanto a análise feita por Abramovay, quanto a do Jean são essencialmente voltadas ao contexto por eles estudadas, ou seja, o de países capitalistas avançados.

Na América Latina e no Uruguai precisamente, encontram-se muitos produtores familiares em situação de precariedade. Como detalharemos no Capítulo 4, estabelecimentos rurais familiares menores a 100 ha experimentam um forte declínio no Uruguai na segunda metade do século XX. Existem, portanto, muitos produtores familiares marginalizados da modernização, os quais vêm sendo eliminados por não conseguirem acompanhar as exigências desse processo.

Neste sentido, parece-nos interessante resgatar a contribuição de dois autores brasileiros: José de Souza Martins e José Graziano da Silva. Os mesmos retomam a linha marxista para a análise dos processos rurais, adaptando-a à realidade de um país em vias de desenvolvimento como é o caso do Brasil. Acreditamos que tais pontos de vista podem resultar interessantes em termos de traçar algumas perspectivas de análise que possibilitem compreender a realidade da produção familiar face o avanço do capitalismo no meio rural do Uruguai, embora sem desconhecer que a elaboração teórica destes autores encontra-se fortemente determinada pela realidade da formação histórico e social brasileira.

Para Martins (1975), do mesmo modo que no caso dos demais estudos analisados, o problema do camponês não é um tema residual, sendo, em verdade, o resultado das particularidades históricas do processo social. Martins argumenta que não é possível compreender o capitalismo no campo exclusivamente através do critério da compra e venda da força de trabalho e do assalariamento, mas a partir das relações que se estabelecem com origem na propriedade da terra; assim, a propriedade da terra é o elemento que provoca as contradições sociais no meio rural.

Martins (1975, p.51-52) define dois tipos de problemas agrários. O primeiro refere-se ao “rompimento da combinação entre relações de trabalho e produção direta, pelos próprios trabalhadores, dos seus meios de vida”, e compreende o processo de ruptura das relações sociais e de controle direto da produção de subsistência. O segundo problema refere-se à “ocupação de novas terras nas fronteiras econômicas do país”, ao qual chama de “frente pioneira” e pretende explicar o processo de expansão capitalista no campo. O autor considera que os principais fundamentos da questão agrária brasileira estabeleceram-se pela combinação da propriedade capitalista da terra e o trabalho livre.

Outro dos aportes interessantes de Martins (1990) para a compreensão da questão agrária é o conceito de “produção capitalista de relações não capitalistas”. Ele defende que o próprio desenvolvimento do capital produz as relações não capitalistas de produção, sendo as mesmas, incluso, necessárias à sua reprodução. Deste modo, a produção familiar –baseada em relações não capitalistas- articular-se-ia subordinadamente ao modo de produção capitalista dominante. Segundo Soto (2002), a categoria de produção capitalista de relações não capitalistas permite a Martins opor-se tanto “à teoria da catástrofe final do capitalismo, apregoada pelo marxismo vulgar”, assim como “entender as particularidades de desenvolvimento de um capitalismo que não necessariamente precisa destruir relações sociais anteriores, mas que as recria e utiliza” (p.168).

Por sua vez, os camponeses, são considerados por José de Souza Martins (1989) como os novos subalternos²³, os marginalizados do desenvolvimento capitalista concentrador e excludente. Esses grupos subalternos não seriam expressões temporárias destinadas ao desaparecimento, mas formas sociais produzidas e reproduzidas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Ao ser recriados pelo capitalismo, esses grupos fazem parte dele, embora com um ritmo e um tempo próprio (SOTO, 2002, p.184). Martins assinala, ainda, que os pobres da terra resistem às

²³ O conceito de subalternidade de Martins, tomado da herança *gramsciana*, expressa exploração, dominação, assim como exclusão econômica e ausência de cidadania.

estruturas econômicas valendo-se de elementos tradicionais e conservadores, como a família e a vizinhança.

Também, desde uma perspectiva marxista de análise, Graziano da Silva (1978, p.252) argumenta que a existência destas relações sociais não capitalistas é resultado do próprio caráter insuficiente do capitalismo. Deste modo, a permanência do campesinato pode ser explicada pela “relativa debilidade das transformações capitalistas na agricultura”. Isso significa que o capital não tem conseguido expropriar completamente ao trabalhador, nem revolucionar o processo de produção de modo amplo e terminal. Esse desenvolvimento insuficiente do capitalismo tem, entre uma de suas principais causas, a propriedade privada da terra. Assim, a propriedade da terra, de um lado, “qualifica o insuficiente desenvolvimento das relações capitalistas, apontando para a dificuldade que o capital apresenta de transformar o processo de produção”, de outro lado, “põe em evidência o caráter muitas vezes não progressista e até mesmo parasitário de algumas transformações que aí se realizam” (1978, p.254).

Para Graziano (1978), baseando-se em Marx, o limite da exploração camponesa não depende do lucro médio, nem da necessidade de renda; deste modo, o salário dos produtores familiares poderá ser reduzido até o limite de subsistência. Assim, na produção familiar “o valor dos produtos é alto, na medida em que também é alta a quantidade de trabalho incorporada às mercadorias produzidas, visto que é reduzida a utilização de técnicas que possibilitem elevar a produtividade do trabalho” (p.4). Deste modo, a dificuldade de cobrir os custos de produção é parte do processo de expropriação, cujo resultado estaria dado pela perda da propriedade, apenas restando-lhe a proletarização ou a migração para a fronteira agrícola (SOTO, 2002, p.201). Assim, para Graziano da Silva (1978), se bem parte do valor gerado pela produção familiar é incorporado à economia, e suas mercadorias são importantes para a manutenção de um baixo custo de reprodução da força de trabalho urbana, “o capital precisa destruí-la. Essa tendência é inerente à produção capitalista, uma vez que acumular significa também aumentar o proletariado” (p.6). Portanto, segundo esta visão, o futuro inevitável do campesinato é a proletarização.

3.2. Uma questão conceitual?: Camponês/ Agricultor Familiar/Produtor Familiar.

Um dos aspectos do novo debate consiste na diferenciação dos termos: camponês, pequeno produtor, produtor familiar, agricultor familiar.

O conceito de camponês tem sido tradicionalmente identificado com aquelas unidades domésticas com prevalência da economia de subsistência e com poucos vínculos com o mercado. Percebe-se que, na atualidade, tal categoria assume uma conotação político-ideológica. Assim, na maioria dos países de moderna agricultura, a crítica ao modelo produtivista vem sendo feita por agricultores familiares que se auto-definem como camponeses²⁴.

No caso brasileiro, a modernização da agricultura impôs o surgimento de novas categorias, como a de “pequena produção”, e posteriormente, de “agricultura familiar”, com o intuito acompanhar a complexidade dos processos sociais que se desenvolveram no campo. Tais noções, em certa medida, começam a substituir no âmbito das discussões teóricas, o conceito de campesinato herdado dos clássicos da questão agrária.

Wanderley (2003) coloca que é necessário “recheiar” a categoria agricultura familiar de um conteúdo histórico e sociológico. Fala-se, atualmente, de uma agricultura familiar como um “novo personagem” na atividade agrícola capaz de responder às necessidades do mercado moderno; por sua vez, “propõem-se políticas para estimulá-los, fundadas em tipologias que se baseiam em uma viabilidade econômica e social diferenciada” (1999, p.24). Frente a esta situação, Wanderley (1999, p.25) estabelece a necessidade de considerar simultaneamente os pontos de ruptura e os elementos de continuidade entre as categorias de “campesinato” e “agricultura familiar”. Assim, indica que a agricultura camponesa tradicional a qual “se constitui como um modo específico de produzir e viver em sociedade”, fundado sobre a relação propriedade/trabalho/ família, continua a se reproduzir nas sociedades modernas atuais

²⁴ Segundo Wanderley (2003), “trata-se da construção de novas facetas de uma identidade social que pretende representar uma posição crítica ao modelo dominante de agricultura moderna” (p.53). Esse é o caso do movimento internacional “Vía Campesina”, do qual faz parte o “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (MST) do Brasil.

e, portanto, continua sendo uma dessas formas particulares da chamada agricultura familiar.

Sugere, também, que é preciso atender especialmente aos elementos de continuidade entre estas duas formas particulares. Para isso recorre a Mendras (1978), o qual analisa a constituição histórica do campesinato, referindo-se a uma “civilização camponesa, cujas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais são de tal forma entrelaçadas que mudanças introduzidas em uma delas afetam, como num jogo de cartas, o conjunto do tecido social” (WANDERLEY, 2003, p.44).

Segundo Mendras (1978, p.15), essa civilização camponesa se apresenta constituída por cinco traços característicos: uma relativa autonomia²⁵ face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarcia relativa (policultura pecuária²⁶), uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.

Deste modo, a autora enfatiza a necessidade de não desconsiderar a história camponesa da agricultura familiar, pois esses “novos personagens” são ao mesmo tempo o resultado de uma continuidade de um patrimônio sociocultural. Assim, retomando a Marcel Jollivet (2001) expressa “no agricultor familiar há um camponês adormecido” (apud WANDERLEY, 2003 p. 47).

Para Lamarche (1993), ao igual que para Wanderley, os agricultores familiares são portadores de uma tradição cujos fundamentos são dados pela centralidade da família²⁷, pelas formas de produzir, e pelo modo de vida, mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver. Essa adaptação e reprodução podem variar

²⁵ Para Wanderley (1999) tal autonomia é dada pela capacidade de prover tanto a subsistência imediata do grupo familiar quanto a reprodução da família pelas gerações subsequentes. Da conjugação desses objetivos resulta a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar.

²⁶ Sistema que procura o equilíbrio entre um número de atividades agrícolas e de criação de animais e não distingue consumo e produção.

²⁷ Lamarche (1993) alerta para a distinção entre exploração camponesa e familiar, afirmando que toda exploração camponesa é familiar mas nem todas as explorações familiares são camponesas.

consideravelmente. Deste modo, para Lamarche (1993), as explorações familiares não constituem um todo homogêneo:

[...] em alguns lugares, a exploração familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado; em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência; em alguns lugares, ela é mantida, reconhecida, como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo; em outros, ao contrário, é excluída de todo desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada [...] (LAMARCHE, 1993, p. 13).

Lamarche destaca, então, a heterogeneidade e complexidade deste objeto de estudo sociológico. A “exploração familiar não é, portanto, um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda a diversidade” (p.18). Desta maneira, a agricultura familiar pode ser considerada como um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações.

A definição de agricultura familiar com a qual Lamarche e sua equipe trabalharam, e que possibilitou a análise de toda essa diversidade, foi a seguinte: “a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (p.15). Essa forma de produção pode ser encontrada em vários lugares do mundo, segundo as especificidades do contexto em que se encontra inserida²⁸.

Sua proposta metodológica se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração da exploração familiar na economia de mercado²⁹, em cujas extremidades se encontram, de um lado, o “modelo original” - quase independente da sociedade global-, e de outro o “modelo ideal”. Assim, as explorações familiares, segundo sua própria história e o ambiente no qual elas funcionam, posicionar-se-iam em determinado lugar desta escala.

²⁸ Diferentemente do estudo de Ricardo Abramovay (1992), o trabalho comparativo coordenado por Hugues Lamarche abarcou tanto países do sistema capitalista avançado (Canadá e França), quanto do capitalismo dependente (Brasil), sociedades em vias de desenvolvimento (Tunísia) e sociedades na época, no sistema coletivista (Polônia).

²⁹ Um determinado grau de integração no mercado corresponde a uma determinada relação com a sociedade de consumo –independência ou integração- e, portanto, um determinado modo de vida.

3.2.1 E no Uruguai?

No que diz respeito à terminologia podemos dizer que o termo “campesinato”, no Uruguai, é de escasso uso na linguagem cotidiana, tanto em termos políticos, quanto sociais ou acadêmicos. No âmbito acadêmico generalizou-se o uso do termo “produtor familiar” ou, mais recentemente, de “agricultor familiar”. A “*Comisión Nacional de Fomento Rural*” (CNFR), principal organização representativa desta categoria social no Uruguai, se proclama como representante legítima dos “agricultores familiares”. No âmbito governamental, como no caso da “*Dirección General de Desarrollo Rural*” (DGDR), pertencente ao “*Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca*” (MGAP), utilizam-se os termos agricultura familiar e produção agropecuária familiar indistintamente.

No âmbito acadêmico, um dos pesquisadores que mais tem aprofundado no estudo deste grupo social no meio rural uruguaio é Diego Piñeiro. Na década de 1980 ele elabora as primeiras conceitualizações uruguaias vinculando “campesinato” com a noção correspondente à “produção familiar”. Segundo Piñeiro (1985) “campesino, pequeño productor y agricultor familiar refieren a un solo sujeto social con tres nombres distintos” (p.11). Considera a validade do uso de cada termo no contexto econômico e social específico do país, concluindo que os chamados produtores familiares são, concretamente, os camponeses uruguaios, argumentando, por sua vez, que sua persistência no modelo capitalista atual pode ser explicada através do conceito de resistência à extração de excedentes no mercado³⁰.

Posteriormente, no trabalho intitulado “*La agricultura familiar: el fin de una época*”, publicado no ano 1991, Piñeiro estabelece uma distinção entre as categorias “agricultura familiar”, “produção familiar” e “campesinato”. Desta vez, o autor reformula sua apreciação, sustentando que no Uruguai existem e existiram historicamente agricultores familiares ou produtores familiares, mas não exatamente camponeses.

³⁰ Este conceito será desenvolvido em profundidade no ponto 3.3 quando abordemos a questão das estratégias de reprodução social.

Indica, ademais, que para o caso uruguaio, “debe emplearse por razones de mayor precisión científica el término de productor familiar” (PIÑEIRO, 1991, p. 5)³¹.

Entre os motivos pelos quais ele decide estabelecer essa diferenciação constam os seguintes: (1) vínculos com o mercado: os produtores familiares possuem uma relação maior com os diferentes mercados (de produtos, dinheiro e trabalho), com o qual a produção para o autoconsumo tem relativamente pouco peso (estima-se algo ao redor de 20%). Já no caso dos camponeses há uma relação menos intensa com os mercados, sendo a produção, destinada majoritariamente, para o autoconsumo; (2) tipos de reprodução: no caso dos agricultores familiares, dependendo do contexto histórico, existe a possibilidade de acumular riquezas ou patrimônio, entrando num processo de reprodução ampliada. No extremo oposto, no caso dos camponeses, devido à intensa extração de excedentes a que estão submetidos, não há acumulação de patrimônio, permanecendo no limite de uma reprodução simples; (3) as reivindicações: se os agricultores familiares costumam fazer reivindicações por mudanças nas políticas de preços e na regulação dos mercados, no caso camponês elas referem-se a mudanças de ordem estrutural, devido ao maior grau de subordinação econômica e política a que estes produtores estão submetidos; (4) as formas de resistência: devido à diferente relação mercado/autoconsumo entre agricultores familiares e camponeses, em situações de crise, os agricultores familiares são mais vulneráveis à própria desapareição, enquanto os camponeses são mais resistentes, já que privilegiam o autoconsumo e a diversificação da produção como estratégia de sobrevivência³².

³¹ Segundo Piñeiro (1991) a utilização de distintos termos para a designação de grupos humanos que são supostamente similares, não é uma consequência das diferentes costumes locais, senão que esses termos (“pequeno produtor”, “produtor familiar”, “camponês”) representam diferentes “sujeitos sociais”. Do mesmo modo que para a análise do caso uruguaio, destaca a imprecisão do termo “campesinato”, também enfatiza a falta de precisão do termo “pequeno produtor”. O termo “pequeno produtor” é ambíguo, pois resulta difícil estabelecer com exatidão a delimitação entre o que é “pequeno” e o que é “médio”.

³² É importante destacar que não existem no Uruguai movimentos populares de resistência no meio rural da mesma natureza que os existentes em outros países latino-americanos como no Brasil (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), ou na Argentina (Movimiento Nacional Campesino Indígena). No Uruguai, as agrupações sindicais de agricultores familiares caracterizam-se por um elevado grau de dispersão e de atomização, assumindo um marcado caráter regional ao estarem estabelecidas fundamentalmente no sul do país. (ASTORI, et al, 1982, p.111). Algumas delas têm uma longa trajetória: a “Comisión Nacional de Fomento Rural”, nascida em 1915, a “Asociación Nacional de Productores de Leche”, em 1933, e a “Confederación Granjera”, surgida em 1939. Outras como a “Asociación de Colonos

No trabalho que nos compete, as categorias “produtor familiar” e “agricultor familiar” são tratadas de forma genérica, e indistintamente, para indicar unidades produtivas nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho estão diretamente ligados ao grupo familiar. Deu-se certa preferência ao uso do termo “produtor familiar” pelo fato do mesmo estar amplamente generalizado no âmbito acadêmico uruguaio. Este termo é usado como sinônimo da categoria de campesinato devido a que o presente estudo pretende abordar não somente questões econômicas e de vínculo entre os produtores e os mercados, mas também aquelas questões socioculturais presentes na própria organização interna das unidades de produção, onde torna-se transcendente a compreensão dos modos de vida³³.

3.3 Estratégias de reprodução social

O presente tópico tem como propósito subsidiar o estudo com elementos que auxiliem na compreensão das estratégias de reprodução no âmbito da produção familiar. Procura-se, então, construir um quadro analítico com base naqueles aspectos que impulsionam o produtor familiar em sua tomada de decisão sobre distintas possibilidades, determinantes, por sua vez, de diversas estratégias de reprodução.

Na busca hermenêutica da palavra *estratégia*, o Dicionário Aurélio³⁴ conceitua-a como: “s.f. Militar Arte de planejar operações de guerra. / Arte de combinar a ação das forças militares, políticas, morais, econômicas, implicadas na condução de uma guerra ou na preparação da defesa de um Estado. / Arte de dirigir um conjunto de disposições: estratégia política”. A mesma também é comumente definida como “a arte de explorar condições favoráveis com o fim de alcançar objetivos específicos”. Percebe-se, portanto, que a palavra estratégia, aparece ligada ao âmbito militar quando são

del Uruguay” ou a “*Asociación de Productores Agrícolas de Canelones*”, começaram a atuar na segunda metade de 1970. Os produtores sindicalizados têm centrado suas reivindicações em termos de maiores incentivos econômicos e facilidades para o acesso aos mercados.

³³ O “modo de vida” é entendido como “um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral, que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra”. O modo de vida tradicional se distingue ainda “por uma sociabilidade territorializada, preferentemente em escala local informada por um sentimento de pertencimento ao lugar” (MARQUES, 2004 p.145).

³⁴ Dicionário Aurélio da língua portuguesa. Versão online.

planejadas determinadas ações, considerando recursos disponíveis para envolver os adversários numa armadilha. Representa, figuradamente, uma resposta dada a determinada realidade através de uma ação para conseguir um fim.

No âmbito das ciências sociais, os estudos sobre reprodução social, preocupam-se com as formas pelas quais é possível a continuidade de certas práticas, estruturas e instituições. Nesta linha de pesquisa, encontram-se vários dos trabalhos do sociólogo francês Pierre Bourdieu.

Uma de suas preocupações centrais é dar conta de como o mundo social é mantido nas relações sociais cotidianas e, por sua vez, como é perpetuada a ordem social. Assim, o que ele chamou de “construtivismo estruturalista” sintetiza a originalidade de seu procedimento, o qual, a seu juízo, é o mecanismo principal de produção do mundo social:

Por estructuralismo o estructuralista, quiero decir que existen en el mundo social mismo (...), estructuras objetivas, independientes de la conciencia y de la voluntad de los agentes, que son capaces de orientar o de coaccionar sus prácticas o sus representaciones. Por constructivismo, quiero decir que hay una génesis social de una parte de los esquemas de percepción, de pensamiento y de acción que son constitutivos de lo que llamo *habitus*³⁵, y por otra parte estructuras, y en particular de lo que llamo *campo*” (BOURDIEU, 1993, p.127).

Por sua vez, Bourdieu propõe o estudo das *estratégias*³⁶, pelas quais diferentes agentes sociais reproduzem sua posição no espaço social a partir de uma socialização que produz determinadas disposições (BOURDIEU, 2011). O autor refere-se ao conceito de estratégia da seguinte maneira:

³⁵ Os “*habitus*” são estruturas sociais da subjetividade dos indivíduos que se constituem por meio das primeiras experiências de socialização. É a maneira como as estruturas sociais se imprimem nos agentes pela interiorização da exterioridade. Bourdieu (2007, p.86) define o “*habitus*” como “sistema de disposições duráveis e transponíveis”. Disposições, isto é, inclinações a perceber, pensar e fazer de uma certa maneira, interiorizadas inconscientemente. Duráveis, pois tendem a resistir à mudança e transponíveis, pois têm efeitos sobre outras esferas de experiências.

³⁶ Bourdieu (1993) conecta os termos “estratégia” e “reprodução social”, usando a expressão “sistema de estratégias de reprodução social”.

Ella es el producto del sentido práctico como el sentido del juego, de un juego social particular, históricamente definido, que se adquiere desde la infancia (...) El buen jugador (...) hace en cada instante lo que hay que hacer, lo que demanda y exige el juego. Esto supone una invención permanente, indispensable para adaptarse a situaciones indefinidamente variadas, nunca perfectamente idénticas. Lo que no asegura la obediencia mecánica a la regla explícita, codificada” (BOURDIEU, 2007, p70.)

Assim, o conceito de estratégia proposto designa um conjunto de ações ordenadas na busca de objetivos no longo prazo e não, necessariamente, com a consciência dos agentes. As ações são produzidas diretamente pelos membros de uma família e contemplam esferas referentes à fecundidade e à profilaxia (ligadas à reprodução biológica), os campos educacionais, matrimoniais e econômicos (orientados para aumentar ou conservar os capitais disponíveis), simbólicas e de sucessão (BOURDIEU, 2011, p. 36-37).

Neste sentido, a noção de estratégia tem como virtude dar conta das coerções estruturais que recaem sobre os agentes e, por sua vez, as possibilidades de resposta dos agentes a estas coerções³⁷. Tais estratégias estão sistematicamente relacionadas, ou seja, são empregadas articuladamente em diferentes pontos do tempo. A implementação das mesmas se dá em concordância com o estado dos mecanismos socialmente objetivados de reprodução social (exemplo: os “mercados” econômico, escolar, matrimonial, de trabalho) e as chances diferenciais de ganho que estes oferecem para os indivíduos (BOURDIEU, 2011, p. 38-39).

Por sua vez, para compreender as estratégias coletivas das famílias é necessário conhecer a estrutura e a história da relação de forças entre os diferentes agentes e suas estratégias individuais, mas também é preciso conhecer a estrutura do capital que elas possuem para transmitir (BOURDIEU, 2011, p. 49).

No caso dos agricultores familiares, a *estratégia* teria por finalidade responder a uma determinada situação adversa (conjuntura social, política, econômica), em que pesa o objetivo principal de garantir a reprodução da família e da unidade produtiva com sua consequente manutenção enquanto produtor familiar. Assim, a perspectiva descrita anteriormente permitiria analisar como é possível a instauração de relações de

³⁷ Schneider (2003, p.116) destaca que o conceito de *estratégia* é a ligação que possibilita superar a dicotomia sociológica sobre o clássico problema da relação estrutura/ agente ou processos micro/processos macro.

intercâmbio (produção, comercialização) entre os agricultores familiares e os mercados, marcadas por assimetrias e dominação. Ela favorece o entendimento de como estas relações são capazes de se perpetuarem no tempo.

No âmbito específico dos enfoques sobre o campesinato e a agricultura familiar, Chayanov (1974) utiliza o conceito de estratégia para se referir às ações conscientes e planejadas utilizadas pela família rural para alcançar seus objetivos. Tal conceito assenta-se na “relação ótima de fatores de produção”, consistente na adaptação das necessidades familiares à conveniência técnica em um sistema de produção determinado (apud SCHNEIDER, 2003, p.107).

Para Schneider (2003) as decisões adotadas pela família, em face dos condicionantes sociais e econômicos, são definidoras de estratégias que viabilizam, ou não, sua sobrevivência social, econômica e cultural através do tempo. Do mesmo modo que Bourdieu, Schneider (2003), afirma que essas estratégias estão determinadas por condicionantes (sociais, culturais e econômicos), que exercem pressão sobre as unidades familiares. Deste modo, mesmo que se trate de estratégias conscientes, “essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade que tanto é a expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas e transmitidas culturalmente” (p.114). Por sua vez, a importância do ambiente social em que estão inseridas as famílias também é sublinhada por Schneider (2003), assim, “a reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos” (p 116).

Além do “ambiente social”, consideramos que é preciso ter presente a importância central do “ambiente natural”, ou o “fator estrutural terra”. A terra é um elemento fundamental para os produtores familiares, já que sua relação com esta define estratégias de reprodução e determina a forma de organização na unidade produtiva. De tal modo, Friedmann (1978, apud SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ DE MOLINA, 2004, p.65), estabelece uma diferença entre “consumo pessoal” (aquele que possibilita ao produtor continuar na produção), “consumo produtivo” (constituído por técnicas, terra, animais e outros meios de produção que possibilitam a continuidade da produção) e o excedente do trabalho (em forma de excedente de valor, renda) no caso

de que a produção familiar faça uso de trabalho assalariado. São estas condições que possibilitam a continuidade ou extinção de uma “forma de produção”³⁸ simples de mercadorias.

Por sua vez, Lamarche (1993) pondera que as explorações familiares organizam suas estratégias, basicamente, em função da memória que guardam de sua história –o patrimônio sociocultural- e as ambições que têm para o futuro, de modo que cada tomada de decisão da exploração deve ser analisada dentro dessa dinâmica. O autor ainda coloca a ênfase na diversidade de tais estratégias e, portanto, na variabilidade das capacidades de adaptação e de reprodução das famílias rurais. Segundo ele, todo produtor projeta para o futuro uma imagem de sua exploração; ele organiza suas estratégias e toma suas decisões, segundo essa orientação. Essas orientações relacionam-se com objetivos diversos, a exemplo de exploradores familiares cuja finalidade essencial não seria a reprodução enquanto unidade de produção, mas a reprodução familiar (modelo familiar), ou mesmo, pura e simplesmente, a sobrevivência da família (modelo subsistência) (p.19).

Almeida (1986) analisa aqueles trabalhos que abordam a questão da reprodução das famílias rurais e faz uma classificação dos mesmos em duas perspectivas: aqueles que abordam a reprodução no longo prazo (*reprodução geracional*) e aqueles que a abordam no curto prazo (*reprodução cotidiana*)³⁹. O primeiro enfoque analisa como a unidade familiar se perpetua enquanto tal, contemplando a lógica de parentesco, através da qual se estabelecem estratégias de casamento e herança. Por sua vez, a perspectiva da reprodução cotidiana diz respeito à “como a unidade familiar se reproduz no ciclo anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os

³⁸ Friedmann é considerada por Sevilla Guzmán e González de Molina (2004) como uma das pesquisadoras mais destacadas do chamado “marxismo chayanoviano”. Assim, para Friedmann o conceito de “forma de produção” é uma combinação de dois elementos teóricos fundamentais: de um lado as “condições de reprodução” da agricultura familiar no processo histórico, e de outro, a forma em que a agricultura familiar está imersa no âmbito da formação social na qual se encontra.

³⁹ Este autor enfatiza que, embora a reprodução social seja analisada em nível macro por Marx, os átomos da reprodução social são as famílias. Deste modo destaca o conceito de reprodução social de Fortes (1971), quem a define como o processo de “manter, repor e transmitir o capital social de geração em geração”, sendo o grupo doméstico seu mecanismo central, o qual tem simultaneamente uma dinâmica interna e um movimento governado por suas relações com o campo externo” (ALMEIDA, 1986, p.67; aspas no original).

insumos necessários ao reinício do processo” (ALMEIDA, 1986, p. 67). Assim, no estudo deste tipo de reprodução levam-se em conta as formas de utilização da terra, de alocação do trabalho e o uso de recursos naturais. Por outra parte, de como esses fatores podem condicionar a existência da unidade produtiva no curto prazo e por mais de uma geração. Neste sentido, o avanço da grande propriedade, os preços crescentes da terra e as relações de troca deterioradas, representariam pressões sobre a capacidade de sobrevivência das famílias. Ante estas pressões, as respostas da família camponesa podem ser no ciclo curto, a “*intensificação do trabalho*”, a “*redução do consumo*” ou a “*dispersão da unidade de trabalho familiar*” (ALMEIDA, 1986, p. 67-68).

Estudos mais recentes insistem no papel ativo dos produtores familiares na construção de suas estratégias de resistências, o que lhes outorgaria certa margem de liberdade em face do contexto em que se situam. Nesta perspectiva encontram-se os trabalhos de Ellis (2000) e de Scott (2012).

Conforme Ellis (2000), os agricultores perseguem diferentes estratégias (sejam de resistência ou de reação), para se manter e ampliar os seus modos de vida (*livelihoods*⁴⁰). Segundo Ellis, a análise de modos de vida contempla o manejo de diferentes estratégias por parte das unidades de produção familiar dentro de um contexto específico (de fatores que constituem ameaças).

Tais estratégias podem ser de caráter: reativo, adaptativo ou de diversificação. Uma estratégia reativa é aquela composta por ações involuntárias que possibilitam reconstruir um modo de vida por necessidade. A estratégia adaptativa, por sua vez, é aquela que procura alternativas que tornem as unidades de produção menos propensas às crises no futuro através do exercício das capacidades dos membros da unidade doméstica. Já a estratégia de diversificação é um tipo de adaptação que pode levar a unidade doméstica à ascensão pela maior capacidade de manter, e “criar” os diferentes

⁴⁰ A definição de modos de vida, trabalhada por Ellis é a que foi proposta por Chambers e Conway (1992). Estes definem o modo de vida como uma combinação de ativos (tangíveis e intangíveis), de capacitações e atividades que permitem ao indivíduo gerar meios de vida que garantam a sua reprodução social. Os ativos tangíveis compreendem recursos essenciais (ex. alimentação, vivenda), recursos naturais, (ex. terra), e recursos financeiros. Os ativos intangíveis obedecem às oportunidades de acesso que permitem às famílias, demandar os recursos tangíveis (ELLIS, 2000, p.7).

tipos de capitais necessários à sua sobrevivência (DAVIES 1993 apud ELLIS 2000). Ellis (2000, p.15) define a diversificação dos meios de vida rurais como “um processo em que as unidades familiares constroem um portfólio diverso de atividades e recursos para sobreviver e melhorar os seus modos de vida”.

Para Schneider (2010, p.89), a diversidade descrita por Ellis, “manifesta-se por meio de um repertório de iniciativas individuais ou familiares que funcionam e operam como alternativas em contexto de privação e dificuldades, muitas vezes decorrentes da falta de opções”. Já a diversificação “remete ao entendimento do processo social e econômico de criação da diversidade dos meios de vida”.

Assim, segundo Schneider (2010), a perspectiva de Ellis é interessante para tentar compreender a diversidade dos meios e os modos pelos quais os indivíduos lidam com as desventuras e os condicionantes nos contextos em que vivem. Deste modo, por um lado, quanto mais diversificada for uma unidade produtiva, maiores serão as oportunidades para fazer escolhas. Por outro lado, se bem em situações de privação e constrangimento, as possibilidades de se estabelecerem estratégias se reduzem, os sujeitos logram mobilizar recursos (capitais ou ativos), que podem ser de natureza diversa, até mesmo o apelo às relações de sociabilidade. Segundo esta perspectiva, num contexto de necessidades básicas insatisfeitas, os indivíduos e famílias conseguem somente estabelecer estratégias de reação buscando garantir a sua sobrevivência.

Por sua vez, desde outra perspectiva de análise, Scott (2002) assinala que o campesinato define sua identidade e condição através de formas cotidianas de resistência⁴¹. Trata-se de formas de resistência “ocultas” realizadas, muitas das vezes, de forma individual e não premeditada; não há, portanto, nenhuma exigência de que a resistência assuma a forma de ação coletiva. As mesmas têm como alvo os setores dominantes e os objetivos são quase sempre imediatos, estando relacionados com a aquisição de bens concretos como a alimentação, ou o direito ao descanso.

⁴¹ Uma das grandes preocupações do trabalho de Scott deriva do fato de explicar porque, em alguns casos, os camponeses não se revoltam diante situações de privação e pobreza extremas. Assim, segundo o autor, a revolta dos camponeses não emerge de níveis objetivos de exploração senão do sentimento subjetivo da exploração. Este sentimento geralmente se dá, quando a exploração ultrapassa o nível mínimo de subsistência da família (Scott 1976 apud, PINHEIRO1985 p.37).

Assim, o autor fala de uma resistência passiva, muitas vezes simbólica “expressa através de sabotagens sutis, de não participação, de evasão, de engano”, ou de “fofoca, injúrias, rejeição de categorias impostas, questionamento e afastamento” (SCOTT, 2002, p12). Ao se referir às intenções destas formas de resistência camponesa, o autor coloca o seguinte:

O objetivo, afinal, da grande expressão de resistência camponesa não é diretamente derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver –hoje, esta semana, esta estação- dentro dele (...). Assim, são consequências possíveis da persistente tentativa dos camponeses de se apropriarem de pequenas porções: o alívio marginal da exploração; a ampliação dos limites da renegociação das taxas de apropriação; a mudança do percurso do desenvolvimento subsequente e, mais raramente, a contribuição para a derrocada do sistema (SCOTT, 2002, p.30).

A variedade das formas de resistência, por sua vez, “oculta uma continuidade básica” que reside na história do esforço persistente dos relativamente autônomos produtores de mercadorias de pequena escala, no sentido de defender seus interesses e de reproduzirem a si próprios. Segundo o autor, estas formas de resistência obstinadas e persistentes “representam as armas verdadeiramente duráveis dos fracos” (2002 p.31).

Deste modo, autores como Ellis e Scott, apontam a importância do desenvolvimento de estratégias autocontroladas pelos próprios produtores familiares que possibilitam o fortalecimento de sua autonomia face ambientes hostis que ameaçam ou limitam sua reprodução.

Desde o âmbito da sociologia rural uruguaia, Diego Piñeiro (1985) afirma que não é possível descuidar o fato de que os camponeses estão ligados ao capitalismo através da extração de seus excedentes. Assim, o autor indica que uma das razões pelas quais os produtores familiares se reproduzem, é através da resistência à extração de excedentes. O autor define a resistência como aquelas ações coletivas ou individuais que exercem os membros de uma classe subordinada para diminuir a intensidade da extração de excedentes. Os camponeses adotam a resistência, então, para assegurar sua reprodução, evitando uma maior espoliação. Influenciado pelo trabalho de James Scott, Piñeiro coloca a ênfase naquelas formas de resistência

individuais, também denominadas “passivas”, onde se evita a confrontação direta e o uso da violência física. Para a análise do caso uruguaio⁴², indica duas formas principais deste tipo de resistência: o exercício de atividades “*extra-prediales*” e a produção destinada ao autoconsumo (PIÑEIRO, 1985, p.42).

Somado a isso, Piñeiro (1985) coloca que é preciso analisar a contribuição do papel da burguesia e do Estado na reprodução da produção familiar. Deste modo, por exemplo, a burguesia rural que produz para o mercado externo, pode também influenciar o Estado na geração de políticas para assegurar a reprodução dos produtores familiares se precisar de sua mão de obra. No outro extremo, setores que produzem para o mercado externo, mas utilizam pouca mão de obra (ex. grandes pecuaristas, produtores de soja ou florestais) podem tratar de eliminar os produtores familiares com a finalidade de se apropriarem de suas terras.

⁴² Particularmente para o caso dos produtores familiares do “*noreste*” do departamento de *Canelones*.

4. AS PARTICULARIDADES DA PRODUÇÃO FAMILIAR NO URUGUAI

4.1 Caracterização da produção familiar no Uruguai

Segundo Piñeiro e Moraes (2008), os produtores familiares possuem extensões reduzidas de terra e produzem utilizando predominantemente mão de obra proveniente do grupo familiar. No imaginário coletivo muitas vezes prevalece a ideia de que “produtor familiar” é aquele produtor carente de recursos produtivos (terra, maquinário e capital) e bastante tradicional com respeito à adoção de novas tecnologias. No Uruguai encontram-se produtores familiares em todos os setores produtivos, principalmente na pecuária de corte (bovina e ovina), bem como na produção de lã e de leite. Uma parcela minoritária dos produtores familiares tem na agricultura (horticultura, fruticultura e cereais) sua principal atividade (PIÑEIRO, 2004).

Na primeira metade do século XX os produtores familiares também se dedicavam à agricultura extensiva, produzindo trigo, milho e oleaginosas. Não obstante, a natureza destes cultivos se baseia em grandes extensões de terra e na tecnificação das lavouras, predominantemente exploradas por grandes empresas agrícolas.

Do mesmo modo que Lamarche (1993), Piñeiro (1991) coloca que, para o caso uruguaio, não há homogeneidade entre os produtores familiares uruguaio. Existem diferenças importantes que conformam, segundo este autor, distintas subcategorias ou sub- tipos, quais sejam: “o produtor capitalizado”, “o semiassalariado” e o “produtor familiar”.

O produtor capitalizado caracteriza-se por passar por períodos de reprodução ampliada que lhe permitem gerar e guardar excedentes de um ciclo produtivo para outro. Tal riqueza é investida em melhorias tecnológicas no próprio estabelecimento, as quais economizam força de trabalho e possibilitam que a exploração cresça em tamanho e produção, mantendo, entretanto, o caráter familiar. Quando a acumulação de riqueza é constante, é provável que a exploração recorra a uma proporção crescente de trabalho assalariado em relação ao familiar, podendo transformar-se numa unidade capitalista de produção.

No extremo oposto estão os produtores “semiassalariados”, situação na qual um ou vários membros da família vendem parte de sua força de trabalho fora do estabelecimento para assegurar sua reprodução social. O “produtor familiar”, por sua parte, estaria entre os dois tipos aqui mencionados e se caracteriza por utilizar, majoritariamente, o trabalho familiar sem vender nem comprar força de trabalho. Geralmente, se encontra numa fase de reprodução simples que o impede de acumular riquezas (PIÑEIRO, 1991).

4.2 Formação do espaço social agrário no Uruguai

A análise da situação atual da produção familiar na região centro-oriental uruguaia não pode prescindir da análise histórica da formação do espaço social agrário deste país latino-americano. Deste modo, examinaremos aqui, alguns aspectos relativos à evolução histórica do mundo rural no Uruguai, com ênfase em fatores sociais e econômicos, como forma de contextualizar o trabalho.

A “República Oriental del Uruguay” é um país com menos de 190 anos de vida independente. Situa-se no extremo sul do continente, dividindo fronteiras com a Argentina e o Brasil, possuindo uma superfície territorial de 176.215 km². Conquistou sua independência em 1825, surgindo como um país de poucos habitantes. Com uma reduzida população indígena (quase nula⁴³), esta nação foi povoada, sobretudo, a partir da imigração de origem europeia.

⁴³ O Uruguai anterior à conquista estava povoado por uns poucos milhares de indígenas, dentre várias etnias, tais como: *charruas*, *minuanos*, *bohanes*, *guenoas*, *yaros*, *chanaes* e *guaranis*. Esses povos também habitaram os atuais territórios da Argentina e do Brasil. A etnia *charrua* era a majoritária, reconhecida como sendo “caçadores superiores”; os *chanaes* e *guaranis* chegaram a praticar algumas formas de agricultura. Mas, todos eles foram fundamentalmente caçadores e pescadores. Segundo o historiador Pedro Barrán (1995), com a chegada dos europeus e a introdução do gado no começo do século XVII, modificou-se o habitat e os costumes destes indígenas. Muitos deles terminaram morrendo por causa de epidemias, a exemplo da varíola, e pela perseguição do homem branco motivada pela hostilidade dos indígenas frente às formas de trabalho que o conquistador espanhol impôs. A tradição historiográfica uruguaia afirma que no ano 1831 desapareceram os *charruas*, havendo sido exterminados pelo exército do primeiro governo republicano do Uruguai independente. Assim, o chamado “*Exterminio de los indígenas en Salsipuedes*” (1831), fundou o mito do Uruguai “europeu e branco” que as classes dirigentes do país historicamente alimentaram.

Segundo Piñeiro e Moraes (2008), a imigração fez com que a população crescesse até chegar a um milhão de habitantes no início do século XX. Não obstante, devido às circunstâncias históricas, os imigrantes não experimentaram um acesso pleno à terra, estabelecendo-se, majoritariamente em cidades, principalmente em Montevideu, cidade porto e principal centro das atividades comerciais. Assim, ainda que a população rural continuasse a crescer nas primeiras décadas do século XX, sua proporção no total da população irá paulatinamente diminuindo até os dias atuais. A redução da população rural é tão marcante que, atualmente, Uruguai é o país com menor população rural na América Latina. Os dados da Tabela 1 não deixam dúvidas a esse respeito.

Tabela 1. Evolução da população uruguaia (em mil pessoas), segundo condições de domicílio (urbano/rural).

POPULAÇÃO	1963	1975	1985	1996	2004	2011
Rural ⁴⁴	498	474	405	292	266	176
Urbana	2097	2314	2535	2872	2975	3111
Total	2596	2788	2940	3164	3241	3287
% População Rural	19,2	17,0	12,7	9,2	8,2	5,3

Fonte: Censos Demográficos INE (1963, 1975, 1985, 1996, 2004, 2011).

⁴⁴ No Uruguai existem duas instituições estatais responsáveis de produzir estatísticas populacionais do meio rural, sendo que as mesmas utilizam diferentes definições de “população rural”. Uma é o “*Instituto Nacional de Estadísticas*” (INE) que realiza os “*Censos de Población y Vivienda*”, aproximadamente a cada dez anos. O INE define as áreas urbanas baseando-se na “*Ley de Centros Poblados*”, do ano 1946, no qual se estabelece a competência exclusiva dos governos departamentais para autorizar a divisão de zonas rurais com respeito à formação de centros povoados, assim como para a abertura de ruas, caminhos etc. Deste modo, a população classifica-se em urbana ou rural segundo o lugar de domicílio que recebe da parte do governo departamental. Cada um dos 19 governos adota seu próprio critério sem a obrigação de considerar o tamanho das localidades nem a dispersão da população dentro do território. Por outro lado, a “*Dirección de Investigación y Estadísticas Agropecuarias*” (DIEA), pertencente ao “*Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca*” (MGAP) é a responsável de organizar o “*Censo General Agropecuario*” (CGA), que também se realiza aproximadamente a cada dez anos. A definição de população rural adotada por este censo refere-se às pessoas que moram habitualmente nas explorações que necessariamente devem ter atividade agropecuária dentro do ano do censo e que a extensão da terra explorada seja igual ou maior que um hectare. Esta definição combina o domicílio das pessoas com um critério vinculado à atividade produtiva que desempenham. Deste modo, o CGA exclui aquela população que realiza atividades produtivas, mas não reside no meio rural, assim como aquela que tem o meio rural como domicílio, mas não realiza atividades produtivas no próprio estabelecimento. O censo realizado pela DIEA no ano 2000 contabilizou uma “população rural” total equivalente a 189.238 habitantes. O último censo realizou-se no ano 2011, cujos dados ainda não foram disponibilizados.

O setor agropecuário no Uruguai teve e tem um papel destacado no desenvolvimento da sociedade em seu conjunto. O gado bovino foi introduzido por Hernandarias⁴⁵ e pelas missões jesuíticas no século XVII. Deste modo, o gado esteve presente no território uruguaio muito antes que as levas de colonos europeus por aqui chegassem, e sua exploração constituiu o principal alvo de interesse dos assentamentos humanos que se estabeleceram posteriormente no território da chamada Banda Oriental⁴⁶.

Esta riqueza pecuária será explorada legal e ilegalmente pelos mais distintos personagens e receberá a influência do capital comercial externo⁴⁷ (ASTORI et al, 1982). O fato de que o gado tenha prosperado e se desenvolvido sem precisar da ação do homem, fundamentou as explorações de caráter puramente extrativistas em seus inícios; assim, durante o século XVIII e a primeira parte do século XIX, a ação do homem restringiu-se ao abate e extração do couro do animal. Segundo Astori et al (1982), a organização do trabalho baseada no pastoreio do gado em campo natural outorgava ao homem do meio rural “la condición de pastor, mas que la de realmente un agente productor” (p.60).

Deste modo, o Uruguai se destacou, desde o começo de sua existência, como uma colônia espanhola produtora de couro e charque⁴⁸, e no final do século XIX, como fornecedor de carnes e de lã para a Europa. Segundo os historiadores Barrán e Nahum

⁴⁵Hernando Arias de Saavedra (1564 - 1634), também chamado de Hernandarias, foi o primeiro militar e político nascido na América que ocupou o posto de governador numa região Colonial (Assunção-Paraguai). Hernandarias participou de inúmeras expedições de exploração e conquista nos atuais territórios de Paraguai e Argentina. Durante o ano 1607 percorreu o atual território do Uruguai e posteriormente descreveu suas observações ao Rei da Espanha, destacando as terras do Rio Uruguai como ótimas para a criação de gado. Anos depois, Hernandarias voltou ao território, transportando uma importante quantidade de gado, iniciando, deste modo, a pecuária na região.

⁴⁶ “Banda Oriental” era chamado, entre os séculos XVII e XVIII, o território ao leste do Rio Uruguai e ao norte do Rio de la Plata, compreendendo atualmente a região correspondente ao Uruguai, ao Estado brasileiro de Rio Grande do Sul e a uma parte dos Estados brasileiros de Santa Catarina e Paraná. Segundo o historiador Pedro Barrán (1995), a região foi povoada por três motivos fundamentais: a qualidade de seus campos naturais, em decorrência da rápida e fácil multiplicação do gado vacum introduzido em suas planícies; as vantagens de Montevideu como único porto natural do Rio de la Plata e a condição de ser um território fronteira entre os reinos da Espanha e Portugal.

⁴⁷ O imperialismo britânico teve uma presença destacada no cenário político, econômico e social do Rio de la Plata. Isso determinou, no caso uruguaio, a configuração de um sistema produtivo não diversificado e funcional à divisão do trabalho requerida por este centro imperial. Assim, as exportações do setor pecuário constituem o eixo principal pelo qual se articula a dependência externa do Uruguai.

⁴⁸ Carne bovina desidratada por meio de sal.

(1967), a demanda por subprodutos de origem pecuária, somada às excepcionais características ecológicas do país para esta atividade, conduziram a uma rápida apropriação da terra. Os campos foram cercados entre 1840 e 1890 e a propriedade passou a ser delimitada, esgotando-se, muito cedo, a fronteira agrícola em comparação com outros países da América Latina.

Este fato provocou a expulsão da população pobre do meio rural, especialmente de pequenos proprietários, sem títulos de propriedade, e os chamados “*gauchos*”⁴⁹ (estes últimos estimados, à época, em 10% da população rural). Emerge assim, um sistema de produção com predomínio da estância pecuária que estabelece relações de trabalho e produção, eliminando os excedentes populacionais, e expulsando os tradicionais residentes do meio rural.

Para Astori et al, (1982, p.60), não existiram incentivos econômicos para a criação de infraestrutura física descentralizada que facilitasse o assentamento da população no meio rural. Deste modo, “el ausentismo latifundista nació con la producción ganadera y persistió hasta el presente como uno de sus símbolos claves”.

Por sua vez, o desenvolvimento da agricultura foi de escassa importância. Nos primeiros anos de vida independente do país, os cultivos ocupavam menos de 1% da superfície produtiva disponível, encontrando-se os mesmos no sul do país. Na segunda metade do século XIX, depois do cercamento dos campos, acentuou-se a imigração europeia. Como consequência destes eventos, a atividade agrícola traslada-se ao sudeste do país. No ano 1900 a agricultura ocupava 2,4% da superfície produtiva uruguaia (ASTORI et al, 1982).

⁴⁹ *Gaúcho* o *Gaúcho* é uma denominação dada às pessoas que habitaram os campos naturais da Argentina, do Uruguai e do sul do Brasil, particularmente no território do bioma pampa. O termo originou-se na região da Banda Oriental, ao final do século XVIII. Se lhes considera como uma mistura de europeus e indígenas. Usam roupas de origem indígena (poncho, lenço, vincha e faixa), europeia (camisa, chapéu e bota) e turca (bombacha), todas adaptadas ao pampa com o passar do tempo. Tratava-se de exímios ginetes, hábeis nas lidas do campo e ágeis no manejo do laço, das boleadeiras e da faca, que foram suas ferramentas essenciais de trabalho. Não possuíam terras nem animais. Os gaúchos levavam uma vida nômade, caracterizando-se por não se submeter ao trabalho dependente de outros homens. Com a atividade sazonal nas estâncias, o contrabando e o abate de gado selvagem (*cimarrón*), satisfaziam suas necessidades de alimentação e vestimenta, dentro de um precário nível de vida. As condições da região do pampa, nesse momento histórico, fizeram possível a existência do modo de vida do gaúcho; entre elas, a ausência de vigilância por parte dos exércitos e a não definição da propriedade das terras e do gado.

Pode-se dizer então, que nas primeiras décadas do século XIX o espaço rural uruguaio se estrutura a partir de duas formas fundamentais: uma forma concentrada e dominante, vinculada à atividade pecuária, a qual funciona a partir dos requerimentos do capital comercial europeu. A outra forma, de caráter marginal, se apresenta vinculada à subsistência familiar e à produção de alimentos para o abastecimento das cidades (ASTORI et al, 1982).

No século XX, entre as décadas de 1940 e 1960, no contexto de um período político denominado “2º Batllismo”⁵⁰ produz-se uma forte urbanização do país como consequência, basicamente, de dois fatores. De um lado, um forte processo de industrialização substitutiva de importações e, por outro, um grande impulso à mecanização agrária que expulsou, massivamente, a população rural num momento de expansão das grandes lavouras de cereais.

Segundo Piñeiro e Moraes (2008), este período coincide com o que se veio a denominar “agriculturação” do país, pois além da expansão cerealífera cresceu a superfície de oleaginosas, beterraba, cana-de-açúcar, pomares, vitivinicultura, horticultura, em meio ao esforço do país na obtenção da soberania alimentar. Não obstante, ainda nesta época, a superfície máxima dedicada à agricultura não supera um milhão e meio de hectares, apesar da existência de 16 milhões de superfície agrícola útil. O restante compreende as áreas dedicadas à pecuária de carne e de lã e, mais recentemente, à produção leiteira.

Nos últimos quarenta anos, a economia mundial impôs novos rumos aos distintos países. Este processo é motivado pelo incremento da produção de alimentos, com importantes impactos sobre os mercados internacionais. A expansão do comércio mundial afetou fortemente as chamadas “economias emergentes”. No setor agropecuário uruguaio isso se traduziu em processos de desregulação com diferentes implicações para os distintos ramos da produção agroalimentar.

Para os grandes pecuaristas isso possibilitou uma maior captação dos preços internacionais, melhorando suas condições de produtividade e incrementando sua

⁵⁰ O período dos anos 1946 a 1958 foi dominado politicamente pela pessoa de Luis Batlle Berres representante do Partido Colorado. A conjuntura internacional esteve marcada pelo fim da II Guerra Mundial, pelo começo da guerra fria e pela Guerra da Coreia que, conjuntamente, ocasionam a queda das exportações e uma situação bastante adversa nos intercâmbios comerciais.

competitividade. O setor dos laticínios registrou também um forte impulso. No caso da agricultura, onde havia poucas atividades detentoras de competitividade internacional, o mesmo quadro traduziu-se no crescimento de alguns setores, a exemplo do arroz e da citricultura.

No começo de 2000 o cultivo da soja registra um forte impulso exportador⁵¹. Trata-se, geralmente, de uma produção realizada em grandes áreas, com um protagonismo crescente de empresas estrangeiras radicadas no país, as quais se baseiam no uso intensivo de inovações como a mecanização, o uso de agroquímicos, biotecnologia e informática. Sob sua égide foram engendradas importantes mudanças no padrão tecnológico do setor agropecuário.

Depois de 1987, graças a uma política capitaneada pelo Estado, com fortes subsídios a empresários privados, começou a se desenvolver uma atividade produtiva inédita no meio rural: os cultivos florestais. Segundo os dados da DIEA, os cultivos florestais com fins comerciais (pinus e eucalipto) alcançaram a marca de 951.000 hectares em 2007, e estima-se que continuem em franco crescimento.

Paralelamente, e como consequência das mudanças anteriormente descritas, produziu-se, nestes últimos 40 anos, uma clara tendência à integração entre o setor agropecuário e as indústrias processadoras de matérias-primas, formando importantes complexos agroindústrias, principalmente, no caso dos laticínios e da fabricação de pasta de celulose. Através da Figura 2 é possível vislumbrar estas importantes transformações no setor agropecuário uruguaio ao longo da última década.

⁵¹ Entre os anos 2000 e 2007 o cultivo de soja passou de 27.600 para 772.900 hectares, segundo dados da DIEA (2011).

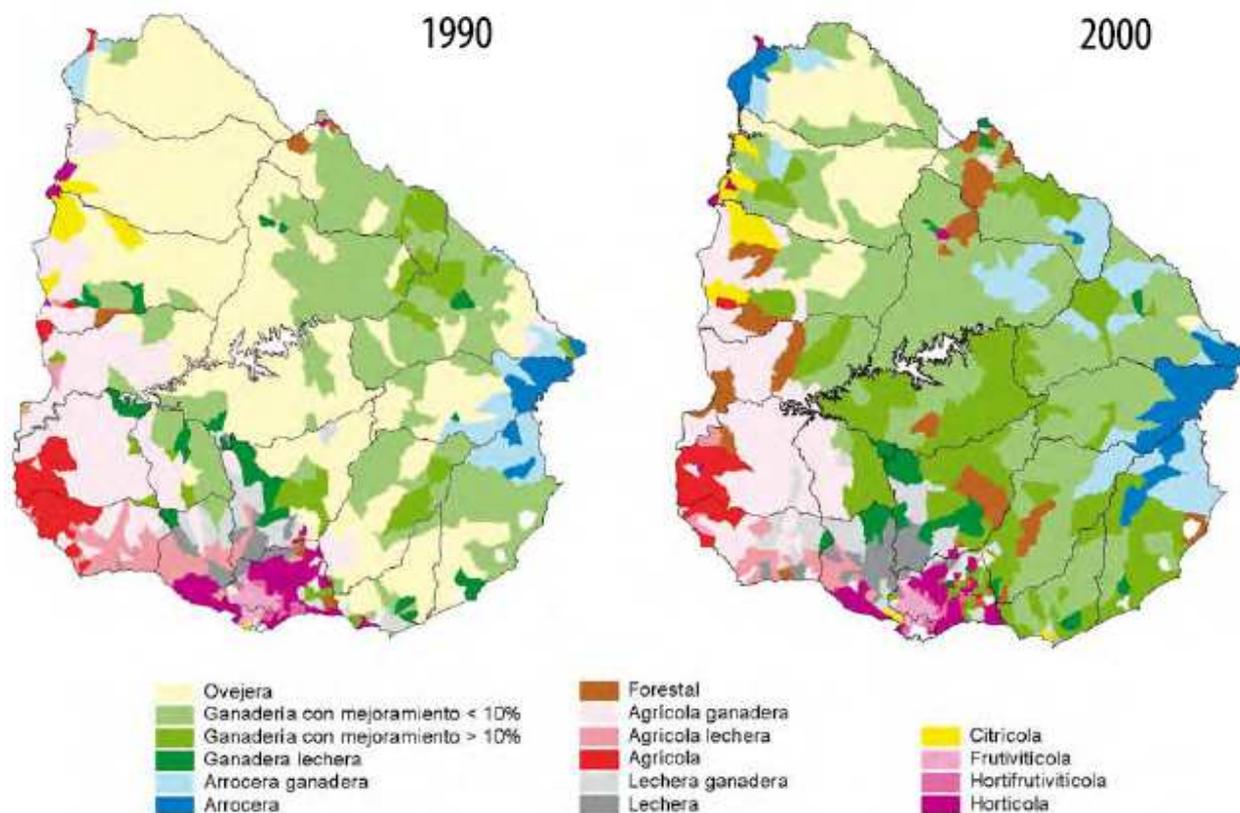


Figura 2. Mapa Ilustrativo. Transformações do setor agropecuário uruguaio no período 1990-2000

Fonte: DIEA-MGAP com base nos Censos Agropecuários de 1990 e 2000.

Entre as principais consequências da política agrária aplicada a partir da década de 1970, segundo Piñeiro (1999), consta o aumento na concentração da propriedade da terra e dos principais meios de produção. Paralelamente, o preço do solo agrícola indica um incremento desde 1970 até a atualidade⁵². Por sua vez, as terras uruguaias sempre resultaram mais baratas, em média, se comparadas com as do Brasil ou da Argentina (PIÑEIRO e MORAES, 2008), o que provocou o interesse pela

⁵² Segundo Piñeiro (2011) o incremento na demanda de terras uruguaias faz com que o preço do solo multiplicasse seu valor por seis. Entretanto, a demanda não é apenas resultante da compra de terras, mas também pela via de arrendamentos. A demanda prioriza as terras agrícolas para o cultivo de soja, de outros cultivos de sequeiro (trigo, milho, girassol, cevada e sorgo), arroz irrigado, assim como para os cultivos florestais (pinus e eucalipto). Por sua vez, a alta no preço da terra faz com que aqueles produtores familiares que desejam permanecer no campo, estejam impossibilitados economicamente de se expandirem. Entretanto, entre aqueles produtores familiares que estão na dúvida de migrar, a venda das terras constitui um fenômeno atrativo que incentiva o processo migratório (PIÑEIRO, 2001).

compra de terras por parte de estrangeiros, tanto dos países vizinhos (Argentina e Brasil) quanto de países europeus.

O panorama mais amplo de transformações, descrito anteriormente, coloca a agricultura familiar numa situação de clara desvantagem. Segundo Piñeiro e Moraes (2008), os estabelecimentos rurais com área inferior a 100 hectares (em boa medida correspondentes às explorações familiares) experimentam, no Uruguai, um forte declínio na segunda metade do século XX. Com efeito, em 1961 existiam, nesse país, 65.000 explorações com estas dimensões, cujo número se viu reduzido a 36.000, no ano 2000, segundo esses autores.

Por sua vez, os resultados do processamento da informação do Censo Agropecuário do ano 2000 realizado pela “*Oficina de Programación y Política Agropecuaria*” (OPYPA) no ano 2005 revelam que os estabelecimentos de tipo familiar seriam 39.120, representando 79% do total de estabelecimentos agropecuários existentes no Uruguai⁵³. Segundo esta pesquisa, os produtores familiares são numericamente mais importantes em setores como a pecuária de corte e de leite, horticultura e a criação de aves e porcos, em detrimento dos produtores médios ou grandes. Não obstante, as explorações familiares concentram apenas 15% da superfície agrícola total.

Deste modo, se na primeira metade do século XX o Estado uruguaio favoreceu o crescimento interno, seguindo o modelo de substituição de importações (notadamente no ramo da produção de alimentos), na segunda metade do século XX, especialmente nas três últimas décadas, as políticas aplicadas pelo Estado favoreceram a abertura dos mercados, mediante a qual cresce a importação de alimentos.

Assim, a produção familiar passou a enfrentar a concorrência advinda da introdução de frutas, verduras, legumes, cereais etc., provenientes do exterior. Piñeiro e Moraes (2008), referindo-se à conjuntura do setor agropecuário uruguaio, falam da existência de uma “agricultura a duas velocidades”. Assim, se, de um lado, se consolida um novo setor de grandes proprietários de terra, de outro, permanece ativo um conjunto

⁵³ Tal análise foi realizada por Bruno e Tommassino (2005). Eles estabelecem uma tipologia de produtores que abarca: “produtores familiares”, “produtores médios” e “produtores grandes”. Por “produtor familiar” definem aquele que trabalha no estabelecimento com mão-de-obra fundamentalmente familiar, residindo no próprio estabelecimento ou num lugar muito próximo a ele. O principal objetivo de sua lógica produtiva é assegurar a reprodução social da família.

de explorações familiares que, apesar das inúmeras vicissitudes, resiste à completa desapareição, mediante estratégias diversificadas de adaptação.

Na atualidade, os produtores familiares encontram-se distribuídos geograficamente por todo o país, mas a maioria deles localiza-se nos departamentos do sul, especialmente em: *Canelones, San José, Lavalleja e Colonia*. Nos demais departamentos encontram-se geralmente estabelecidos no entorno das cidades principais, vinculando sua atuação fundamentalmente com o abastecimento dos mercados locais.

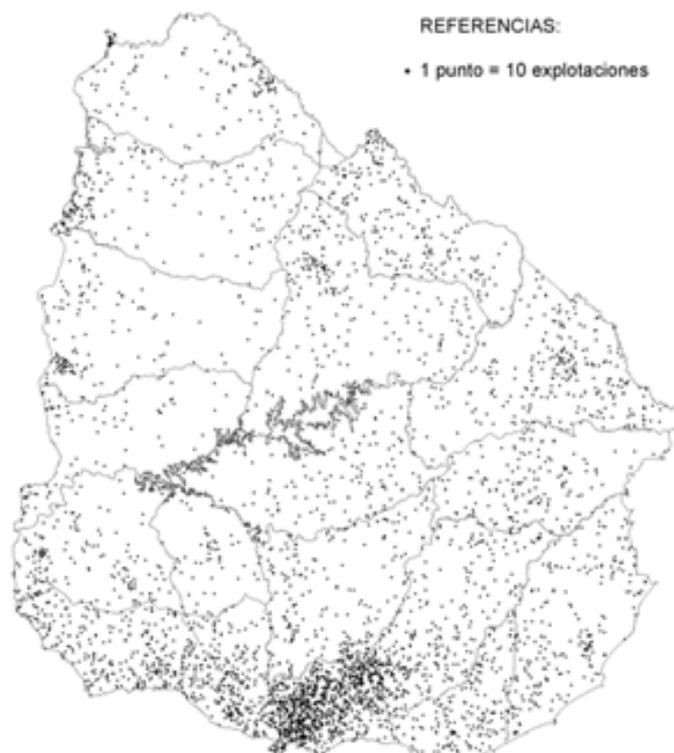


Figura 3. Mapa Ilustrativo. Distribuição das explorações familiares no Uruguai.

Fonte: DIEA-MGAP com base no Censo Agropecuário do ano 2000.

4.3 Breve histórico das políticas agrárias destinadas aos “menos favorecidos” do setor rural uruguaio.

Entre os anos 1903-1933, no marco político do *batllismo*⁵⁴, o papel do Estado uruguaio modificou-se substancialmente. Durante este período, assentaram-se as bases ideológicas e administrativas de uma tradição intervencionista que iria caracterizar o país.

Em matéria de política agrária, o selo distintivo foi a radical ruptura do partido de governo com os atores sociais mais poderosos do setor rural. Assim, a concepção *batllista* da questão agrária mostrava-se fortemente contrária ao latifúndio e à orientação pecuarista do país (PIÑEIRO; MORAES, 2008). Tal atitude caracterizou-se pela aplicação de impostos progressivos segundo a extensão da propriedade da terra, e incremento dos impostos de herança. Não obstante, tais medidas não foram plenamente concretizadas. Entre outras medidas executadas, destacam-se: as leis de salários rurais, o fomento ao crédito rural, o incentivo à agricultura, os esforços em favor da colonização agrária⁵⁵ e a promoção da industrialização.

Não obstante, segundo Piñeiro e Moraes (2008), os verdadeiros problemas do setor agrário (o atraso tecnológico, o insuficiente apoio econômico em matéria de infraestrutura e as péssimas condições de vida das populações rurais mais pobres) não se converteram em objeto privilegiado da atuação estatal. Assim, essas dificuldades de caráter estrutural se acentuariam com o passar do tempo.

⁵⁴ *Batllismo* é o nome dado a uma facção do Partido Colorado do Uruguai inspirado na doutrina política fundada por José Batlle y Ordóñez (1856-1929), que sustenta a ideia que o Estado deve controlar os aspectos básicos da economia (por meio de monopólios estatais), assim como criar um amplo corpo de leis sociais. Promovia um país de classes médias, no qual “*los ricos fueran menos ricos para que los pobres fueran menos pobres*” e considerava que somente poder-se-ia chegar a esse ideal mediante a ação de um Estado intervencionista e redistribuidor dos lucros. O *batllismo*, com sua política de nacionalizações, sua avançada legislação social e sua economia dirigida, tendo como foco o equilíbrio macroeconômico, alcançou a criação de uma sociedade mesocrática excepcional na América Latina. Assim, o Uruguai foi chamado, à época, por alguns observadores políticos, como “*la Suiza de América*”. José Batlle y Ordóñez governou o país em dois períodos (1903/1907 e 1911/1915). Dentre os presidentes sucessores de sua política encontram-se: Claudio Williman, Baltasar Brum, José Serrato e Luis Batlle Berres.

⁵⁵ No ano 1948, durante o governo de Luis Batlle Berres, nasce o “*Instituto Nacional de Colonización*” (INC), com o objetivo de promover uma divisão racional da terra, buscando, através desta medida, modificar a estrutura agrária do país.

Ao final da década de 1950 começou o fim da “*época de oro*”, herdeira do *batllismo*, caracterizada pelo modelo de substituição de importações e a consolidação de uma “*sociedade hiperintegrada*”⁵⁶. O período de ditadura militar (1973-1985) subsequente é marcado pela reestruturação econômica⁵⁷ e pela alteração do sistema de proteção social caracterizado como Estado de Bem-Estar, agravando a difícil situação social das classes populares. No sector agropecuário, as políticas neoliberais aprofundaram a diferenciação produtiva⁵⁸. As consequências, tal qual analisado anteriormente, expressam-se na redução do número de explorações agropecuárias de menor tamanho.

Os efeitos decorrentes do processo de decomposição da pequena produção familiar uruguaia tornou necessária a procura de alternativas para este setor. Com efeito, durante a década de 1990, o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), acenam com a oferta de financiamento e de cooperação com foco no desenvolvimento rural do Uruguai.

Desde então emergem iniciativas como o “*Programa Nacional de Apoyo a la Pequeña Producción Agropecuaria*”, tendo como principal objetivo a redução da pobreza rural; o “*Programa Familia Rural*”, que focaliza sua atenção no desenvolvimento social das famílias rurais; e o “*Programa Nacional de Desarrollo de Pequeños y Medianos Ganaderos*”, que tem como finalidade o aperfeiçoamento do gerenciamento de estabelecimentos de pequenos e médios produtores pecuaristas. Finalmente, o programa “*Uruguay Rural*”, que assume, dentre os seus principais objetivos, a erradicação da pobreza rural (MORAES; OREGGIONI; PICOS, 2010).

⁵⁶ Os mecanismos de integração social, política e econômica, assim como a forte absorção de valores e normas institucionais, por parte da população uruguaia no período *batllista*, são elementos que atuaram favorecendo este processo integrador.

⁵⁷ Propiciou-se a liberalização comercial e financeira, a abertura ao capital estrangeiro, as privatizações e a reforma tributária. Este modelo é consolidado ao final de 1980 e se aprofunda a partir da década de 1990.

⁵⁸ A postura teórica descampesinista tem sido o correlato das políticas neoliberais. Segundo este enfoque, a única forma de produção viável no marco do sistema capitalista é a empresarial. A produção familiar e outras formas “não empresariais de produção” são consideradas como categorias em transição (FIGARI; ROSSI; GONZÁLEZ, 2008).

Na metade da década de 2000, com a ascensão do primeiro governo uruguaio de esquerda⁵⁹, ocorreram mudanças substanciais na orientação política que levaram a colocar novamente na agenda a problemática dos setores mais castigados pelos modelos anteriores, entre os quais figuram os produtores familiares. Assim, a partir de 2005, surge um novo marco político, no qual a ênfase recai em temas como a superação da pobreza e em promover a inclusão social, bem como em políticas orientadas ao desenvolvimento rural, dando-se continuidade a alguns programas já existentes. Todavia, as ações neste sentido são agora mais inovadoras e partem de um marco político explícito⁶⁰ de apoio à produção familiar.

De modo geral, entre as principais preocupações políticas dos governos de esquerda, encontra-se o compromisso de combater a vulnerabilidade e a exclusão social da população. Neste sentido, tanto a “descentralização” quanto a “participação social” vêm se constituindo em dois elementos muito presentes nas propostas políticas dos governos de esquerda latino-americanos nos últimos anos. Neste novo contexto, os três eixos de ação da política de desenvolvimento rural uruguaia são: a Política de Terras⁶¹, os Programas do “*Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca*” (MGAP) e os Programas de Descentralização.

Assim, dentre as principais orientações do Estado uruguaio em matéria de política pública para o setor da produção familiar, encontram-se:

⁵⁹ O “Frente Amplio”, coalizão de diversos partidos de centro-esquerda, ganhou as eleições pela primeira vez no país no ano 2005. Tabaré Vázquez foi o presidente eleito no período 2005-2010. Atualmente o país encontra-se conduzido pelo segundo governo do “Frente Amplio”, sendo José Mujica o presidente constitucional até o ano 2014.

⁶⁰ A partir de 2005 a nova administração do programa “Uruguay Rural” (MGAP) assume a necessidade de realizar mudanças no programa. Antonio Vadell, responsável pelo programa, indica que “se pasó de luchar contra la pobreza, a luchar contra las causas que la originan”. Assim, através desta nova concepção da política pública para a produção familiar, procurou-se promover uma distribuição mais equitativa da riqueza gerada no meio rural: “la idea es reunir y organizar a los productores más débiles económicamente, facilitando su ingreso a estas cadenas productivas, como forma de resolver la comercialización y de luchar por precios justos para sus productos” (MORAES; OREGGIONI; PICOS, 2010, p. 26).

⁶¹ A política de acesso à terra é estruturada no Uruguai, pelo “Instituto Nacional de Colonización” (INC). Esta instituição possui mais de 60 anos de existência e recentemente correu o risco de fechamento durante o período da crise econômica (entre os anos 2002 e 2004) no governo do presidente Jorge Batlle Ibáñez (Partido Colorado). A administração política do governo de Tabaré Vázquez propôs uma reativação das ações deste instituto, definindo duas grandes orientações de trabalho: “1. Apoyo al desarrollo de las colonias y los colonos ya existentes, 2. Creación de nuevas colonias mediante una activa política de compras y traspaso de tierras de otros organismos públicos” (VASALLO, 2010, p.117).

- a) A institucionalização do “Desenvolvimento Rural” no *Ministerio de Ganaderia, Agricultura y Pesca* (MGAP);
- b) A descentralização das ações nos territórios⁶²;
- c) A integração de profissionais da área social (sociólogos, antropólogos, psicólogos, assistentes sociais) junto às equipes de trabalho;
- d) A coordenação e articulação do MGAP com outras agências estatais no meio rural;
- e) O atendimento prioritário às famílias rurais mais vulneráveis;
- f) O apoio à construção de cadeias produtivas sustentáveis, integrando o “social” e o “produtivo”;
- g) O fomento a serviços de apoio econômico (exemplo: créditos, fundos rotativos solidários);
- h) O fortalecimento das organizações de produtores familiares, promovendo a participação popular na tomada de decisões e avaliação dos projetos (MORAES; OREGGIONI; PICOS, 2010).

Com base nestas novas coordenadas redirecionam-se os objetivos dos programas que vinham sendo executados pelo MGAP (exemplo: “*Producción Ganadera*”, “*Uruguay Rural*”, “*Proyecto Producción Responsable*”, “*Dirección General de la Granja*”). A atenção à produção familiar, através de ações isoladas e desconexas, será, aos poucos, substituída por uma estratégia global tendente a apoiar suas iniciativas, com vistas à permanência e sustentabilidade da produção familiar no mundo rural uruguaio (FRUGONI, 2008).

⁶² A descentralização das instituições agropecuárias foi promovida em 2007 através da Lei Nº 18126, a qual preconiza a participação das organizações sociais da agricultura familiar na determinação das políticas públicas locais de desenvolvimento rural.

5. DINÂMICA DA PRODUÇÃO FAMILIAR NA FRONTEIRA DE CERRO LARGO

5.1 Dados gerais do departamento de Cerro Largo

A pesquisa foi realizada no departamento de Cerro Largo, que está situado na região centro-oriental uruguaia, ocupando uma superfície de 13.648 km² (7,8% da totalidade do território uruguaio), fazendo fronteira com os municípios brasileiros de Aceguá, Pedras Altas, Herval e Jaguarão, na região pampeana gaúcha. A capital do departamento é Melo, e algumas de suas cidades mais importantes são Rio Branco, Aceguá, Fraile Muerto e Tupambaé.



Figura 4. Mapa ilustrativo. Divisão político-administrativa do Uruguai⁶³

Fonte: INE

⁶³ Em termos político-administrativos, o Uruguai se encontra dividido em 19 *Departamentos* e em 89 *Alcaldías*. O modelo populacional é denominado “macrocefálico”, pois mais da metade da população do país (53% segundo dados do INE para 2011) reside na chamada “Área Metropolitana” (*Montevideo* e aglomerações urbanas pertencentes aos departamentos de *Canelones* e *San José*).

A população total do departamento é de 84.698 habitantes segundo o último Censo Demográfico do INE (2011), sendo 93% residentes no âmbito urbano e 7% no âmbito rural. A população rural do departamento tem diminuído, seguindo uma tendência nacional. Em 1996 ela correspondia a 16%; em 2004 a 12% e, finalmente, em 2011 caiu ao nível mais baixo (7%). Por sua vez, os “Dados Preliminares” do Censo Agropecuário 2011, estabelecem que explorações agrárias menores que 499 hectares no total do departamento de Cerro Largo, diminuíram num 37% no período 2000-2010.

Percebe-se, então, que a população rural vem experimentando um ritmo de declínio importante, sendo a sua taxa de descenso, para o período 2004-2011, de - 43,4%. Este declínio se explica fundamentalmente pelo intenso processo migratório dos habitantes das comunidades rurais para as cidades mais próximas. Dentre alguns elementos, que parecem justificar o processo migratório, constam as dificuldades que a população rural do departamento enfrenta, sobretudo com relação à comercialização de seus produtos, acesso a serviços básicos (rede elétrica, educação, saúde), bem como outros problemas associados ao isolamento territorial, entre os quais figura o mal estado dos caminhos rurais etc. (PROGRAMA DE DESARROLLO LOCAL ART Uruguay, 2008).

Com respeito a alguns indicadores de desenvolvimento e pobreza, cabe destacar que Cerro Largo se encontra entre as posições mais baixas no ranking de IDH⁶⁴ dos departamentos uruguaios. O mesmo possui um índice de 0,74, encontrando-se por baixo da média do país de 0,764 no ano 2010. Por sua vez, segundo dados do INE para o ano 2011, a porcentagem de famílias que se encontram abaixo da linha de pobreza no departamento é de 13,7%, superior, portanto, à estimativa para o nível nacional (9,5%).

Com relação às atividades produtivas predominantes no departamento, pode-se dizer que a principal é a atividade agropecuária. A mesma se concentra, principalmente na pecuária de corte, pecuária de leite, criação de ovinos e produção de arroz. Segundo dados do MGAP, para o ano 2012 o tamanho do rebanho bovino coloca o departamento em 2º lugar no nível nacional, ficando, entretanto, no 6º lugar no caso do

⁶⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida concebida pela ONU (Organização das Nações Unidas) para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população. O mesmo é elaborado com base em três pilares: Expectativa de vida, Renda per capita e Escolaridade.

rebanho ovino. Com relação à produção de arroz, Cerro Largo integra a “região leste”, conjuntamente com os departamentos de *Treinta y Tres*, *Lavalleja* e *Rocha*. Tal região concentra a maior produção deste cultivo no país. Por sua vez, a recente atividade florestal encontra-se em constante crescimento no departamento. Assim, Cerro Largo ocupa no ano 2012, o 7º lugar dentre todos os departamentos do país, com 57.145 hectares cultivadas de eucalipto e pinus.

Nos últimos anos a presença de comércios no formato de *Free Shop* nas cidades de Rio Branco e Aceguá tem dinamizado substancialmente a atividade econômica do departamento. Adverte-se, deste modo, presença de novas inversões produtivas no território, tanto comerciais quanto agroindustriais, predominantemente de caráter internacional. (MAZZEI, 2013).

5.2. Caracterização sócio- econômica da faixa fronteiriça do departamento de Cerro Largo.



Figura 5. Região fronteiriça de Cerro Largo

Fonte: Google Earth

É importante destacar que Cerro Largo é um departamento limítrofe (ao leste) com o Brasil (os limites naturais são o Rio Jaguarão e a Lagoa Mirim). As cidades uruguaias de Aceguá e Rio Branco, e as pequenas localidades rurais: Puntas de la Mina, La Mina, Cuchilla de Melo San Diego, Cañas, Sarandí de Barcelo e La Coronilla fazem fronteira com os municípios brasileiros de Aceguá, Pedras Altas, Herval e Jaguarão, sendo o Rio Jaguarão o divisor natural entre ambos os países. A faixa fronteira do departamento de Cerro Largo com o Brasil abrange, assim, uma superfície total de 350. 257 hectares.

A “fronteira”⁶⁵ é comumente vista como um espaço de interrelação, onde os intercâmbios culturais geram novos códigos e formas particulares de relacionamento social. Em sua análise do território fronteiro uruguaio-brasileiro⁶⁶, Mazzei (2013) indica que se trata das margens da soberania de dois países de marcadas diferenças sociais e econômicas, com o qual, “la convivencia binacional se sostiene en el juego de los intercambios de derecho y de hecho, lo que constituye culturalmente um “síndrome” entre la sociedad y lo jurídico” (p79).

Deste modo, Cerro Largo possui uma dinâmica particular tanto no referente às atividades produtivas e econômicas quanto nas características de sua população, pois a presença da fronteira nos remete a um fluxo constante de objetos, sujeitos e formas de vida. Percebemos, então, que a presença do “país vizinho”, influencia na vida dos produtores familiares em várias dimensões: social, cultural, econômica e política.

No que tange às características produtivas da região fronteira de Cerro Largo, segundo dados do Censo Agropecuário de 2000 (DIEA), o número de explorações

⁶⁵ Etimologicamente a palavra “fronteira” ou “frontaria” significa a parte de determinado território localizado às margens de uma dada região. Com o passar dos tempos, esse significado passou a estar associado a “confim territorial e limite”, cujo objetivo é separar duas regiões, tanto material como simbolicamente.

⁶⁶ Tal análise compreende os territórios: *Artigas* (Uruguai)- *Barra do Quaraí/Uruguaiana* (Brasil), *Rivera* (Uruguai)- *Santana do Livramento/Dom Pedrito* (Brasil), *Cerro Largo* (Uruguai) - *Bagé/Aceguá/Jaguarão/Pedras Altas/Herval* (Brasil), *Rocha* (Uruguai)- *Chui/Santa Vitória do Palmar* (Brasil). Mazzei classifica como “deficitário” o desenvolvimento deste território. Assim, departamentos uruguaios e municípios brasileiros fronteiriços são considerados de baixo IDH ao ser comparados com as médias estaduais e nacionais (MAZZEI, 2013 p.25-26). Por sua vez, outro dado importante é o acentuado grau de urbanização que vem experimentando este território fronteiro, sendo mais acentuado no território uruguaio. Atualmente o conjunto dos departamentos uruguaios fronteiriços possui um 6,4% de população rural, enquanto que o total dos municípios brasileiros fronteiriços alcança 11,7% (MAZZEI, DE SOUZA, 2012 p.53-54).

contabilizadas nessa região corresponde a 1.012⁶⁷, com uma média de 346 hectares por estabelecimento. Em 578 dessas explorações, os produtores residem nos próprios estabelecimentos. É no interior desse grupo que presumivelmente estariam incluídas as explorações de natureza familiar.⁶⁸

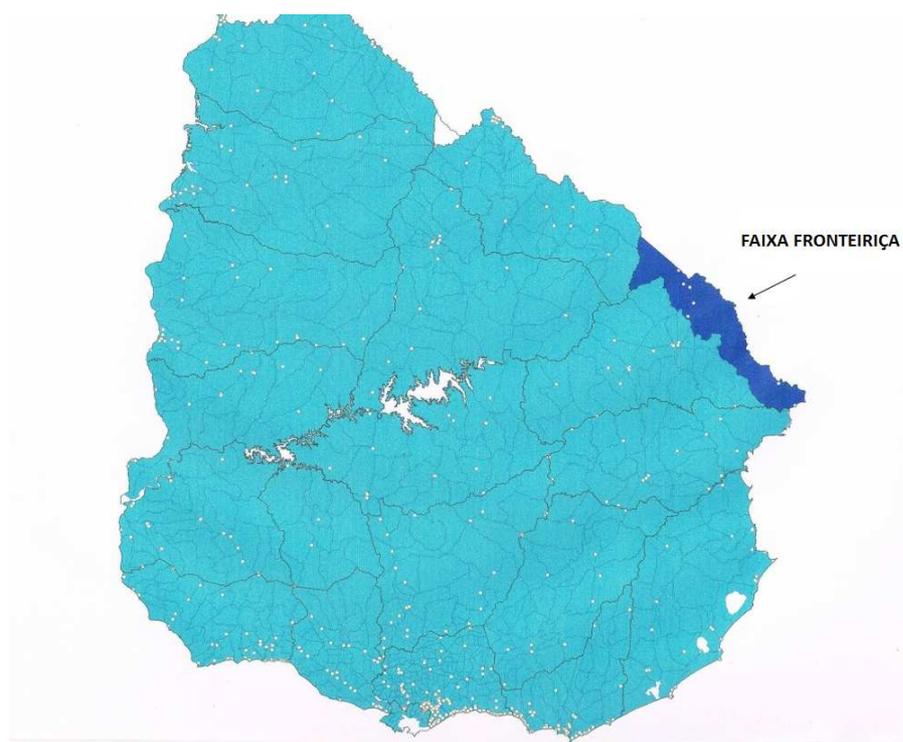


Figura 6 Mapa Ilustrativo. Faixa fronteiriça do departamento de Cerro Largo.

Fonte: Sistema Información Censo Agropecuario- SICA/DIEA

⁶⁷ A região fronteiriça de Cerro Largo compreende a totalidade das comunidades rurais contempladas na pesquisa. À região correspondem as seguintes “áreas de enumeración censal” da DIEA-MGAP: 403001, 403003, 403004, 403005, 405002, 405003, 405004, 405005, 405006, 406004, tal como se vislumbra na Figura 6.

⁶⁸ É preciso destacar que o dado disponível não especifica a superfície de terra explorada por esses produtores residentes nos estabelecimentos. Além disso, como já foi mencionado anteriormente, ainda não foram disponibilizados os dados atualizados do último Censo Agropecuário realizado no ano 2011. Estima-se que esse número seja atualmente inferior, dada a tendência de descenso da população rural no país.

Por sua vez, a pecuária de carne (ovina e bovina) e de leite, constituem a principal fonte de rendimento econômico para 74% das explorações da região. Também se destaca a produção de arroz e de outros cereais, tal como se pode observar na Tabela 2.

Tabela 2. Número de explorações e superfície explorada, segundo os rendimentos econômicos principais na faixa fronteira do departamento de Cerro Largo.

Rendimentos econômicos	Explorações		Superfície explorada		
	Número	(%)	Total		Hectares por Exploração
			Hectares	(%)	
Fruticultura	0	0.0	0	0.0	0
Vitivinicultura	0	0.0	0	0.0	0
Horticultura	14	1.4	221	0.1	16
Arroz	35	3.5	56.579	16.2	1.617
Outros cereais e cultivos industriais	57	5.6	2.991	0.9	52
Gado leiteiro	41	4.1	2.532	0.7	62
Gado de corte	540	53.4	269.072	76.8	498
Ovinos	165	16.3	15.520	4.4	94
Florestais	4	0.4	465	0.1	116
Viveiros	0	0.0	0	0.0	0
Suínos	33	3.3	660	0.2	20
Aves	13	1.3	65	0.0	5
Serviços de mecanização.	10	1.0	629	0.2	63
Outras ^{1/}	5	0.5	812	0.2	162
Explorações nao comerciais ^{2/}	95	9.4	711	0.2	7
TOTAL	1.012	100.0	350.257	100.0	346

^{1/} Inclui as atividades não compreendidas nos itens anteriores.

^{2/} Explorações com produção destinada exclusivamente ao autoconsumo.

“Áreas de Enumeración”: 403001, 403003, 403004, 403005, 405002, 405003, 405004, 405006, 405005, 406004.

Fonte: DIEA (2000)

Da Tabela 3 se deduz que 877 explorações da região possuem entre 1 e 499 hectares (87%), não obstante esses estabelecimentos concentram apenas 24% da superfície agrícola. Percebe-se assim, a grande concentração da terra em poucas explorações, sobretudo naquelas dedicadas ao cultivo de arroz e ao gado de corte.

Por sua vez, essas 877 explorações de até 499 hectares poderiam ser consideradas explorações de produção familiar, segundo a definição do “Ministerio de

Ganadería, Agricultura e Pesca”. Não obstante, além do máximo de 500 ha – “Índice CONEAT 100”- para determinar se a exploração é, ou não, “familiar”, outros requisitos são considerados pelo MGAP. Mas como não dispomos desses dados pormenorizados, e como já foi discutido no Capítulo 1 ao referirmos dos procedimentos metodológicos, é sumamente difícil estabelecer com certeza a quantidade de explorações familiares na região que compreende a pesquisa.

Tabela 3. Número de explorações e superfície segundo tamanho da exploração na faixa fronteiriça do departamento de Cerro Largo.

Tamanho da exploração (ha)	Explorações		Superfície	
	Número	%	Hectares	%
1 a 4	72	7.1	184	0.1
5 a 9	99	9.8	649	0.2
10 a 19	114	11.3	1.572	0.4
20 a 49	159	15.7	5.169	1.5
50 a 99	142	14.0	10.307	2.9
100 a 199	143	14.1	20.418	5.8
200 a 499	148	14.6	45.309	12.9
500 a 999	58	5.7	40.542	11.6
1000 a 2499	53	5.2	79.517	22.7
2500 a 4999	13	1.3	43.126	12.3
5000 a 9999	6	0.6	43.071	12.3
10000 e mais	5	0.5	60.393	17.2
TOTAL	1.012	100.0	350.257	100.0
“Áreas de Enumeración”: 403003, 403004, 403005, 405002, 405003, 405004, 405006, 405005, 406004, 403001.				

Fonte: DIEA (2000)

5.3 Caracterização da produção familiar na região fronteira de Cerro Largo.

A fronteira rural do departamento de Cerro Largo caracterizou-se tradicionalmente pela existência do denominado *sistema lati-minifundista*, onde unidades produtivas de pequena superfície de índole familiar têm convivido com explorações dedicadas à pecuária extensiva e ao cultivo do arroz em grande escala⁶⁹, em boa medida via fornecimento de mão de obra para as segundas. Nos últimos anos, muitas das grandes explorações passaram a incorporar o cultivo de soja, e, por sua vez, surgem novas explorações agrícolas dedicadas ao cultivo florestal (eucalipto e pinus).

Paralelamente à expansão do “novo agronegócio⁷⁰” no departamento, - e como detalhámos anteriormente-, assiste-se, à desapareção de aproximadamente 37% das explorações menores que 499 ha num período de apenas dez anos, perda esta que chega a 45% no caso das explorações com área menor 99 há⁷¹. Percebe-se, assim, que as explorações menores que 499 -possivelmente coincidente com aquelas explorações de índole familiar- se enfrentam a dificuldades que afetam sua permanência. Tais dificuldades provavelmente estejam impulsionando estes produtores à venda de terras para o “novo agronegócio”, com o conseqüente assalariamento e migração para as cidades, entre alguns dos efeitos do processo de diferenciação social.

A continuação, analisa-se a organização interna das unidades produtivas familiares pesquisadas na região fronteira de Cerro Largo com o intuito de compreender as lógicas de funcionamento das mesmas, assim como para apresentar alguns elementos que, no nosso entendimento, podem interferir na reprodução das mesmas, tanto no curto, quanto no longo prazo.

⁶⁹ A introdução do cultivo de arroz no Uruguai data do ano 1928.

⁷⁰ Chamamos “novo agronegócio” a aqueles novos empreendimentos agropecuários dedicados aos cultivos florestais e à plantação de soja.

⁷¹ No ano 2000 a DIEA registra um total de 1815 explorações menores que 99 ha no departamento de Cerro Largo. No entanto, em 2011, restavam somente 995 explorações com essa característica. Paralelamente se constata o incremento das explorações com área superior a 500 ha. (O Anexo A evidencia a desapareção de um importante número de explorações familiares no Uruguai no período 2000-2010).

5.4 O sistema social produtivo

Na abordagem sobre este tema, inspiramo-nos na acepção de Mazoyer e Roundart (2008). Para estes autores:

O sistema social produtivo (ou sistema técnico, econômico e social) é composto de homens e mulheres (força de trabalho), conhecimentos (*savoir-faire*), meios inertes (instrumentos e equipamentos produtivos) e de matéria viva (plantas cultivadas e animais domésticos) que dispõe a população agrícola para desenvolver as atividades de renovação e de exploração da fertilidade do ecossistema cultivado, a fim de satisfazer a dieta (por autoconsumo) ou indiretamente (por trocas) suas próprias necessidades (MAZOYER e ROUDART, 2008, p.73).

A área das propriedades pesquisadas em Cerro Largo varia entre 0,5 e 577 hectares. Sendo grande a variação entre superfícies exploradas, há uma diversidade de situações entre os produtores familiares estudados, tal como detalharemos a continuação.

A média das explorações é de 64 ha. Não obstante, mais das três quartas partes das unidades pesquisadas possuem entre 0,5 e 90 ha. Cinco do total das unidades produtivas familiares correspondem a “*colonos*”⁷². Estes exploram, em todos os casos, uma superfície de terra entre as 150 e 577 ha, dedicando-se particularmente à pecuária de corte (bovina e ovina). Optou-se por não excluí-los da pesquisa pelo fato que os mesmos são considerados produtores familiares pelo Estado, embora se constatem certas diferenças no que respeita às estratégias de reprodução entre esses produtores “*colonos*” e os outros pesquisados.

No que diz respeito ao uso da terra, em 8 das unidades pesquisadas, a posse ou propriedade da terra é precária, consistindo em terras arrendadas, ou, em alguns

⁷² No Uruguai chama-se de “*colonos*” aos beneficiários de terras por parte do Estado, através do Instituto Nacional de Colonización (INC) segundo a Lei Nº 11.029. Para chegar a se constituir em “*colono*” o produtor familiar “*sem terra*” deve se inscrever na instituição, via comprovação de sua experiência na produção familiar e apresentação um plano de trabalho familiar produtivo. Daí o produtor passa por um processo seletivo, determinado pela disponibilidade de terras do Instituto.

casos, “emprestadas” para as famílias produzirem. Os demais produtores são proprietários da terra e dos meios de produção. Adquiriram a propriedade por meio de herança ou compra. Em alguns dos casos de herança, constata-se que os produtores não possuem os títulos de propriedade da terra, fato que tem forçado a que muitos deles, sobretudo aqueles com problemas habitacionais, não tenham tido êxito na construção de uma habitação rural, tal como preconiza o programa MEVIR⁷³.



Figura 7. Duas propriedades rurais na comunidade Paso de Melo: residência construída com barro e capim seco⁷⁴ pelo próprio produtor (esquerda) e residência construída por MEVIR (direita).

Fonte: Arquivo pesquisa “Maní caliente, manee: una mirada interdisciplinaria a la producción de maní en Cerro Largo” (APUD et al. MEC, 2010).

⁷³ MEVIR significa “Movimiento de Erradicación de la Vivienda Rural Insalubre”, surge em 1967 e trata-se de uma pessoa pública de direito privado cujo objetivo é contribuir na construção de moradias, edificações produtivas e infraestrutura para a população que vive e trabalha no meio rural e que detém baixos recursos. Os beneficiários participam com horas de trabalho na construção e por meio de mensalidades subsidiadas.

⁷⁴ No Uruguai chamam-se “ranchos de barro” e foram construções típicas do meio rural até a chegada de MEVIR.

Já no caso dos arrendatários, tem-se produtores que residem em cidades ou em povoados próximos aos estabelecimentos (Ex. em Isidoro Noblia⁷⁵). Na totalidade dos casos, as famílias destes produtores arrendatários, viviam e produziam no meio rural, mas por múltiplas circunstâncias, sobretudo devido a problemas econômicos, tiveram que se mudar para as cidades da região. Deste modo, trata-se de produtores que nasceram e se criaram no meio rural, mas que, por diversos motivos, suas famílias venderam suas terras e migraram. Assim, na atualidade, estes produtores “voltam à terra”, mas em condição de arrendatários. Destacam-se, por possuir uma cultura rural arraigada que inclui conhecimentos com respeito às formas de trabalhar a terra, e/ou no cuidado dos animais.

O trabalho é predominantemente realizado através da força de trabalho dos integrantes da família (pai, mãe, filhos, outros parentes), tendo por finalidade a garantia da sobrevivência familiar.

Nosotros, mis hijos también y alguna vecina de vez en cuando. Ellos [se refiere a sus hijos] son mis peones. Como yo trabajo de empleado en una estancia. Entonces vengo, saco sábado y domingo y toco un caballo y arranco ahí lo que no puedo juntar. Ella junta, después alguna vecina, pero peón así, no. Para plantar, por ejemplo, el gurí anda en los caballos, yo ando el arado y ella planta. La plantadora es María. Aprendió, primero no era muy buena, pero aprendió. (Entrevista 16- Produtor Familiar).

Deste modo, sendo o processo de trabalho motivado pela família, sua composição e tamanho, tornam-se um elemento importante a ser observado. Assim, cada grupo doméstico tem uma determinada composição interna definida pela quantidade de membros, assim como pelo sexo e idades de cada um deles. O conhecimento da composição interna das famílias é um elemento importante quando se trata de compreender as distintas estratégias familiares, pois a mesma determina o número de consumidores e implica, segundo vimos em Chayanov (1974), na quantidade de força de trabalho a ser mobilizada.

⁷⁵ Isidoro Noblia é uma vila situada ao norte do departamento de Cerro Largo, a 16 km da fronteira com o Brasil e a 45 km de Melo (capital do departamento). O povoado teve seu auge na década de 1980 quando se instalou na região uma grande empresa produtora de arroz, com o qual o mesmo se constituiu, fundamentalmente, a partir da presença de assalariados vinculados a este tipo de produção. Atualmente, segundo o último Censo Demográfico do INE (2011), o povoado possui 2331 habitantes.

As unidades pesquisadas contemplam um total de 115 indivíduos, com uma média de 3 pessoas por família. O menor grupo familiar é composto por uma só pessoa (em quatro explorações), enquanto que o grupo mais numeroso é composto por sete pessoas (numa só exploração). Na maioria dos casos convivem duas gerações na mesma residência. Somente na metade das explorações analisadas há filhos menores de 25 anos. Nada menos que 27,5% do total dos indivíduos possuem idade igual ou superior a 65 anos.

A Tabela 4, mostra a distribuição do universo investigado de acordo com sexo e idade das pessoas. Dos 115 moradores residentes nos estabelecimentos, 53% são homens. Observa-se, ainda, uma maior quantidade de homens em todas as faixas etárias, com exceção da última (66 anos e mais), onde se encontram majoritariamente mulheres, fato que se deve ao efeito de uma maior expectativa de vida do gênero feminino⁷⁶.

Tabela 4. Distribuição dos membros das explorações por sexo e por idade

IDADE	SEXO		TOTAL
	HOMENS	MULHERES	
0-15	12	9	21
16-35	16	11	27
36-65	30	26	56
66 e mais	3	8	11
TOTAL	61	54	115

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

⁷⁶ A expectativa de vida ao nascer no departamento de Cerro Largo é de 76 anos de vida. Para as mulheres este valor encontra-se nos 79 anos, enquanto que para os homens o valor descende aos 72. (MIDES, 2013)

Mais da metade dos membros dessas famílias têm idades compreendidas entre 16 e 65 anos, constituindo-se em mão de obra potencial para a agricultura. Não obstante, somente em 14 das 40 explorações pesquisadas a relação entre “braços para trabalhar” e “bocas para comer” é equitativa⁷⁷, nos 26 restantes casos, tem-se a presença de crianças ou idosos⁷⁸ (ou ambos) o que faz com que a força de trabalho plena (16-65 anos) seja reduzida. Deste modo, a relação entre trabalhadores e consumidores se apresenta relativamente desequilibrada na maioria das unidades de produção familiar pesquisadas.

Mas isso não quer dizer que pessoas maiores de 65 anos e crianças não trabalhem nos estabelecimentos visitados. Tanto o serviço nos estábulos, quanto o cuidado dos pequenos animais é, em muitos casos, garantido pelo trabalho, em tempo parcial, de crianças e idosos. Neste sentido, consideramos importante o aporte de Jerzy Tepicht (1973), para quem parte essencial dos trabalhos na lavoura são assegurados pelos membros da família que se encontram em “plena força”, mas tarefas que requerem um menor esforço, tais como o cuidado de pequenos animais, a ordenha, dentre outras, são previstas pelas “forças marginais” (mulheres, idosos e crianças) das unidades familiares de produção (TEPICHT apud ABRAMOVAY, 1996, p. 84). Aderimos à postura de Abramovay (1996, p.85), segundo a qual essas “forças marginais e não transferíveis”, cumprem uma importante função principalmente nas economias pobres, onde, tanto o desenvolvimento técnico da produção agrícola como o mercado de trabalho sofrem limites.

Por sua vez, se bem Chayanov (1994) afirma que o desequilíbrio entre consumidores e trabalhadores dentro das unidades produtivas é transitório, e que o mesmo será restabelecido na medida em que os filhos atinjam a idade de trabalhar, é preciso ter presente que a busca de realização pessoal, ou vocacional, faz com que nem sempre os filhos em idade produtiva estejam dispostos a permanecer trabalhando na unidade de produção familiar⁷⁹. Este fato, que compromete a reprodução da

⁷⁷ Número de “bocas para comer” igual a número de “braços para trabalhar”.

⁷⁸ Segundo a OMS, são consideradas idosas, as pessoas com idade superior aos 65 anos.

⁷⁹ Acreditamos que é importante prestar atenção às mudanças culturais que estão acontecendo na sociedade mais ampla, pois as mesmas influem no comportamento das famílias rurais. Assim, na

exploração, tanto no curto quanto no longo prazo, muitas vezes é motivado pelos próprios pais que não desejam que seus filhos passem pelas mesmas dificuldades que eles passaram. Acreditam que o trabalho na “*campaña*”, como eles dizem, não é valorizado, que o meio não lhes oferece possibilidades para progredirem. Assim, desejar “o bem” para o filho, implica, por exemplo, que eles “estudem”, coisa que eles não podem fazer em nenhuma das comunidades pesquisadas, pois somente encontram-se escolas de ensino fundamental.

Pero yo siempre les digo a mis hijos que estudien, que tienen que estudiar en el pueblo, que tienen que esforzarse porque la cosa está difícil (Entrevista 6- Produtor Familiar).

¿Y qué van a hacer acá los gurises?. Acá nos falta todo. Acá en campaña falta todo, uno tiene que salir a buscar las cosas. Y el camino que tenemos está feo. En campaña siempre están faltando las cosas. (Entrevista 1- Produtor Familiar).

Mi hijo que trabaja en el Free Shop considera que yo ya no debería estar acá. A él no le gusta el campo. Si se tiene que quedar acá de tardecita, se muere de tristeza. A Priscila, la hija chica, también le gusta el pueblo, le gusta Noblía. El otro hijo es probable que continúe en el campo, pues le gusta y se casó con una muchacha de campaña, a los dos les gusta el trabajo rural. Ellos tienen unas vaquitas y ordeñan todo a mano, hacen artesanías también. (Entrevista 5- Produtor Familiar).

O fato das unidades de produção da fronteira de Cerro Largo recorrerem à mão de obra contratada se explica, então, pela estrutura familiar das mesmas. Do total das unidades de produção pesquisadas, nada menos que 27,5% contratam mão de obra assalariada temporária como complemento ao trabalho familiar, sobretudo no período das colheitas. Por sua vez, a maioria dos produtores indica que, mesmo pagando, é difícil achar pessoas que estejam dispostas a trabalhar no meio rural nos dias de hoje.

atualidade as “necessidades” dos membros, nem sempre abrangem somente a satisfação das exigências básicas de consumo. De acordo com Wanderley (1989), o consumo é redefinido. Consideramos que a globalização econômica e social- através dos meios de comunicação- cria permanentemente novos imperativos de consumo nas pessoas, e as comunidades rurais pesquisadas não se encontram isoladas. Por outro lado, concordando com Wanderley (1989), a família é diferente daquela estrutura que a caracterizava tradicionalmente, assim, tanto as mudanças tecnológicas quanto as mudanças de comportamento nas sociedades modernas, afetam a composição interna das famílias. Deste modo, é preciso ter presente que a matriz demográfica do Uruguai, tem mudado e já não é possível falar de famílias extensas morando no meio rural. Segundo dados do INE, a média de filhos por mulher neste país vem descendendo, estando na atualidade em 2,7 filhos no meio rural. Por outro lado, a expectativa de vida ao nascer encontra-se em aumento. Estes fatores predisõem ao envelhecimento populacional das comunidades rurais.

Quando perguntamos sobre a contratação de trabalhadores assalariados, assim se expressaram nossos entrevistados:

No. No me da. Tengo algún changuero [trabalhador temporário] de vez en cuando, una semana o tres días, hasta ahí nomás. (Entrevista 4- Produtor Familiar).

Hoy no encontrás a nadie que quiera venir a trabajar en campaña para darte vuelta una quinta (Entrevista 8- Produtor Familiar).

Y gente para conseguir, para poner acá, no veo, porque si usted va a traer un joven de la ciudad no sabe ordeñar, no sabe alambrar, no sabe andar a caballo. Y qué vamos a hacer? (Entrevista 1- Produtor Familiar).

No que se refere às fontes de renda das unidades produtivas familiares, pode-se observar (Tabela 5) que há uma prevalência das rendas obtidas através da venda da produção agropecuária. Assim em 25 das unidades pesquisadas (62,5% do total) a fonte de renda principal e secundária provém da produção pecuária (venda de gado ovino/bovino, lã, porcos e aves), enquanto que em 26 das unidades produtivas (65% do total) a fonte de renda principal e secundária provém da produção agrícola (venda de amendoim, abóbora e batata doce). Por um lado, em 13 das unidades pesquisadas (32,5%) a fonte de renda principal e secundária provém de transferências do Estado; destacam-se, nesse caso, a presença de aposentados e pensionistas em várias explorações. Assim, ainda que a renda dessas famílias –que geralmente são pequenas– já não depende exclusivamente da atividade agropecuária, a mesma é mantida, em alguns casos, como uma atividade voltada muito mais para o autoconsumo do que para o exercício de uma produção comercial. Somado a isso, naquelas unidades domésticas mais carentes, as transferências por “*Tarjeta Uruguay Social*”⁸⁰ e por “*Asignaciones Familiares*”⁸¹, tem-se um peso importante no ingresso global das famílias.

⁸⁰ A “*Tarjeta Uruguay Social*” ou “*Tarjeta Alimentaria*” é um benefício econômico outorgado pelo MIDES a famílias em situação de extrema pobreza que possuem filhos menores de idade. A quantidade de dinheiro outorgado depende da quantidade de filhos, assim como a presença, ou não, de mulheres grávidas nas famílias. O dinheiro é retirado através de um cartão, com o qual as famílias podem comprar exclusivamente alimentos e produtos de limpeza e higiene pessoal em locais denominados “*Comércios Solidários*”, que guardam convênio com o MIDES.

⁸¹ As “*Asignaciones Familiares*” são um benefício econômico outorgado pelo “*Ministerio de Desarrollo Social*” (MIDES) e pelo “*Banco de Previsión Social*” (BPS) destinada às crianças e jovens de até 18 anos de famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Por outro lado, em apenas cinco unidades a renda principal e secundária provêm da prestação de serviços em outras explorações por parte de algum dos membros da família. Em todos os casos em que isso ocorreu ela foi exercida por homens. Entre esses homens, uns trabalham como assalariados em explorações maiores destinadas à pecuária ou à produção de arroz, enquanto outros trabalham como assalariados sazonais (basicamente na colheita de amendoim, milho e batata doce), na tosquia ou no ofício de “*alambrador*”⁸². Constata-se também que, no caso das mulheres, algumas trabalham realizando limpezas ou cozinhando em grandes estâncias dedicadas à atividade pecuária.

Em 11 das unidades produtivas (27,5% do total) as atividades não agrícolas constituem a primeira e segunda fonte de renda. Entre as atividades realizadas destaca-se a prestação de serviços (por exemplo, doma de cavalos, venda de cães “*cimarrones*”⁸³), o trabalho em pequenos comércios nas comunidades (por exemplo, mercearias), nas escolas das comunidades, (cozinheiras e auxiliares de limpeza) e o nos *Free Shops* das cidades de Aceguá e Rio Branco (geralmente executado pelos filhos dos produtores).

O processamento de produtos com finalidade comercial é realizado somente em três do total das unidades pesquisadas, constituindo-se em renda complementar às fontes principais das famílias. Geralmente compreende a fabricação de queijos e doces (abóbora, batata doce e figo), assim como rapaduras de leite e de amendoim.

⁸² Atividade tradicional na pecuária extensiva, relativa à colocação e manutenção de cercas de arame.

⁸³ Raça de cães autóctone do Uruguai. É um cão de trabalho, de médio porte, utilizado principalmente como cão de guarda e pastoreio.

Tabela 5. Fonte de rendas principal e secundária das explorações.

FONTES DE RENDA	NUMEROS DE EXPLORAÇÕES	
	PRINCIPAL	SECUNDÁRIA
Venda de produção pecuária	12	13
Venda de produtos agrícolas	12	14
Trabalho em outras explorações agropecuárias	3	2
Atividades não agrícolas	3	8
Transferências do Estado	10	3
Outros: Ex. Arrendamentos, aluguéis.	0	0
TOTAL DE EXPLORAÇÕES	40	40

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

O destino da renda gerada pelas transferências estatais, assim como pelo trabalho em outras explorações agrícolas e em outras atividades não agrícolas é fundamentalmente destinado à manutenção do grupo familiar (alimentos, roupa, combustível, compra de medicamentos, pagamento de tarifas); em segundo lugar constando o pagamento de insumos e implementos agrícolas.

No que afeta às atividades agropecuárias, a divisão do trabalho dentro das unidades de produção é feita de acordo com sexo e idade. As mulheres e crianças desempenham atividades geralmente destinadas ao autoconsumo, tais como o cuidado das hortas, a criação de animais de pequeno porte (porcos e aves), e as tarefas domésticas. Mulheres e crianças participam também da sementeira dos cultivos destinados à comercialização e da colheita.

As colheitas geralmente são realizadas com a ajuda de parentes, vizinhos ou, em alguns casos, com mão de obra contratada para tais fins. No caso da colheita do amendoim, as mulheres dos produtores geralmente cozinham para as pessoas

contratadas que se encontram “*despencando*”⁸⁴. Muitas delas, por sua vez, realizam a tarefa de limpeza e classificação das vagens nos galpões. Algumas delas dirigem o trabalho das mulheres contratadas, tal como se pode se observar nos seguintes depoimentos:

Mi mujer es medio la patrona de las mujeres que trabajan en casa...ella es la que las busca, las contrata, es la que hace todo acá en la casa. Yo mando en la chacra y ella manda en la casa (Produtor Familiar).⁸⁵

Acá se hace una ronda sólo con mujeres, yo no trabajo con hombres, trabajo solo con las mujeres. Hacemos una rueda. Trabajo junto con ellas. Todas compañeras, porque cuando se van nos extrañamos (Produtora Familiar).⁸⁶



Figura 8. “Despencando” amendoim.

Arquivo pesquisa (APUD, et al MEC. 2010).

Já as tarefas de preparação da terra, capina, aplicação de agrotóxicos, assim como o cuidado dos animais de grão porte, são geralmente realizadas pelos homens da família. As negociações e vendas dos produtos assim, como a compra de insumos para

⁸⁴ Os produtores familiares chamam *despencar* a ação de separar a vagem do amendoim da rama. Trata-se de uma tarefa que é realizada manualmente e consome umas 50 horas de trabalho por hectare. Geralmente é realizada perto dos galpões dos estabelecimentos uma vez que as plantas arrancadas da chácara são levadas até lá. Para a realização desta tarefa é muito requerido o trabalho feminino, pois, segundo o depoimento de alguns produtores homens, as mulheres fazem o trabalho de forma mais delicada ao colocar as vagens sem terra e limpas dentro das bolsas. (APUD et al. MEC, 2010).

⁸⁵ Arquivo pesquisa (APUD et al. MEC, 2010).

⁸⁶ Arquivo pesquisa (APUD et al. MEC, 2010).

a produção, são, também, tarefas feitas pelos homens. Às mulheres cabem as decisões sobre a casa e o cuidado das crianças. Mas percebe-se que, na maioria dos casos, as decisões mais importantes sobre a produção são tomadas entre homens e mulheres.

Como explicitou Chayanov (1974), a conformação do grupo doméstico (seu tamanho e composição) também está diretamente relacionada às decisões por determinado tipo de produção, pois, configura as possibilidades de mobilização da força de trabalho familiar. Assim, a opção por um ou por outro produto depende da quantidade de trabalho exigida. Percebe-se que o descenso da força de trabalho familiar tem feito com que algumas unidades de produção deixassem de lado cultivos como o amendoim –que demandam muita mão de obra na colheita- para se dedicar majoritariamente a atividades relacionadas com a pecuária.

Mi padre se dedica más bien a la ganadería y a plantar otras cosas más fáciles, porque el maní es complicado. Hay que gustarle para hacerlo. Antes era algo que se fomentaba en la zona, todo el mundo cultivaba familiarmente, utilizando la mano de obra de los gurises y de las mujeres. Pero ahora no da, tenés que entrar a pagar personal, y ahí se complica. Ahí es el gran tema, porque la cosecha es toda manual, todo, todo, todo, manual. (Entrevista 18- Produtor Familiar).

Quanto à sociabilidade, tal como demonstra a Tabela 6, os dados revelaram que, em somente 32,5% das unidades seus titulares participam de associações de produtores ou cooperativas. É preciso ter presente que não se trata de comunidades rurais com tradição de associações de produtores familiares, senão que a formação destas organizações vêm sendo incentivada na região pelo Estado, especificamente pelo programa de desenvolvimento rural do “*Ministerio de Agricultura, Ganadería e Pesca*”, a partir do ano 2007. Por sua vez, em oito das unidades produtivas os membros participam das comissões de pais nas escolas e somente uma das famílias pesquisadas faz parte de uma comunidade religiosa (evangélica), manifestando-se a ampla maioria dos entrevistados como “não crentes” ou em alguns casos “crentes, mas não praticantes”. Mais da metade dos grupos domésticos participa de “Pencas”,

“Raides⁸⁷” e atividades regulares, tais como: reuniões junto às escolas, “Festa do Arroz⁸⁸” em Isidoro Noblía, dentre outras.

Tabela 6 Participação social da família na comunidade local.

Atividades	Nº unidades de produção familiar
Associação de produtores	13
Comissão de pais nas escolas	8
Atividades religiosas	1
“Pencas”, “Raides” e festividades.	25

Fonte: Pesquisa (2013).



Figura 9 Esquerda: Reunião da associação de produtores das comunidades de La Mina e San Diego. Direita: Festa de fim de curso na Escola N°60 de La Mina.

Fonte: Acervo da autora (Arquivo projeto “Uruguay Rural”, MGAP, 2009).

Com relação ao uso do solo nas unidades de produção, como mostra a Tabela 7, há um alto predomínio do solo ocupado com pastagem nativa em todos os estabelecimentos, destinadas fundamentalmente à pecuária de corte, sendo a média

⁸⁷ Trata-se de diferentes categorias de carreiras de cavalos. Os chamados “raides” são carreiras de mais de 20 km, enquanto que as “pencas” são carreiras mais curtas.

⁸⁸ Festa que se realiza todos os anos, organizada pelos arroseiros da região para celebrar a colheita.

para todas as unidades de 39 hectares. Não obstante, a área destinada à pastagem cultivada é pequena em todos os estabelecimentos (média de um hectare). Nesse caso geralmente é cultivada aveia ou *Rye Grass*⁸⁹, destinados à alimentação animal. A área ocupada com roça possui uma média de três hectares, ao passo que as áreas não utilizáveis, geralmente ocupadas com mata nativa⁹⁰ ou afloramentos rochosos, ocupam uma área média equivalente a 8 hectares.

Tabela 7 Uso do solo em hectares⁹¹

Média em ha.	Unidades produtivas de 0,5 a 8 ha.	Unidades produtivas de 9 a 30 ha.	Unidades produtivas de 31 a 100 ha.	Unidades produtivas de 101 a 356 ha.	TOTAL das Unidades produtivas Média em ha.
Roça	0,9	4,5	4,6	3,5	3
Pradera	0,2	0,7	1,9	2,5	1
Pastagem Nativa	2,3	9,6	53,4	151	39
Área não utilizável	0,6	1,6	4,7	40	8

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

⁸⁹ Pastagem de inverno.

⁹⁰ A área de mata nativa ocupa uma extensão importante nos estabelecimentos de dois colonos entrevistados os quais acham-se situados às margens do Rio Jaguarão.

⁹¹ Foi excluída da análise a unidade produtiva de maior área (577 há), devido a que seu comportamento no que diz respeito ao uso do solo é bem diferente ao da maioria das UPF pesquisadas.



Figura 10. Paisagens predominantes nas localidades de San Diego (esquerda) e La Mina (direita).

Fonte: Imagens feitas pela autora. Pesquisa de campo (2013).

A questão do abastecimento de água emerge como um problema para algumas unidades de produção. Em alguns estabelecimentos menores, tipicamente de subsistência, há escassez de água até para o consumo do grupo doméstico. Geralmente possuem caixas de água, mas as mesmas secam no verão, ou em períodos em que não há chuvas suficientes. Por outro lado, em três desses estabelecimentos, os produtores indicam não possuir os recursos econômicos suficientes para construir com seus próprios meios um poço ou cacimba, devendo se abastecer de água junto aos estabelecimentos vizinhos. Argumentam que anos atrás, o Estado atuou nas comunidades de Puntas de la Mina, La Mina e San Diego realizando perfurações para a construção de poços artesianos para o abastecimento comunitário de água destinada ao consumo humano. Todavia, muitos desses poços, na atualidade, não possuem água. Assim, segundo os entrevistados, há regiões nessas comunidades nas quais dificilmente existe água subterrânea em abundância, devido à conformação geológica do território. Deste modo, resulta importante a difusão e prática de formas alternativas de obtenção de água.

Em 55% dos estabelecimentos investigados –geralmente os que se dedicam à pecuária- há açudes⁹², que além de serem uma boa reserva hídrica, são os que possibilitam que os animais tolerem as altas temperaturas e, às vezes, a escassez de chuva no verão. Nenhuma das propriedades pesquisadas utiliza irrigação artificial nas atividades agrícolas.

Por sua vez, 85% das unidades produtivas possuem eletricidade, sendo que o 15% restante, utiliza lampiões de querosene ou painéis solares, com os quais conseguem colocar em funcionamento alguns artefatos como lâmpadas, geladeira, e televisor. Cumpre resaltar que 10 unidades produtivas –das 34 que possuem atualmente eletricidade- têm acesso a esse serviço há somente cinco anos.

As máquinas e os implementos agrícolas mais utilizados nas unidades familiares de produção pesquisadas são aqueles necessários para a preparação da terra tais como o trator e arado de disco. Dado que a ampla maioria dos entrevistados não possui trator nem as ferramentas próprias para trabalhar a terra, eles contratam serviço de maquinaria. Na maioria dos casos eles recorrem paralelamente à força animal (geralmente cavalos), para puxar o arado, o que possibilita baratear o custo do serviço de maquinaria. A utilização da força animal nas atividades agrícolas também está presente em outras tarefas como a semeadura e a colheita, tal como pode se observar na Figura 11.

⁹² Reservatórios artificiais feitos para a retenção de grandes quantidades de água.



Figura 11. Esquerda: Semeando amendoim com a ajuda do cavalo em Paso de Melo. Direita: Amolecendo a terra com a ajuda dos cavalos para a extração manual do amendoim em Paso de Melo.

Fonte: Arquivo pesquisa (APUD, et al MEC. 2010).

É preciso colocar que os produtores que se dedicam ao cultivo do amendoim, não possuem ferramentas que facilitem a colheita. A colheita é feita manualmente. Trata-se, assim, de um cultivo com baixa mecanização. Há, ainda, dois produtores que construíram seus próprios implementos para facilitar o trabalho.

Referente aos insumos para a produção: as sementes de amendoim são guardadas e conservadas de um ano a outro, as mudas de batata doce são feitas por eles, assim como a ração para os animais (geralmente com base de milho cultivado nos próprios estabelecimentos). Os produtores adquirem⁹³ sementes de abóbora, aveia e *Rye Grass*, assim como produtos químicos tais como fertilizantes, herbicidas e pesticidas, geralmente aplicados nos cultivos comerciais e de maior superfície nos estabelecimentos⁹⁴. Por sua vez, somente 12,5% do total dos produtores entrevistados, indicam ter recebido financiamento ou empréstimos para compra de implementos agrícolas ou insumos para a produção no último ano agrícola.

Percebe-se então, que, em boa medida, a produção obtida na região que compreende o estudo, corresponde ao que Piñeiro e Moraes (2008) denominam de

⁹³ Tais compras são feitas comumente nas agropecuárias da cidade de Melo (capital do departamento de Cerro Largo).

⁹⁴ Percebe-se que os produtores adquirem, seletivamente, alguns produtos do pacote da Revolução Verde, os quais geralmente são recomendados pelas próprias lojas agropecuárias que eles frequentam.

“tradicional”, incluindo certas práticas comuns, quais sejam, a produção e conservação de sementes, a preparação convencional do solo, o uso de adubos naturais, dentre outras. Trata-se de práticas tradicionais da produção familiar que precedem à introdução dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde.

No que diz respeito à participação dos produtores em atividades de extensão rural ou do acesso à informação técnica, observa-se, que este tipo de serviço (público ou privado), não se encontra muito estendido entre as unidades pesquisadas. Como indica a Tabela 8, geralmente os produtores se informam em programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas e, em segundo lugar, por meio da leitura de livros técnicos específicos. Com respeito aos meios de comunicação, é interessante destacar que, por encontrar-se em território fronteiriço, a maioria dos entrevistados não consegue acessar os canais televisivos uruguaios, de modo que, muitos dos programas rurais aos quais assistem, são brasileiros⁹⁵. Por outro lado, os programas de rádio sobre atividades agrícolas escutados pelos entrevistados são oriundos do Uruguai.

Sobre todo uno mira mucho programas brasileiros, y hay productos que ellos usan mucho e incentivan a los pequeños productores a usar todo orgánico (Entrevista 18- Produtor Familiar).

É baixa a participação dos produtores em feiras e exposições agropecuárias, assim como em palestras, mas é preciso esclarecer que esses tipos de atividades não são muito frequentes na região que compreende a pesquisa. Também é baixo o número de produtores que procura informação técnica na internet. Isto se explica pelo fato de que esta ferramenta tecnológica ainda não está muito estendida no meio rural uruguaio. Soma-se a isso o fato de que, em muitos casos, os produtores –sobretudo aqueles de maior idade- não possuem destrezas no manejo informático.

⁹⁵ Um dos programas mais assistidos pelos entrevistados é o “Globo Rural” da Rede Globo.

Tabela 8. Atividades de extensão rural e/ ou informação técnica.

Atividades	Nº unidades de produção familiar
Programas de rádio e Tv sobre técnicas agrícolas	24
Feiras e exposições agropecuárias	6
Palestras sobre temas agropecuários	8
Lê livros técnicos sobre temas agropecuários	13
Procura informação na internet	5

Fonte: Pesquisa de campo 2013

Enquanto ao destino da produção agropecuária gerada nos estabelecimentos, pode-se dizer, tal como indica a Tabela 9, que na totalidade das unidades produtivas pesquisadas a produção é destinada majoritariamente para o “autoconsumo e ao comércio”. Somente 12 das unidades destinam a produção exclusivamente à venda. Isso coincide com aquelas unidades menores a 50 ha, as quais geralmente os produtores são arrendatários. Por sua vez, 28 (70%) unidades menores a 50 ha, destinam sua produção somente para o autoconsumo. Isto coincide com aquelas famílias nas quais há outras fontes de renda - transferências governamentais, ou renda por trabalho em atividades agrícolas ou não-agrícolas fora do estabelecimento-. No caso das explorações maiores (de 50 a 577 ha) a produção é 100% destinada para o “autoconsumo e comércio”; estando, nestes casos, privilegiado o cultivo de produtos agrícolas para o consumo dos animais do estabelecimento e a venda do excedente dos mesmos.

Tabela 9. Destino da Produção Agropecuária

Destino	Unidades produtivas de 0.5 a 50 hás	Unidades produtivas de 51 a 577 hás
Autoconsumo e Comércio	60	100
Autoconsumo	28	-
Comércio	12	-
TOTAL	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Tal como pode se observar na Tabela 10, dentre os principais produtos agrícolas destinados à comercialização encontram-se: o amendoim (em 12 UPF), ocupando uma média de 4,7 ha nesses estabelecimentos; a abóbora (em 10 UPF), ocupando uma média de 1,5 ha nesses estabelecimentos e a batata doce (em 5 UPF), ocupando uma média de 1,5 ha. Outros produtos que se encontram em algumas UPF são os seguintes: alho, abobrinha, cebola, cenoura, melão e pepino. O cultivo destes produtos é reduzido (ocupando áreas de 0,5 ha ou menores). Este tipo de produção é geralmente destinado ao autoconsumo, sendo comercializada a produção excedente.

Tabela 10. Produtos agrícolas mais comuns nas unidades de produção familiar destinados à comercialização



Fonte: Pesquisa de campo 2013



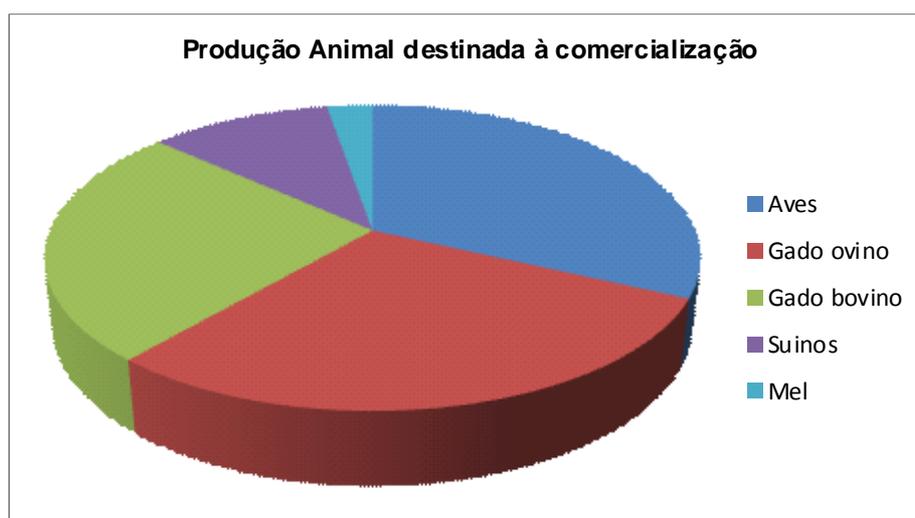
Figura 12. Esquerda: Cultivo de amendoim em Sarandí de Barcelo. Direita: Colheita do amendoim em Sarandi de Barcelo.

Fonte: Arquivo pesquisa (APUD, et al MEC. 2010).

Tal como pode se observar na Tabela 11, entre os principais produtos de origem animal destinados à comercialização encontram-se, em primeiro lugar, as aves (geralmente galinhas), incluindo a venda de ovos e da carne de frango (em 24 UPF). Tais estabelecimentos possuem uma média de 37 galinhas; as mesmas são criadas soltas no campo ou em pequenos galinheiros. A segunda produção de origem animal

mais frequente nas unidades produtivas é o gado ovino, cuja lã é geralmente vendida, assim como cordeiros e capões (em 22 UPF). Há uma média de 83 ovelhas. Por sua vez, a terceira produção de origem animal mais frequente é o gado bovino (em 19 UPF) com uma média de 70 cabeças por UPF⁹⁶. A produção de suínos está presente em oito UPF, geralmente dedicadas à venda de leitões, sendo a média de nove porcas mães por exploração. Finalmente, em dois estabelecimentos investigados constata-se a produção de mel com fins comerciais.

Tabela 11. Animais e produtos de origem animal mais comuns nas unidades de produção familiar destinados à comercialização



Fonte: Pesquisa de campo 2013.

⁹⁶ É preciso esclarecer que cinco das unidades produtivas familiares que integram nossa amostra (aquelas pertencentes aos produtores colonos) dedicam-se basicamente à pecuária de corte. Essas explorações possuem um número maior de cabeças de gado, atingindo a média de 250 ovelhas e de 70 vacas por estabelecimento. Assim, excluindo esses estabelecimentos do cálculo geral, a média de cabeças de gado para o resto das unidades produtivas é de 34 ovelhas e 36 vacas.



Figura 13. Esquerda: Produtor familiar cuidando de um terneiro em Paso de Melo. Direita: Criação de porcos em Cuchilla de Melo

Fonte: Imagens feitas pela autora. Pesquisa de campo (2013).

Os cavalos estão presentes em praticamente todas as unidades produtivas pesquisadas. Não obstante, tais animais, geralmente, são usados como força de trabalho ou, em alguns casos, com fins recreativos, como no caso da participação de *pencas e raides*. Os produtores alimentam esses animais com o que há disponível na propriedade (pasto, milho, etc.).

É importante destacar que muitos dos animais presentes nas propriedades, além de serem periodicamente comercializados e de fornecerem alimentos para o consumo familiar, servem também como um fundo de reserva para um aumento do consumo doméstico. Assim, muitos dos produtores falam das vacas ou das ovelhas como uma poupança que eles possuem em caso de um gasto inesperado, ou de uma emergência familiar. Deste modo, vários produtores entrevistados têm conseguido pagar despesas ocasionadas por doenças de algum membro da família, assim como colocar a eletricidade em seu estabelecimento graças à venda de gado.

Encontram-se duas estratégias produtivas principais entre as unidades pesquisadas. De um lado, a pecuária de corte, assumida por vários produtores, incluindo todos os colonos e quase todos aqueles que possuem uma superfície de terra maior que 50 ha. Se bem esses produtores aspiram a se especializar neste tipo de produção, costumam desenvolver alguns cultivos agrícolas, especialmente para o consumo animal, sendo comercializados apenas os excedentes. Por outro lado, encontram-se aqueles produtores que exploram uma superfície menor que 50 ha, os

quais apostam fortemente numa produção de natureza diversificada. Estes combinam vários produtos de origem animal e vegetal tanto para o autoconsumo familiar quanto para a comercialização. Encontram-se neste grupo, também, aqueles estabelecimentos que produzem 100% para o autoconsumo da família e que, por sua vez, possuem outros tipos de rendas não agrícolas.

Ao se considerar cada unidade de produção familiar em seu conjunto, observa-se, sobretudo naquelas explorações menores de 50 ha, várias atividades produtivas, diversificação esta que muitas vezes se vale da complementaridade entre diferentes tipos de atividades. Assim, como afirma Mendras,

toda arte do bom camponês consistia em jogar sobre um registro de culturas e criações o mais amplo possível e a integrá-los em um sistema que utilizasse ao máximo os subprodutos de cada produção para as outras e que pela diversidade de produtos fornecesse uma segurança contra as intempéries e as desigualdades das colheitas (MENDRAS, 1984, p.27).

No caso pesquisado, essa complementaridade se evidencia, em práticas como a utilização de subprodutos da agricultura comercial para o consumo animal (ramas do amendoim para a alimentação do gado), ou na utilização do esterco animal para o adubo. Tais práticas ajudam-nos a compreender a permanência de algumas destas unidades produtivas, mesmo não apresentando um retorno econômico importante.

No que se refere à forma de comercialização, pode-se dizer que o gado é comumente vendido em feiras de pecuária (chamadas "*Férias Ganaderas*") ou em leilões destinados a tais fins. Todavia, aqueles produtores com menor quantidade de animais, costumam vendê-los a pedido de fregueses particulares. Por sua vez, o amendoim é comercializado (em todos os casos) para atravessadores que vão até os estabelecimentos dos produtores. O fato de vender para atravessadores dificulta aos produtores na negociação do preço, tal como indica nosso entrevistado.

Porque (el intermediario) a veces viene y te larga unos pesos, es decir, te larga 10, 15 mil pesos para empezar a cosechar, después va levantado el maní, porque lleva fiado también, va levantando el maní y te va dando la plata de a poco, entonces vos trabajas con él casi obligado. Vos no podés cosechar y poner en el galpón y decir, “vamos a trancar maní que el precio mejore”, no podés hacer eso, no tenés como (Entrevista 11- Produtor Familiar).

Outra das dificuldades enfrentadas pelos cultivadores de amendoim ocorre quando o governo permite a importação do produto, sobretudo quando isso se dá antes que eles consigam vender a própria produção. Assim,

Yo alcancé a plantar 15 hectáreas. Pero después vino....no me acuerdo que gobierno era que estaba en esa época... que liberaron la importación, y ese año traían maní de la China, de cualquier lado traían. Dos años seguidos me quedé con más de 10 mil kilos de maní aquí en el galpón (Produtor Familiar)⁹⁷.

O amendoim produzido pelos produtores é levado pelos atravessadores para o “Mercado Modelo⁹⁸” na cidade de Montevideú, onde este é distribuído. Atualmente praticamente a totalidade de amendoim produzido no Uruguai provém da região fronteira de Cerro Largo. O amendoim produzido no Uruguai não se industrializa. O mesmo é consumido in natura, sem sofrer transformações de caráter industrial. Geralmente comercializam-se as vagens tostadas em eventos como partidas de futebol ou espetáculos artístico-culturais (APUD et al. MEC, 2010).

Ainda que existam empresas uruguaias que possuem máquinas para a industrialização do amendoim, as mesmas são importadas e não se adequam ao tamanho do produto obtido no país, tal como indica um dos produtores:

Un año de éstos que me sobró semilla, me llamó uno que tiene una fábrica de maní con chocolate, o algo así, en Punta del Este. Me compró un lote de bolsas de chauchas [vagens de amendoim]. Y el tipo me dijo “mire, su maní es excelente” y me dio el calibre...ellos lo miden por calibre. Pero las máquinas que tenían para preparar el maní eran argentinas, para el maní más chico, conocido como confitero. Me dice “si bien su maní es bien superior al argentino en calidad, pero no me sirve por las máquinas” (Produtor Familiar)⁹⁹.

⁹⁷ Arquivo pesquisa (APUD et al. MEC, 2010).

⁹⁸ É um grande centro de abastecimento de frutas, hortaliças e demais produtos agrícolas no Uruguai.

⁹⁹ Arquivo pesquisa (APUD et al. MEC, 2010).

Por sua vez, produtos como abóbora, batata doce, ovos, carne de frango, doces e queijos, são comercializados de forma individual¹⁰⁰ pelos distintos produtores, nas cidades mais próximas às comunidades, tais como: Aceguá, Isidoro Noblía e Rio Branco. A venda é realizada em pequenos comércios, a exemplo de mercearias ou diretamente aos consumidores finais. Existem consumidores definidos como “*fieles*” que fazem pedidos e compram devido ao conhecimento e amizade com o produtor assim como pela qualidade do produto. Em muitos dos casos os produtores não possuem locomoção própria, então, encontram-se impossibilitados de atingir mercados mais distantes como a cidade de Melo, capital do departamento. No caso dos produtores que possuem meio de transporte, o preço do combustível também atua como um impedimento. Somado a isso, é preciso destacar que não há nenhuma feira na região onde os produtores possam comercializar sua produção, além de não vender para o Estado.

De repente si yo tuviera estas seis hectáreas cerca de Melo sería diferente. Sería bueno porque plantaría zapallos [abóbora], boniato [batata doce] y vendería todo por estar cerca de Melo. Desde acá nos resulta muy difícil llegar a Melo para vender tres o cuatro cajones de verdura. Es muy caro el transporte. En otros tiempos acá era una zona de granjas. Los camiones venían hasta acá y cargaban las mercaderías. (Entrevista 6- Produtor Familiar).

El gran problema es que toda esa producción que tenés que cosechar todos los días, anda poco acá porque queda muy lejos. Llevar todos los días al pueblo sale tan caro el viaje como lo que ganas. Se venden algunas cosas cuando tenemos que ir a Rio Branco a hacer otra cosa que aprovechamos y llevamos los productos. (Entrevista 17- Produtor Familiar).

Por sua vez, os produtores destacam os efeitos da concorrência com os produtos agrícolas brasileiros.

¹⁰⁰ Os produtores não estão associados para a comercialização.

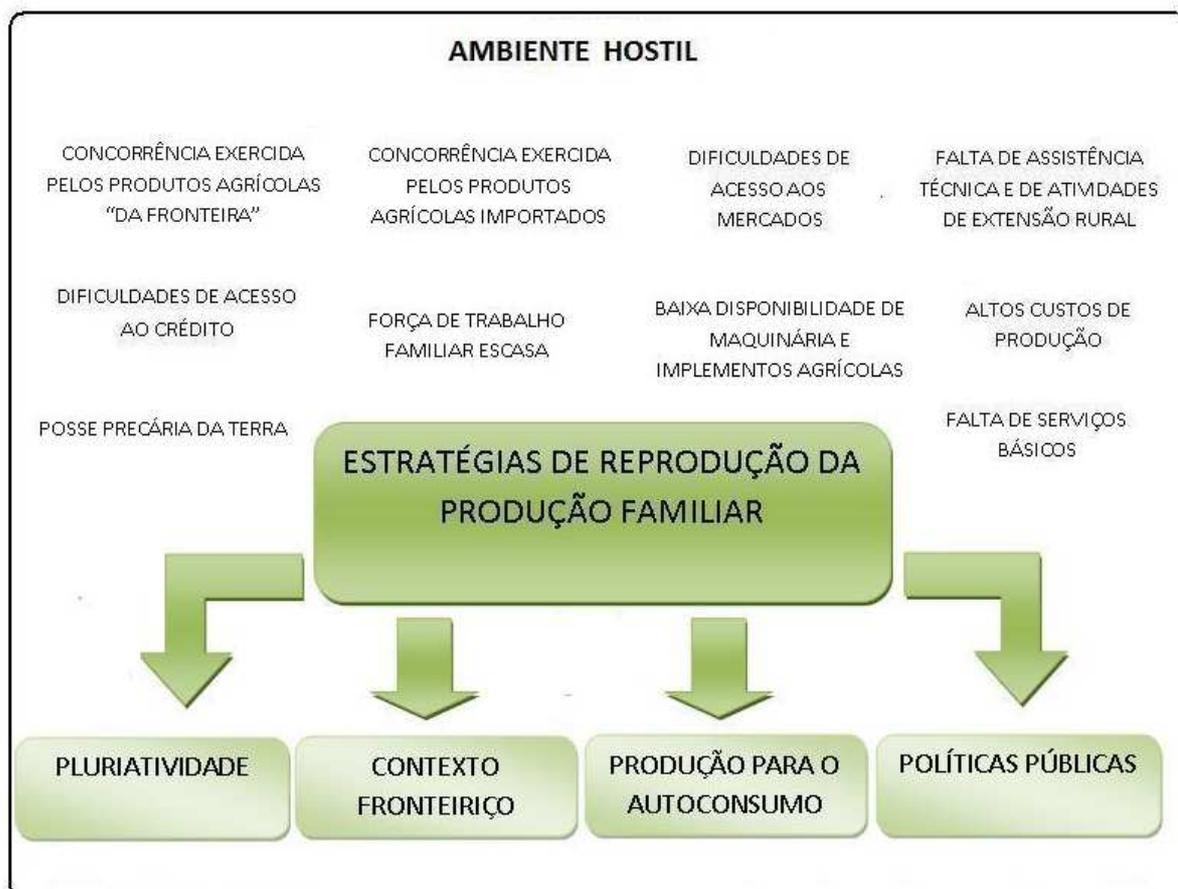
Y acá tenemos siempre el problema de la frontera, porque frontera es frontera. A veces tenemos el problema de que tenemos zapallo para vender a 10 pesos pero en Aceguá vale 4 o 5 pesos. Y la gente no va a dejar de comprar en Aceguá para venir a comprar aquí. Y cuesta muy caro producir ese zapallo. Sale 85 dólares la pasada de “excéntrica” [ferramenta para preparar o solo], y a veces hay que pasar hasta tres veces en la misma tierra, más el fertilizante que sale como 400 pesos la bolsa, más la traída de ese fertilizante. Todo suma. Y de repente el zapallo te anda bien y año, pero al otro año no te da nada, y ahí es plata perdida. Es muy difícil producir. A veces la gente que no sabe mira y piensa que es fácil. (Entrevista 5- Produtor Familiar).

Para cada lechuga que produce un buen productor acá en la frontera, llegan otras 5000 o 6000 lechugas del Brasil, el doble de tamaño, y por más que tenga química -porque la gente no sabe-, elige las verduras por el tamaño. [...] Entonces, lo que yo veo es que no hay una fluidez de mercado, entonces no podés decir que hay una producción equilibrada, pero tampoco podés decir que los productores no son eficientes (Entrevista 4- Produtor Familiar).

Lo que vemos, es que la frontera para nuestro trabajo con los cerdos, en la época en que nosotros podemos hacer algo, sobre fin de año, el contrabando de lechón nos mata. [...] Principalmente a fin de año, es por demás lo que entra de lechón vivo, pasan directo a la feria o directo a una casa ahí en Puntas de la Mina, lo carnean y venden ahí, y de ese modo nos matan a nosotros. (Entrevista 8- Produtora Familiar).

Por tudo o analisado anteriormente é possível estabelecer que os produtores familiares da região fronteira do departamento de Cerro Largo, principalmente aqueles que exploram áreas menores que 50 ha, enfrentam dificuldades derivadas de diversos fatores, tais como força de trabalho escassa nas propriedades, precariedade de serviços (abastecimento de água; acesso à educação, sobretudo com relação a escolas de Ensino Médio; dificuldades de acesso aos mercados; dentre outras). Tais dificuldades (Figura 14), conformam o chamado *ambiente ou contexto hostil*, enunciado por Ellis (2000). As mesmas obstaculizam a reprodução social da produção familiar nesta região do Uruguai tanto no curto quanto no longo prazo. Frente às adversidades percebemos que os produtores familiares mobilizam suas habilidades para construir ou procurar alternativas que lhes permitam resistir ou se adaptar. Dentre as principais estratégias, encontram-se: o exercício da pluriatividade, a produção voltada ao autoconsumo, os rendimentos econômicos suplementares advindos da residência no espaço geográfico fronteiro com o Brasil e as transferências governamentais como ajuda para fazer frente às suas necessidades essenciais. Tais respostas das famílias, ante o ambiente hostil, serão analisadas a continuação.

Figura 14. Principais estratégias de reprodução da produção familiar na região fronteira do departamento de Cerro Largo



Fonte: Elaboração da autora.

5.5. A pluriatividade

Uma das estratégias utilizadas pelos produtores familiares para permanecerem na terra tem sido a reorganização do trabalho dos membros da família por meio da combinação da atividade agropecuária com a ocupação e/ou o emprego em outros setores da economia, especialmente no intuito de complementar ou ampliar os ingressos econômicos do núcleo familiar.

As obras clássicas de Kautsky (1899/1998) e Chayanov (1925/1974) consistem nas grandes referências sobre os “trabalhos acessórios” e as “atividades não agrícolas complementares” exercidas por camponeses. Para Kautsky (1998), a destruição da indústria camponesa artesanal obriga aos camponeses a procurar um emprego adicional para reforçar seu orçamento doméstico no momento em que suas terras não lhe fornecem excedentes negociáveis. Por sua vez, os camponeses dispõem do tempo necessário para realizar esse trabalho acessório, pois sua própria atividade agrícola exige dedicação total apenas em certos períodos do ano. De acordo com Kautsky o imperativo de ganhar dinheiro, já que a exploração não é capaz de absorver plenamente sua força de trabalho, obriga, muitas vezes, aos camponeses a se assalariar, a desobrigar-se do serviço em sua própria propriedade, “terá, dessa maneira, que transferir as tarefas que lhe cabem para a mulher, ou mesmo, para os filhos e trabalhar em sua propriedade somente após o horário normal ou aos domingos” (KAUTSKY, 1998, p.239).

Como já detalhamos no Capítulo 2, os clássicos do marxismo agrário consideravam que a existência de membros da família camponesa trabalhando fora de sua unidade produtiva era um indicador de proletarização, e conseqüentemente, de desagregação familiar, de empobrecimento e piora das condições de sua reprodução social.

Por sua vez, segundo Chayanov, o recurso às atividades não agrícolas constitui uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar ante os condicionamentos da unidade produtiva agrícola e expressa a racionalidade que comanda as ações da família para manter o equilíbrio entre consumo e trabalho, garantindo assim, sua

reprodução (CHAYANOV apud SCHNEIDER, 2003). Assim, para Chayanov a mão de obra familiar, ao se encontrar impossibilitada de obter renda através da comercialização de seus excedentes agrícolas, “se vuelca (...) a actividades artesanales, comerciales y otras actividades no agrícolas para alcanzar el equilibrio económico con las necesidades de la familia que no resultan cubiertas con el ingreso de la unidad”¹⁰¹ (CHAYANOV, 1974, p.101).

Nos estudos atuais sobre a pluriatividade, geralmente, se consideram duas posições. No primeiro posicionamento tem-se o argumento de que a pluriatividade é uma estratégia de reprodução social, contribuindo para a elevação da renda e para a fixação das famílias no campo. Destacam-se nesse sentido, os trabalhos realizados pelos pesquisadores Sacco dos Anjos (1995, 2003) e Schneider (2003) no Brasil meridional¹⁰². A segunda posição levanta a hipótese de que a pluriatividade é um processo gradual, cujo desenlace é o a perda relativa da importância das atividades agrícolas para a reprodução das famílias, exprimindo uma gradual passagem do meio rural para o meio urbano. Nessa perspectiva encontra-se o trabalho de Graziano da Silva (1980), quem, inspirado na obra de Lênin, afirma que o trabalho assalariado é um indicador da presença de relações capitalistas no campo. O emprego assalariado para os agricultores familiares representa uma maior segurança e qualidade de vida. Deste modo, a renda agrícola perde importância nas famílias rurais. Assim, o avanço do capitalismo, se traduz na expropriação dos pequenos produtores.

Embora a combinação de outras atividades com a agricultura e a pecuária é considerada uma constante no âmbito rural, segundo Sacco dos Anjos (2003), “o que hoje se denomina ‘pluriatividade rural’, constitui uma categoria teórica relativa a um fenômeno tratado quase que exclusivamente do prisma dos países centrais e semiperiféricos no plano da literatura internacional” (p.5). Portanto, o autor coloca a

¹⁰¹ A partir dos clássicos da questão agrária é justificada a emergência dos fenômenos correspondentes ao que se veio chamar de “agricultura a tempo parcial” e de “pluriatividade”. Cumpre destacar a diferença entre estas duas noções. Nesse sentido, se no caso da “agricultura a tempo parcial” a ênfase recai no tempo de trabalho dedicado à própria exploração, no caso da “pluriatividade” se destacam as múltiplas inserções profissionais dos diversos membros de uma mesma família rural. Deste modo, a propriedade familiar é vista simultaneamente como uma unidade de produção e reprodução, não sendo exclusivamente baseada em atividades agrícolas.

¹⁰² Sacco dos Anjos (2003) entende a pluriatividade como prova da capacidade de adaptação da agricultura aos novos contextos sociais, sendo a mesma, uma das causas responsável por viabilizar sua sobrevivência na atualidade.

necessidade de pesquisar sobre a evolução desta categoria do ponto de vista dos países em desenvolvimento no intuito de compreender as transformações emergentes sobre o meio rural e a agricultura nestas regiões.

Deste modo, argumentamos que na região fronteiriça de Cerro Largo, a pluriatividade pode ser entendida como uma resposta ou resultado de racionalidades adaptativas dos produtores frente às transformações mais amplas da sociedade uruguaia, e do contexto específico no qual as famílias se reproduzem socialmente.

Como detalhamos no momento de caracterizar as unidades de produção da região em estudo, no 40% das explorações, as rendas principais e secundárias provém tanto da prestação de serviços em outras explorações, quanto da realização de atividades não agrícolas por parte de algum dos membros das famílias. Por sua vez, na maioria (60%), das unidades pesquisadas um ou mais membros prestam serviços em outras explorações ou desempenham atividades não agrícolas. Se verificarmos as unidades produtivas em que existem dois ou mais membros da família trabalhando fora da propriedade, chega-se a 22,5% do total de unidades produtivas. Esses dados revelam a importância do exercício da pluriatividade nas comunidades rurais fronteiriças de Cerro Largo.

Ao analisar quais são os membros das famílias que exercem a pluriatividade, observa-se que, na maioria dos casos é o próprio chefe da família (32,5%), seguido dos filhos (25%) e, em último lugar, das esposas dos chefes de família (20%).

A Tabela 12 descreve os tipos de atividades não agrícolas e de prestação de serviços exercidos pelos membros das comunidades rurais em estudo. Observa-se que entre os homens as atividades mais comuns são o trabalho sazonal nas colheitas, geralmente de amendoim e milho, e o trabalho assalariado permanente em estabelecimentos dedicados à pecuária e à produção de arroz. Por sua vez, a maioria das mulheres que exercem a pluriatividade dedicam-se a atividades tais como o comércio nos povoados mais próximos às comunidades, assim como em tarefas de limpeza e cozinha nas estâncias da região. Percebe-se, então, que as atividades realizadas não são de índole industrial; muitas das mesmas são de caráter temporário e precárias, onde, geralmente, se trabalha sem carteira assinada. Esse quadro remete à

escassez de oportunidades na região em tela, influenciando decisivamente as escolhas dos indivíduos e das famílias.

Tabela 12. Atividades não agrícolas e prestação de serviços em outras explorações

	Lugar	Nº Homens	%	Nº Mulheres	%	TOTAL	%
Na propriedade	Processamento de alimentos	0	0	2	6	2	6
Fora da propriedade, no campo	Trabalho sazonal nas colheitas	7	20	2	6	9	26
	Assalariado permanente em estabelecimento	4	12	0	0	4	12
	Limpezas e cozinha em estâncias	0	0	3	8,5	3	8,8
	Comércio	1	3	3	8,5	4	11,5
	Serviços (ex. doma, esquila,)	2	6	0	0	2	6
	Emprego público nas escolas.	1	3	1	3	2	6
Na cidade	Comércio	1	3	2	6	3	8,8
	Educação (professores)	0	0	1	3	1	3
	Empregada Doméstica	0	0	1	3	1	3
	Pedreiro	2	6	0	0	2	6
	Serviços	1	3	0	0	1	3
	TOTAL	19	56	15	44	34	100%

Fonte: Pesquisa de campo 2013

Nesse sentido, segundo Sacco dos Anjos (2003), o exercício da pluriatividade depende tanto das características do contexto socioeconômico em que estão inseridas as famílias dos produtores quanto das motivações internas relativas à própria racionalidade familiar. Isso significa que tanto os aspectos relacionados com a intencionalidade dos membros das famílias rurais (ajuda econômica, independência financeira etc.) quanto as características do espaço no qual as explorações se inserem (oportunidades laborais no espaço fronteiriço), são elementos que influenciam o desenvolvimento combinado de atividades ligadas à agropecuária com atividades produtivas em outros âmbitos.

Assim, ao analisar as motivações internas dos membros das famílias com relação ao exercício da pluriatividade, todos os entrevistados concordam em que o trabalho fora do estabelecimento é necessário para complementar a renda e, desse modo, assegurar a sobrevivência familiar no meio rural.

El marido de mi hermana trabajaba acá, pero se tuvo que ir, el está en Río Negro ahora [...] Porque lo que producimos acá no da para mantener las dos familias, entonces el se fue, el ahora es Oficial de MEVIR, entonces anda como gitano, de acá para allá, porque acá, lo que sacamos acá no da para una familia con dos hijos vivir (Entrevista 14- Productora Familiar).

La médula de mis ingresos [a renda principal] son por la producción, por lo que yo trabajo acá en mi campo. Pero qué pasa? A mí me sobra una semana de trabajo y me sale la oportunidad de sembrar una pradera chica y a mí me sirve. Si les sobra 25 kg de "Rye Grass" y me lo dan a cambio de sembrarles a mí me sirve, porque yo no tengo que ir a comprarlos. Y esos días yo estuve trabajando, yo produje. Y ese dinero que agarro, lo meto dentro de la empresa. Carol, mi esposa también, ella cuida la casa de una vecina a cambio de dinero. **No es mucho lo que se recibe pero es plata que entra, o sea, te da la seguridad de que entra plata y no solo sale. Te voy a decir otra cosa, la solución para los pequeños predios, y eso está comprobado, es la diversificación. No depender de un sólo rubro sino diversificar.** Yo vendo perros también, yo enseño a perros trabajar con ovejas y correr liebres y los vendo; y eso es plata que entra a la empresa. Yo prefiero vender un perro en 300 dólares o 5 perros en 300 dólares, aunque ese no sea el precio, y no tener que sacar una vaca de adentro del campo. Entonces esa forma es la que me ha dado la posibilidad no de crecer, pero de ser sustentable. (Entrevista 4- Produtor Familiar).

Hoy por hoy acá el que tiene un pedacito chico si no consigue un trabajo por afuera no vive. Si tenés 40 ha de campo y no trabajas por afuera y no tenés un ingreso extra predio, es muy difícil, muy complicado, solo que estés muy adelantado ahí, sino es imposible. (Entrevista 17- Produtor Familiar).

Em alguns casos observa-se que as atividades agropecuárias realizadas na própria exploração são colocadas em segundo plano em relação às realizadas fora do estabelecimento. Nestes casos, a possibilidade de ampliação e diversificação das atividades realizadas na própria exploração estaria condicionada pelo ritmo do trabalho assalariado.

Nosotros vivimos del maní y de mi sueldo, yo trabajo de peón en la estancia. Porque el maní como quien dice ayuda, vio que si usted del sueldo saca pa la luz, saca pa la cuota de la vivienda, saca pal boliche [mercearia], vuela el sueldo. A veces hay que andar tiomeando pa poder comprar una ropa pa un gurí y el maní ayuda [...]. Pero yo pa plantar más tendría que largar el trabajo. Pero con una hectárea, mi esposa, la vecina y los gurises la van llevando, donde yo plante dos o tres hectáreas ya no nos da. (Entrevista 16- Produtor Familiar).

De modo, geral, constata-se que o trabalho assalariado não-agrícola, está ligado a uma situação de renda insuficiente, mas o mesmo pode ser compreendido também como uma opção dos filhos que não desejam se submeter ao trabalho árduo na exploração. Para Wanderley (2003b) o trabalho externo dos filhos aponta para o processo de individualização e de busca de autonomia rumo à constituição de uma outra família ou de tornar tal filho relativamente autônomo do ponto de vista financeiro. Por sua vez, no caso das mulheres, a autora aponta para duas significações principais da pluriatividade: às vezes, é o caminho pelo qual a mulher adquire uma maior capacidade de participar dos ganhos da família, contribuindo para a família com o dinheiro que ela ganhou. Em outros casos, o trabalho externo da mulher tende a criar um distanciamento em relação ao estabelecimento familiar, tornando a mulher mais autônoma. É como se ela tivesse sua própria profissão e fosse apenas a esposa do agricultor. Em ambos os casos significa a elevação de seu prestígio social e não ter que depender da renda do marido. Assim, Sacco dos Anjos (2003) estabelece que a pluriatividade igualmente provoca mudanças na dinâmica interna das famílias rurais, principalmente no que se refere às relações de poder entre os membros da família. Nesses casos, a agricultura familiar caracterizada tradicionalmente pelo patriarcalismo, passa a caracterizar-se por uma sensível melhora no nível econômico, mas também da valorização do papel feminino dentro do domicílio.

Consideramos que na região estudada a pluriatividade é resultado do processo de exclusão das unidades de produção familiar do processo de modernização agrícola. Os produtores familiares exercem a pluriatividade com a intenção de reproduzir-se a si mesmos enquanto produtores, assim como no afã de preservar um modo de vida e os valores de uma cultura que resiste ao tempo e às grandes mudanças do “mundo moderno” .

Se, por uma parte, a pluriatividade tem uma importância decisiva para reverter as condições de miséria e assegurar a permanência dos produtores familiares na terra, e pode ser considerada como uma forma de resistência na medida em que contribui para evitar o endividamento e/ou a proletarização plena das famílias pesquisadas. Por outra parte, o trabalho dos filhos fora da propriedade pode representar o caminho para a inexistência de sucessores na produção familiar. Somado a isso, os chefes de família que trabalham fora das explorações, em todos os casos, também trabalham no próprio estabelecimento agrícola. Já no caso das esposas que trabalham fora da propriedade, existe, em alguns casos, a realização de uma tripla jornada: o trabalho em atividades não agrícolas, o trabalho doméstico, relacionado aos afazeres de casa, e por fim, o trabalho na propriedade familiar propriamente dito. Esses fatos nos remetem a questionar a existência da auto-exploração, muitas vezes despercebida pelos próprios produtores.

Deste modo, concordamos com Piñeiro (1985), quando estabelece que existe uma natureza contraditória na mercantilização parcial dos produtores familiares. A mesma é, ao mesmo tempo, uma forma de resistir ao capital ao possibilitar a permanência dos produtores familiares no meio rural, mas também pode ser considerada como uma estratégia do próprio capital. Assim, ainda que a pluriatividade seja vista como uma estratégia viável para assegurar a existência atual destes produtores familiares na fronteira de Cerro Largo e a mesma contribua à emancipação econômica dos filhos e das mulheres, também tem servido para reproduzir o trabalho camponês a baixo custo para o benefício da economia capitalista da região. É um fato a existência de auto- exploração, entre os produtores familiares da região pesquisada (devido à realização de uma dupla ou tripla jornada de trabalho), e, por sua vez, a

pluriatividade tem favorecido, em certa medida, a manutenção de baixos salários¹⁰³, em consonância com os interesses dos grupos que comandam a economia regional: grandes estabelecimentos dedicados à pecuária, à produção de arroz e os novos empreendimentos comerciais na fronteira – *Free Shops*¹⁰⁴.

5.6 O contexto fronteiriço

As estratégias de sobrevivência dos produtores familiares da região fronteiriça de Cerro Largo estão atreladas fortemente ao modo de vida e às tradições desses sujeitos sociais. Tais estratégias dependem das particularidades do contexto geográfico e cultural no qual eles estão inseridos. Neste sentido, nas muitas práticas adotadas pelos produtores familiares habitantes dessas comunidades rurais, se lança mão de cálculos que consideram a condição de habitar uma região fronteiriça com outro país: o Brasil (Figura 15).

¹⁰³ É importante destacar que o governo que assume no ano 2005 no Uruguai, impulsionou uma política em matéria de relações laborais orientada ao denominado “emprego decente”. Nesse contexto, incorporou-se o trabalho agropecuário assalariado ao chamado “Consejo de Salarios” (órgão tripartite composto pelo Poder Executivo, os Trabalhadores e os Empresários, que tem como principal objetivo a fixação do salário mínimo). No ano 2006 aprovou-se a lei 17.940 sobre liberdade sindical e no ano 2008 aprovou-se a lei 18.441 denominada “Jornada Laboral e Regime de Descanso no Setor Rural”, onde se estabelece, dentre outras questões, um regime de 8 horas de trabalho diárias para os assalariados rurais. Não obstante, segundo Buxedas, Perera e Barrios (2012), há uma persistência da informalidade no trabalho assalariado rural uruguaio, assim, um 29% destes trabalhadores não tem acesso à previdência social, e, por sua vez, o salário deles continua sendo relativamente baixo em comparação ao salário dos trabalhadores urbanos. Outra questão a destacar, segundo estes pesquisadores, é a escassa filiação sindical dos trabalhadores assalariados rurais uruguaios.

¹⁰⁴ Se bem, o “novo agronegócio” está começando a se constituir num setor importante da economia regional (sobretudo os empreendimentos dedicados ao cultivo da soja), nenhum dos membros das UPF pesquisadas trabalha direta ou indiretamente em atividades relacionadas aos cultivos florestais ou às plantações de soja.



Figura 15. Fronteira Aceguá- Uruguay/ Aceguá-Brasil.

Fonte: Pesquisa de campo 2013.

Assim, sobretudo no consumo de bens materiais (ex. produtos da cesta básica de alimentos, roupa, insumos para a produção), o acesso a serviços (ex. saúde, educação dos filhos), e mesmo na realização de trabalhos fora da exploração familiar, muitas das ações empreendidas pelos produtores são pensadas e executadas levando em consideração as possibilidades presentes em ambos os lados da fronteira. Deste modo, os produtores familiares da região pesquisada agem como *fronteirizos*, quer dizer, como habitantes de um lugar em que as possibilidades se multiplicam pelo agenciamento da diferenciação originada na construção dos territórios nacionais (DORFMAN, 2009).

Eis alguns excertos bastante ilustrativos de nossas entrevistas:

La frontera tiene esa cosa, yo ahora estoy comprando los insumos en Uruguay, pero si están más baratos los compro en Brasil. Yo no voy a ir a Melo a echar combustible a 40 pesos, pudiendo echar a 25 en Aceguá. Si uno se pone a pensar, yo todos los días me estoy matando un poquito. Esto es una cosa que un día dije en una reunión y que todos me quedaron mirando [...] Yo me crié en la frontera, mi padre tuvo comercio en la frontera y eso me dio mucha agilidad en este negocio que tengo hoy. Me dio agilidad de pensar. Yo brindo un servicio de doma en Brasil, y me traigo semillas de Brasil como forma de pago. Es contrabando si lo saben, si no lo saben, no es contrabando. Entonces hay cosas que no pueden salir al aire. Pero esas son las formas que uno tiene de sobrevivir acá. Es una necesidad. Yo no me puedo comparar con el resto de los productores familiares del país, porque vivo cerca de la frontera. No me puedo comparar porque yo tengo mejores posibilidades para algunas cosas, como ellos tienen posibilidades para otras cosas por estar al lado del mercado. (Entrevista 8- Produtor Familiar).

El finado de mi padre, vivía por la cañada, allá por San Diego y él siempre traía gas oil brasileiro y ni un aduanero lo “coimeó” [pediu propina]. Yo traía de a 200, de a 400 litros. Gastábamos, producíamos y vivíamos. No teníamos los lujos de ahora, como la luz. Pero ahora estamos viviendo mal. (Entrevista 3- Produtor Familiar).

Nosotros hacemos el surtido para la casa en Brasil. Es que, por ejemplo, vos vas ahora al supermercado Ta-Ta en Melo, que es el más grande que hay y con 1000 pesos vos compras 4 o 5 cositas. Vos vas a Aceguá [refere-se a Aceguá-RS, Brasil] y con 1000 pesos y llenas un carro. (Entrevista 7- Produtora Familiar).

Em 17 das unidades produtivas, ou seja, em 42,5% das famílias entrevistadas, algum dos membros da família já trabalhou em atividades agrícolas ou não-agrícolas no Brasil. Em todos os casos, trata-se de trabalhos como assalariados em grandes explorações agropecuárias ou em atividades relativas ao comércio. Em alguns desses casos, foi por meio dessas atividades que eles conseguiram conquistar o pedaço de terra que hoje exploram. Sobre esse aspecto, vale resgatar um depoimento:

Acá somos dueños después que yo me vine del Brasil. Me fui a pie de acá del Uruguay a Brasil con una mochila en el hombro y un surtido fiado que me dio un viejo que vivía en la esquina ahí. De allá me vine con una moto, un auto y una yunta de vacas, que después vendimos y compramos este predio acá, porque la tierra es la tierra [...] Yo trabajé en varias partes. Acá del otro lado trabajé por toditos lados. A lo último trabajé con un patrón de Pelotas. Conozco allá, conozco Cerrito Alegre que queda a unos 30 km para delante. [...] Después vine a trabajar con un alemán. Con él trabajé 18 años. Ahí fue que comencé a juntar plata. Cuando nos fuimos a trabajar allá, llevé a ésta [refere-se a sua mulher], que era de Paso María Isabel. Compramos un colchón, porque estábamos durmiendo en el suelo, una taza y un plato para cada uno y una olla. [...] Trabajé siempre como peón de estancia. Trabajé en arroceras. Siempre de peón, sólo que yo en aquel tiempo ganaba dos sueldos [dois salarios mínimos] más un porcentaje. Tengo guardada la libreta aquella que te dan, la “Carteira de Trabalho”. Trabajaba haciendo de todo. Manejaba máquinas, porque allá era como una escuela. (Entrevista 6- Produtor Familiar).

Anteriormente destacamos as dificuldades que enfrentam os produtores, no instante de comercializar seus produtos, pelo fato da competência com os produtos agrícolas brasileiros, os quais ingressam a um baixo custo e de forma massiva pela fronteira ao Uruguai. Todavía, alguns produtores conseguem transformar essa dificuldade numa possibilidade de renda, sobretudo naqueles casos que, possuindo clientes para seus produtos, não conseguem atingir a quantidade demandada, embora a forma pela qual é levada adiante essa estratégia não seja logicamente lícita.

Acá toda la vida existió el contrabando y sigue existiendo. Entonces, ¿qué sucede? Los productores saben que si no producen 10 kilos de algo y precisan 15, van y compran el resto allí en la frontera y todavía les da para ganar porque tiene margen. Porque acá hay gente eficiente que puede llegar a producir a un bajo costo acá en la frontera y todavía hacen kilómetros para llegar hasta la frontera, compran lo que falta, y pasan después por 3 o 4 intermediarios antes de llegar al consumidor final, si hacen todo eso, es porque les da. Entonces hay una forma de baratear y ser eficiente (Entrevista 4- Produtor Familiar).

Em alguns casos, dentro dos trabalhos não-agrícolas exercidos na unidade de produção familiar, destaca-se a comercialização de produtos adquiridos no Brasil.

Volviendo a lo que me preguntabas sobre el tema de la frontera, el gas oil, hoy por hoy, es lo único que va quedando acá en la frontera, que te da un lote de pesos, te ahorras un lote de pesos. Yo lo paso, por ejemplo, en esos días que hay raid o cuando aso carne para la UTU¹⁰⁵, yo voy y traigo 240 o 260 litros, porque voy cargo y salgo para allí para el asado y vendo. Llego allá al Ipiranga en Aceguá, que es donde compro el combustible, y yo no puedo pasar para el lado brasileiro con mi auto, pero tengo tanta confianza con los funcionarios del Ipiranga, que cualquiera de ellos que tiene un autito, me dice “acá tenés la llave, subite en mi auto y pasa el combustible” (Entrevista 5- Produtor Familiar).

Percebe-se então, que localmente, o ato de *contrabandear*¹⁰⁶ é representado como uma prática naturalizada que implica no desrespeito a regras vigentes nos limites estatais a partir de um conhecimento do lugar, e das práticas possíveis de serem realizadas sem uma pena policial. Trata-se de uma estratégia de reação ante uma situação de precariedade e necessidade, de forte caráter cultural, e que ocorre ante a inexistência de iniciativas de construção de alternativas econômicas – tanto por conta dos próprios produtores quanto dos agentes Estatais- para que a produção e comercialização dos produtos agrícolas da região possa se desenvolver. Assim, o contrabando, aparece como uma alternativa face a ausência de alternativas viáveis.

Os constantes fluxos físicos ou intangíveis entre os habitantes de ambos lados do limite político determinam um modo de vida e, portanto, uma *identidade fronteira*, própria dos produtores familiares desta região. Esta se caracteriza principalmente pela existência de famílias mistas, ou pelo uso do idioma português e espanhol (ou a mistura

¹⁰⁵ A UTU, “Universidad del Trabajo del Uruguay” é uma instituição uruguaia pública de ensino técnico.

¹⁰⁶ Para Dorfam (2009, p.7), “o contrabando é uma prática eminentemente geográfica, podendo ser descrito como o comércio ilícito baseado nas diferenças – de preço, qualidade e disponibilidade de mercadorias – geradas pelas barreiras aduaneiras associadas à delimitação dos Estados- Nação”.

de ambos: *portuñol*¹⁰⁷), e o intercambio econômico. Em vários casos, alguns membros do grupo familiar são registrados em ambos os lados da fronteira, criando o chamado “*doble- chapa*”, cidadão em ambas as pátrias. Em outros casos trata-se de cidadãos brasileiros morando e produzindo na fronteira uruguaia. Sobre esse aspecto, cabe agregar respostas “reveladoras” de nossos entrevistados:

-¿Tú eres uruguaya o brasilera?

- Yo soy mezclada. Claro que ahora vivo en Uruguay, yo nací en Uruguay. Pero mi padre era de Brasil (Entrevista 2- Produtora Familiar).

Eu sou brasileira sim, mas fiz todos os papéis uruguaio. Custou muito dinheiro. Eu conheci ele lá, quando trabalhava numa estância, depois conseguimos comprar este campo acá (Entrevista 1- Produtora Familiar).

A: Eu sou brasileiro. Estou emprestado aqui. Faz uns três anos que estou aqui. Faz uns oito anos que eu planto amendoim. Antes eu plantava no Brasil.

B: Él plantaba el mismo maní uruguayo, él lo contrabandeaba. Él llevaba las semillas de acá, plantaba allá y después lo vendía acá.

A: E depois dificultou, um ano não pude vender, por causa que não deixavam passar nada, então aí eu agarrei e resolvi arrumar terra aqui no Uruguai. Foi assim que eu cheguei aqui. E me dei bem, mas só vinha na época de plantar e colher [...] Depois fui arrumando as coisas y daí eu foi ficando, foi ficando, eles foram se acostumando comigo e eu com eles e hoje estou ficado hahah. (Entrevista 12, Produtor Familiar A, Produtor Familiar B).

Segundo Otálvora (2003), os habitantes das áreas fronteiriças muitas das vezes são reconhecidos como pessoas “à margem”, isoladas, por certo, dos canais de participação da vida social de sua respectiva origem nacional, sendo vítimas dos mecanismos por meio dos quais as metrópoles monopolizam os recursos fiscais. Assim, numa sociedade como a uruguaia, com uma alta presença da atividade do Estado em diversos âmbitos, a distância fronteiriça pode ser sentida como uma ausência de proteção da capital nacional e como sinal de um centralismo indolente e pouco interessado em conciliar as políticas nacionais com as aspirações regionais fronteiriças. (ACHÚGAR e BUSTAMANTE, 1996 apud, OTÁLVORA, 2003, p.92).

¹⁰⁷ Na região em estudo, chama-se comumente “currupío” a pessoa que mistura o português com o espanhol.

Deste modo, ações como o contrabando, podem ser entendidas como uma forma de resistência cotidiana ante as omissões dos Estados. Sendo assim, os produtores familiares afrontam as diversas vicissitudes, através de uma atividade que procura diminuir as dificuldades da vida cotidiana ao poupar na compra daqueles bens que são adquiridos nos mercados quando a diferença nos preços lhes é favorável.

5.7. O Autoconsumo

Outra das estratégias de sobrevivência constatadas na região em estudo é a prática da produção para o autoconsumo. Neste sentido, consideramos que o fato de que os produtores familiares se distanciem, em boa medida, dos mercados e produzam seus próprios meios de subsistência, constitui outra forma de resistência passiva exercida por eles. Concordando com Piñeiro (1985), trata-se de uma ação exercida pelas famílias que tem como resultado uma diminuição da intensidade da extração de excedentes do sistema capitalista sobre elas.

O autoconsumo refere-se a toda produção realizada pelos membros da unidade de produção familiar cujos produtos são destinados à satisfação direta de necessidades de consumo do grupo. Este também é denominado como produção para o autoprovisionamento ou entre os produtores familiares como produção “pro gasto”. O autoconsumo inclui a produção de alimentos (horta, pomar, criação de animais etc.) tanto para o consumo familiar quanto dos animais do estabelecimento, assim como a produção de insumos para o processo produtivo e a fabricação de ferramentas¹⁰⁸ (GRISA, GAZZOLA e SCHNEIDER, 2010). Trata-se de um tipo de produção distintiva da agricultura familiar que se constitui como uma fonte de renda não-monetária para assegurar que as famílias afrontem necessidades e economizem recursos ao evitar a aquisição de determinados produtos nos mercados.

Para Grisa, Gazzola, e Schneider (2010), embora a produção para o autoconsumo seja tradicional no setor da produção familiar, muitas vezes é invisível

¹⁰⁸ Os autores utilizam uma definição ampla de autoconsumo que inclui a fabricação de ferramentas. Nos pareceu interessante adotá-la pelo fato que alguns produtores familiares da região pesquisada praticam a autoconstrução, e consideramos que esta prática determina certo grau de autonomia dos mercados.

tanto no âmbito dos estudos quanto no das políticas públicas¹⁰⁹. Por sua vez, para Wanderley (2003a, p.14), “tende-se a desconhecer ou mesmo a qualificar como descaracterizadoras da condição de agricultor as estratégias produtivas que incluem o autoconsumo, em muitos casos, como uma atividade central nos estabelecimentos agrícolas mais fragilizados”. Assim, a produção voltada ao autoconsumo sempre mantém seu lugar à margem, ou de forma complementar, à produção voltada à comercialização.

Segundo Chayanov (1974), o autoconsumo é uma dimensão constitutiva do campesinato. Da análise da teoria da Unidade Econômica Camponesa se depreende que o objetivo final das ações dos membros da família é a obtenção dos meios para satisfazer o consumo familiar. O consumo emerge, então, como o principal pressuposto para se chegar a uma condição de satisfação e de conforto junto às unidades produtivas familiares¹¹⁰. A partir da tese deste pensador, Gazzola e Schneider (2007, p.3-4) inferem que o autoconsumo alimentar na produção familiar, “é uma esfera fundamental que orienta e afeta as estratégias de reprodução e os cálculos das unidades familiares no sentido de como os seus membros se organizam para obter a alimentação necessária ao seu consumo”.

Na região estudada é notória a presença da produção para o autoconsumo. Assim, do total de famílias entrevistadas um 92% realiza algum tipo de práticas de autoconsumo, entanto um 68% das famílias possui uma horta. Entre as principais atividades de autoconsumo destinadas ao consumo do grupo doméstico destacam-se: a criação de animais (galinhas, porcos, ovelhas, vacas de leite), pomares, cultivos de

¹⁰⁹ A modo de exemplo, na Bolívia, no âmbito das políticas públicas, o valor relativo ao autoconsumo das famílias rurais não é contabilizado como um ingresso monetário. Deste modo, se subestima, desconhecendo a importância material e simbólica desta prática, sobretudo entre aquelas famílias rurais mais pobres não incorporadas ao mercado (PRUDENCIO, 2012).

¹¹⁰ Sobre esse assunto, argumenta-se, segundo a tese de Chayanov do balanço consumo/trabalho, que o volume de atividades das famílias depende totalmente do número de consumidores e não do número de trabalhadores.

chácara (abóbora, milho¹¹¹, batata doce), produtos da horta (alface, acelga, ervilha, ervas aromáticas etc.) e lenha.

Tenemos algunas ovejas pero son para el consumo. Son 11, carneamos una ahora. Tenemos 4 vacas lecheras. Hace poco se nos murió una. Y tenemos 3 cerdos. También tenemos algunas gallinas y árboles frutales. Todo para el consumo (Entrevista 6- Produtor Familiar).

Hacemos quinta. Plantamos de todo, aromáticas, acelga, lechuga. Para el consumo, para ayudar. Si uno va a comprar una lechuga en Noblía vale 15 o 20 pesos, y acá uno tiene una tierra ideal para plantar entonces tiene que aprovechar. (Entrevista 8- Produtora Familiar).

Somado aos alimentos, em alguns casos, está presente, por um lado, a prática de autoconstrução no que diz respeito à edificação de suas próprias casas, assim como a fabricação de maquinária e ferramentas de trabalho. Por outro lado, as práticas de autoprovimento destinadas à alimentação animal também estão presentes, destacando-se, nesse sentido, os cultivos forrageiros (por exemplo, a aveia), os subprodutos agrícolas (por exemplo, as ramas¹¹² e palhas), e mesmo a batata doce e a abóbora quando os preços praticados no mercado não alcançam para cobrir os custos de produção. Os trechos a seguir ilustram algumas destas questões:

Esta es la máquina clasificadora. Se pone la chaucha allá arriba en el cajón. Se la va largando de a poquito. La hago funcionar con un motorcito eléctrico. Al principio la hice manual, pero después la fui modificando [...] Lo primero que hice fue la sembradora. Que ya está para hacerla de nuevo. [...] Hice relación con el ingeniero Murel, y cuando vio todo lo que yo había hecho dice “Pero Roberto, porque no patentas esa máquina”, y yo le digo “Murel, yo no me voy a dedicar a fabricar máquinas” (Produtor Familiar)¹¹³.

Engordan un horror los chanchos [porcos] con los rastrojos del maní que quedan en la chacra. Quien compra una chancha flaca, en 20 días está pa vender gorda. (Entrevista 16- Produtor Familiar).

¹¹¹ A produção de milho é típica para o autoconsumo. As sementes são guardadas e conservadas ano após ano. Este produto torna-se importante pela presença de animais (bovinos, equinos, suínos e aves) na ampla maioria das unidades pesquisadas, poupando, assim, a compra de rações.

¹¹² Uma prática arraigada entre os produtores familiares que se dedicam ao cultivo do amendoim é o aproveitamento das ramas para o consumo animal.

¹¹³ Arquivo pesquisa (APUD et al. MEC, 2010).

Por um lado, percebe-se uma maior presença de práticas de autoconsumo, entre aquelas famílias mais vulneráveis, nas quais, por sua vez, inexistem o exercício da pluriatividade. Por outro lado, a prática do autoconsumo não se encontra presente entre aqueles produtores familiares que não sendo proprietários da terra, arrendam e geralmente especializam sua produção, a qual é destinada exclusivamente à venda no mercado (gado de corte e/ou cultivo do amendoim).



Figura 16. Produção de carne de ovelha e porco destinada ao autoconsumo em lares rurais de La Mina e San Diego.

Fonte: Imagens feitas pela autora. Pesquisa de campo (2013).



Figura 17. Esquerda: Horta destinada ao autoconsumo em Cuchilla de Melo. Direita: Autoconstrução de casa de barro em Cañas.

Fonte: Esquerda: Imagem feita pela autora. Pesquisa de campo (2013). Direita: Arquivo pesquisa (APUD, et al MEC. 2010).



Figura 18. Maquinária artesanal fabricada por produtor de Sarandí de Barcelo para facilitar a classificação do amendoim.

Fonte: Arquivo pesquisa (APUD, et al MEC. 2010).

Gazzola e Schneider (2007) demonstram que a produção para o autoconsumo possui importância no que diz respeito à autonomia familiar¹¹⁴. Deste modo, o produtor familiar não depende totalmente do ambiente social e econômico em que está inserido, principalmente por ter certa independência em relação às condições de troca no âmbito local ou regional. Assim ele se orienta pelo princípio da chamada “alternatividade produtiva¹¹⁵”: a possibilidade da produção ser vendida ou consumida pelo grupo doméstico, dependendo das condições familiares, bem como das condições de troca no mercado.

Este año planté 8 ha de maíz, para el gasto. Para el ganado no más. Yo no me preocupo mucho, igual se lo doy para los cerdos, se los doy para los lechones. El maíz lo doy para los terneros y los cerdos. Porque si voy a plantar para vender, el costo está siendo muy caro para lo que deja. Y hay problemas de mano de obra (Entrevista 3- Produtor Familiar).

Gazzola e Schneider (2007) também destacam a sociabilidade comunitária e interfamiliar gerada pelas trocas de produtos, animais, sementes etc. entre agricultores familiares. Neste sentido, pode-se dizer que a produção para o autoconsumo gera

¹¹⁴ Autonomia se refere às possibilidades de geração das condições materiais de produção e de reprodução pelo produtor familiar.

¹¹⁵ A questão da alternatividade produtiva foi introduzida na obra de Afrânio Raul Garcia Jr: “O Sul: Caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social” de 1990.

relações de sociabilidade: as mesmas “permitem que as famílias transacionem produtos para autoconsumo sem intercambiarem mercadorias com valor real de troca” (p. 11). No caso pesquisado percebe-se que, dada a situação de vulnerabilidade em que muitas das famílias se encontram, as trocas ou “empréstimos” de produtos ou alimentos, são motivadas com o intuito de satisfazer certas necessidades essenciais para o bem-estar do grupo familiar.

Arreglamos muchas cosas por cambios de carne porque no teníamos la plata. Si la persona nos cobraba un cachorro carneado de 70 kg, allá se lo carneábamos y pagábamos con eso. Las aradas las hicimos así, por cambios de gas oil y carne, porque no teníamos fondos. Los alambres los hizo mi esposo con un amigo que lo ayudó. El resto, las puertas y ventanas también. [...] O sea que hemos hecho casi todo a base de intercambios. Pero la situación económica de nosotros es pésima. **La vamos llevando porque tenemos coraje. Porque con todas las enfermedades que mi marido tiene, con todo lo que a él le ha pasado, lo único que nos queda es el coraje y las ganas de trabajar.** (Entrevista 8- Produtora Familiar).

Acá también llegan muchos vecinos, uno que viene por ración, otro que me pide un litro de nafta prestado, otro que quiere gas, y a muchos ni les cobro, les presto, depende de la persona que sea. Yo vendo gas, vendo nafta, y, dependiendo de la situación del vecino, le digo: “te presto la garrafa y me la traes después”. Yo, a veces, cuando no tengo carne, y sé que va a venir gente del INIA, por ejemplo, consigo con algún vecino. (Entrevista 5- Produtor Familiar).

Por sua vez, consideramos que a produção de alimentos voltada ao autoconsumo tende a garantir a segurança alimentar¹¹⁶ daqueles produtores familiares. O autoconsumo é interpretado como gerador de segurança alimentar pelos seguintes motivos: 1) porque os alimentos produzidos por eles contém uma quantidade nutritiva que seria superior aos alimentos adquiridos na cidade (em muitos dos casos constata-se que a produção para o autoconsumo é isenta de agrotóxicos); 2) porque está relacionada com os hábitos de consumo arraigados neste determinado território (consumo de carne, principalmente de vaca e ovelha, produtos de chácara etc.)¹¹⁷; 3)

¹¹⁶ De acordo com a Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial (1996), “Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã”. Disponível em <www.fao.org>. Acesso em: 14 de junho de 2014.

¹¹⁷ Conforme Mendras (1978, p.45), os sistemas de autoconsumo supõem uma estreita correspondência entre o que se produz e o que é consumido, entre o sistema agrário e regime alimentar; assim, o arranjo de diversas produções deve, responder, por um lado, às exigências agronômicas e, por outro, às necessidades da família.

pela disponibilidade e diversidade de alimentos durante todo o ano. Deste modo, a diversificação da produção, própria da atividade policultora, e característica destes produtores familiares, possibilita uma ampliação das estratégias de reprodução familiar.

A produção para o autoconsumo realizada por estes produtores familiares é importante também no que diz respeito ao repasse do conjunto de conhecimentos (saber-fazer) de pais a filhos. Segundo Gazzola e Schneider (2007, p.12), o patrimônio que o produtor transmite aos seus filhos não é somente um patrimônio material “mas é também um patrimônio simbólico, cultural, é uma matriz de sistema de conhecimentos aplicados à prática agrícola e à produção de alimentos para o grupo familiar”. Neste sentido, o autoconsumo carrega consigo um saber acumulado¹¹⁸, e é este saber que produz e reproduz cultura, valores, o ordenamento do mundo dos produtores familiares e suas relações com o entorno. É, portanto, parte da conformação de sua própria identidade.

Mas percebe-se que esta prática, característica da produção familiar, se encontra na região em estudo, em certa medida, “em perigo de extinção”¹¹⁹. Quando indagados sobre como era antigamente a produção, os produtores familiares afirmam que as famílias eram mais autossuficientes, sendo, por exemplo, as mulheres quem muitas vezes confeccionavam as roupas dos membros da família. Por sua vez, havia uma maior fartura de alimentos (terra mais produtiva, maior diversidade de sementes), sendo a maior parte da produção orientada para o autoconsumo.

¹¹⁸Nesse “saber-fazer”, muitas vezes subestimado frente aos conhecimentos dominantes, fruto da racionalidade capitalista, reside para autores como Shanin e Sevilla Guzmán, a potencialidade do campesinato no que tange, por exemplo, em modelos alternativos de desenvolvimento. Ambos autores baseiam sua argumentação no trabalho de Chayanov (1974) Assim, Shanin (1988, p.148), rememorando a Chayanov (1974) indica que “la economía familiar no es simplemente la supervivencia de los débiles por medio de su empobrecimiento que sirve a beneficios muy superiores (superbeneficios) en otros lugares, sino también la utilización de algunas de las características de la agricultura y de la vida social rural que, en ocasiones, pueden proporcionar ventajas a las economías no capitalistas sobre las formas de producción capitalistas en un mundo capitalista”. Para Sevilla Guzman (2004, p.65), por sua vez, o conceito de “ótimos diferenciais” de Chayanov (combinação de estruturas econômicas e sociais que introduz certas particularidades nas explorações) tem sido considerado como a possibilidade de que o conhecimento local atue como gerador de tecnologias adaptadas e capazes de captar o potencial endógeno dos recursos naturais.

¹¹⁹ Pinheiro (1985) já alertava para a limitação desta estratégia de resistência da produção familiar no longo prazo, pois quanto mais as unidades de produção confiam no mercado para a satisfação de suas necessidades, maior será sua dependência dele.

Yo tengo 47 años. Era una zona hortícola, pero bien de autoconsumo. Habían familias con promedios de 4 a 10 hijos y hasta 16. La producción hortícola era dedicada al consumo familiar. Era muy difícil que se vendiera algo. La gente cosechaba boniato, maíz, y cosas de huerta como zanahorias, lechugas, de todo, pero era todo bien de consumo. Con el maíz, si no se los daba a las aves o a los cerdos, hacían gofio, pororó, lo hacían en harina de maíz, se hacía el pan de maíz. Después tenías la cría de cerdos que sacaban la baña [...] Y en el tema de granja, si bien tenían lechería, gallinas, es muy difícil que hubiera un mercado donde la gente vendiera. Así, la carne y huevos de gallina, como la leche de las vacas, era todo para el consumo [...] Yo creo que antes las familias eran totalmente autosuficientes. Producían, tal vez, igual, pero gastaban mucho menos. Porque, en sí, iban a los almacenes de la zona, pero el resto se producía todo en la casa. (Entrevista 5- Produtor Familiar).

Las mujeres, recuerdo cuando se cosían la ropa. Cosas que hoy ya no se hacen. La gente era más autosuficiente. (Entrevista 7- Produtora Familiar).

Na atualidade os produtores percebem uma drástica redução da prática de produção para o autoaprovisionamento. Esta redução não se dá somente na região compreendida na pesquisa, senão que se trata de um fenômeno estendido entre os agricultores familiares da região, tal como demonstram alguns trabalhos recentes de pesquisadores brasileiros¹²⁰. Existem múltiplas causas que tentam explicá-lo. Assim, uma das causas da diminuição deste tipo de produção estaria dada pela crescente mobilidade campo-cidade, com a conseqüente facilidade de acesso aos distintos mercados. Esta mobilidade, por sua vez, estaria facilitada pelo maior acesso da população rural a meios de transporte próprios:

El bajo costo de los vehículos, de las motos, eso ha facilitado mucho el trasiego. Te voy a contar una anécdota, hay un único bolichito [mercería] en la zona, que prácticamente no le vende a nadie [não consegue vender]. Y ese bolichito justamente perdió la característica de aquel almacén de campaña, porque era lo único en el medio y había que ir ahí. Ahora no, la gente va y viene todos los días a la ciudad. Entonces como que tienen un vínculo muy fluido con la ciudad. Si precisan, a media tarde, galleta, agarran la moto y van. (Entrevista 21- Professor).

La gente del medio rural tenía menos vínculos con la ciudad. Teníamos menos medios de transporte para viajar a la ciudad. Tanto es así que el vecino que tenía conducción propia, que en aquella época la conducción propia era un lujo, era el que se encargaba de hacer los mandados para todo el resto de los vecinos (Entrevista 7- Produtora Familiar).

¹²⁰ Ver: Marques, Menasche, et al (2008) e Sacco Dos Anjos, Caldas (2009).

O pano de fundo que explica o fenômeno da redução da produção de autoconsumo está relacionado, segundo Sacco Dos Anjos e Caldas (2009), com o movimento geral que afeta o conjunto da população mundial (tanto urbana quanto rural) relacionado com a crescente separação entre produtores e consumidores, bem como à aparição de novos hábitos de consumo alimentar, entre os quais se destaca a disposição em consumir alimentos industrializados¹²¹. Por sua vez, concordamos com os autores em que o consumo alimentar implica um processo de distinção no termo proposto por Bourdieu (1979). Assim, a crescente incorporação de produtos industrializados na dieta “poderia ser tomada como expressão desta suposta tendência de ascensão social por parte de famílias rurais acostumadas às vicissitudes do conhecido ‘déficit de cidadania’” (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2009, p.155). Deste modo, argumentamos que, os novos hábitos alimentares, somados a uma maior oferta e disponibilidade de alimentos nos mercados, e o papel da publicidade, são fatores importantes para explicar a redução na produção de alimentos voltada ao autoconsumo entre os produtores familiares da região em estudo.

Há que advertir para o efeito do processo de envelhecimento da população rural na região e a redução do tamanho das famílias (com a conseqüente escassez de mão de obra disponível para o trabalho), assim como para os desdobramentos das políticas estatais de transferências de renda, que igualmente contribuem para privilegiar a aquisição dos produtos nos mercados em detrimento da produção própria¹²².

¹²¹ Consideramos que os hábitos de consumo estão vinculados à satisfação de necessidades. Neste sentido, é preciso lembrar Marx, quem estabelece que as necessidades humanas devem ser consideradas em termos históricos já que as mesmas dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas. Para Marx (1968, p.83), as necessidades humanas referem-se a objetos materiais, assim, os objetos possibilitam a existência das necessidades, e, por sua vez, as necessidades possibilitam a existência dos objetos. Deste modo, “la diversa conformación de la vida material depende, em cada caso, naturalmente, de las necesidades ya desarrolladas y, tanto la creación, como la satisfacción de estas necesidades es de suyo un proceso histórico”. Se a criação de novas necessidades depende do processo histórico e das condições de produção, portanto, a aquisição de novos hábitos de consumo por parte dos produtores familiares deve ser compreendida como resultado do processo de desenvolvimento histórico do capitalismo.

¹²² É preciso destacar que as atuais políticas públicas uruguaias destinadas à redução da pobreza no meio rural, executadas tanto pelo “*Ministerio de Desarrollo Social*” (MIDES) quanto pelo “*Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca*” (MGAP), não tem como preceito o fortalecimento da prática do autoconsumo.

Antes todos tenían, ahora nadie tiene una quinta. La madre de Paola es la única que tiene una quintita por acá en la vuelta, para hacer almácigo [sementeira]. Y de más, ahí arriba, los morochos de ahí, que plantaban, quintas grandes, ahora no plantan más. Un poco porque la gente va a cobrar, muchos van a Noblía y ya traen la verdura (Entrevista 1- Produtor Familiar).

Lo que yo veo es falta de voluntad. Hoy hay muchos planes asistenciales. La familias de mis alumnos casi todos están en esos planes asistenciales, perciben algún tipo de ayuda del Estado... o tarjeta de alimentos del MIDES, o asignaciones especiales, entonces, viven en el campo como si fuera la ciudad, aparte se ha facilitado mucho el trasiego (Entrevista19- Professor).

Deste modo, assiste-se ao surgimento de outro tipo de vínculo no que diz respeito à tradicional produção para o autoconsumo da região. Se, para Chayanov (1974), o autoconsumo é uma dimensão constitutiva do campesinato, e segundo Ellis (apud GAZZOLA e SCHNEIDER, 2007), o campesinato persiste na economia capitalista devido ao fato de ser capaz de produzir os elementos necessários para assegurar a própria subsistência¹²³, acreditamos que a perda desta prática e uma completa dependência dos produtores familiares da região pesquisada em relação aos mercados - tanto para abastecer o grupo familiar quanto para a produção-, compromete sua reprodução social.

¹²³ De acordo com Ellis (apud GAZZOLA e SCHNEIDER, 2007, p.62), “é o fortalecimento da produção para autoconsumo que leva à diversificação das estratégias de vivência e à segurança alimentar pela diminuição do grau de vulnerabilidade em que se dá a reprodução social do grupo doméstico”.

5.8. O papel das políticas públicas.

5.8.1 Políticas com foco no desenvolvimento rural.

Considera-se que o papel do Estado é importante no que afeta à reprodução da produção familiar. Tanto Abramovay (1992) quanto Jean (1994) destacavam os recursos subsidiados e as políticas agrícolas estatais como fatores fundamentais que explicam o sucesso da agricultura familiar nos países ocidentais avançados. Já desde o âmbito uruguaio, Piñeiro (1985) menciona que o Estado e suas políticas poderão acelerar ou retardar a destruição do campesinato de acordo com os interesses da fração da burguesia que detêm o poder.

Como já destacávamos no Capítulo 4, a partir de 2005, com o surgimento do primeiro governo de esquerda no Uruguai - e conseqüente rompimento da hegemonia, de mais de um século, dos partidos políticos Blanco e Colorado - surge um novo marco político, no qual a ênfase recai em temas como a superação da pobreza, bem como no destaque às políticas orientadas ao desenvolvimento rural. Desde o âmbito do “*Ministerio de Ganaderia, Agricultura e Pesca*” (MGAP, 2008) a ênfase recai na elaboração de políticas integrais dirigidas a apoiar as iniciativas da produção familiar¹²⁴, fomentando sua sustentabilidade, assim como na permanência das famílias de produtores no meio rural.

Na região em estudo, tradicionalmente houve uma relativa ausência de políticas públicas destinadas a essa categoria. Se bem organismos como o *Movimiento de Erradicación de la Vivienda Rural Insalubre* (MEVIR) e o *Instituto Nacional de Colonización* (INC) haviam feito algumas intervenções, as mesmas foram bastante pontuais. A partir do ano 2006 começam a ser redirecionados as prioridades destes organismos, trazendo repercussões na região pesquisada. Por sua vez, começam a ser executados diferentes programas do MGAP destinados basicamente à redução da pobreza rural e ao apoio e fomento à produção familiar. Somado a isso, começa a atuar o *Ministerio de Desarrollo Social* (MIDES) - criado no país ano 2005- com programas tais como o “*Asignaciones Familiares por Plan de Equidad*” e a “*Tarjeta Alimentaria*”,

¹²⁴ Em substituição às políticas fragmentarias existentes anteriormente.

consistindo, basicamente, em transferências governamentais destinadas à redução da pobreza daquelas famílias mais vulneráveis, tanto no âmbito urbano quanto rural.

A partir de então, a presença de atores representantes de organismos estatais no território foi maior. A abordagem territorial de alguns dos programas estatais produziu uma aproximação inédita do Estado com os beneficiários das políticas públicas. Desta maneira, desde o MGAP, começa a se intervir na região, focalizando no apoio à criação de organizações de produtores familiares e na utilização de ferramentas financeiras (créditos, fundos rotativos solidários etc.)¹²⁵ com base no trabalho de técnicos extensionistas. Outra das estratégias do MGAP foi o impulso à criação de *Mesas de Desarrollo Rural* (MDR). Na região pesquisada foram criadas duas, uma na localidade de Isidoro Noblía e outra em Rio Branco, com o objetivo de gerar um espaço de diálogo entre os diversos organismos do Estado com atuação no meio rural e os produtores familiares (MORAES, OREGGIONI, PICOS, 2010).

De acordo com o indicado na Tabela 13, observa-se, que do total das unidades produtivas familiares pesquisadas, 55% acessaram, pelo menos, em um dos programas da *Dirección General de Desarrollo Rural* (DGDR) do MGAP, tais como *Uruguay Rural*, *Programa de Producción Responsable*, *Programa Ganadero*, *Planes de Electrificación Rural*, *Planes de Agua*, *Plan Ovino*, etc. Por um lado, 25% do total das unidades produtivas familiares são beneficiárias de terras por parte do INC, seja na forma de colonos adquirentes de terras, ou sob a modalidade de *contrato comodato* (usufruto das terras por um determinado período de tempo até que as mesmas sejam finalmente adjudicadas aos beneficiários finais). Ainda que em ambos casos hajam produtores beneficiários, é necessário diferenciar ambas as situações. Por outro lado, somente 17,5% das explorações familiares têm sido beneficiadas com o programa MEVIR, tanto na construção da casa quanto de infraestrutura produtiva.

Ainda segundo a Tabela 13, observa-se que os programas destinados à produção familiar não estão atingindo de forma prioritária e explícita àqueles produtores familiares que exploram superfícies menores de terra, compreendendo, nesse caso, as

¹²⁵ Na região da pesquisa não existiam organizações de produtores familiares antes do ano 2006. Para ter acesso às ferramentas financeiras do MGAP foi preciso que os produtores se organizassem em associações ou cooperativas.

famílias mais vulneráveis e mais próximas ao exercício de uma economia estritamente de subsistência.

Tabela 13. Porcentagem das unidades de produção familiares beneficiárias das instituições públicas com programas destinados à produção familiar segundo superfície de terra explorada

Superfície das unidades produtivas (ha)	Movimiento de Erradicación de la Vivienda Rural Insalubre (MEVIR)	Instituto Nacional de Colonización (INC) ¹²⁶	Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP)
0,5 -50	7,5	10	30
51-577	10	15	25
TOTAL	17,5%	25%	55%

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Aqueles produtores familiares que acessaram algumas das políticas públicas destinadas à produção familiar na região, em geral, avaliam-nas positivamente. As políticas têm possibilitado que alguns produtores familiares possam superar alguns obstáculos apresentados em suas unidades de produção. As ajudas se traduzem em facilidades para o acesso à terra, créditos e subsídios para a aquisição maquinária, ferramentas, assim como insumos para a produção. Assim, segundo os depoimentos dos beneficiários, as novas políticas têm dinamizado e promovido melhorias na região rural que habitam.

Perguntados sobre a avaliação das políticas do Estado para a produção familiar, assim se expressam alguns dos entrevistados:

¹²⁶ É preciso esclarecer que, na região que abarca a pesquisa, a chamada “*Colonia Antonio Gianola*” foi criada pelo INC há mais de 40 anos. Trata-se de frações de terra cujas dimensões, em todos os casos, superam 170 has e foram destinadas para produtores familiares dedicados fundamentalmente à produção pecuária. Como detalhávamos anteriormente, 5 das unidades produtivas familiares que integram nossa amostra pertencem à “*Colonia Antonio Gianola*”.

Mirá, yo muy bien, a mi pensar, eso ha sido lo que hizo crecer la zona, toda la gente del Ministerio –MGAP- hizo cambiar la forma de la gente trabajar acá. La gente antes, en muchas cosas no tenía conocimiento y ahora tiene, ahora saben cómo plantar y en qué época, saben que fertilizante tienen que poner en la tierra, además ahora tienen técnicos que dirigen (Entrevista 10- Produtor Familiar).

A nosotros nos han ayudado mucho. Compramos la maquinaria, creo que eso fue en el 2010. Yo digo que fue una grande ayuda. Gracias a Dios hoy tenemos como trabajar más cómodos [...] Seguimos arrendando pero hoy por hoy, como ya peleamos tanto por un campo, este año Colonización nos va a dar un pedazo de tierra para trabajar ahí en la Colonia (Entrevista 12- Produtor Familiar).

O simples fato de que o Estado tenha se aproximado dos produtores familiares é percebido como um sinal de reconhecimento.

La ayuda que uno tiene espiritual para sobrevivir acá son algunos técnicos. Yo recuerdo a los primeros técnicos que llegaron acá [...] Después de los técnicos de Uruguay Rural, vino toda la gente del Ministerio de Ganadería, la gente de la Universidad, del Ministerio de Desarrollo. Es tanta la gente de los organismos públicos que viene y te visita, sabiendo que uno vive en un rancho, que te da un poquito más de fuerza para seguir. Yo trabajo como loco, pero por suerte estoy en un lugar que la gente llega y conversa, porque si estás en un lugar trabajando como un loco y no llega nadie, y estás peleado con tus vecinos, ahí es más difícil (Entrevista 5- Produtor Familiar).

Mas prevalece, em muitos depoimentos, a aflição de que o Estado, com suas políticas específicas para os habitantes do meio rural e para a produção familiar deveria ter “chegado antes”. Assim, vários produtores familiares declaram se encontrar velhos e com poucas forças para trabalhar, além de fazer referência a outros tantos produtores e suas famílias que tiveram que migrar para as cidades diante da falta de ajudas para se sustentar trabalhando na agropecuária no meio rural.

Hoy tenemos muchas más posibilidades con la energía eléctrica que ha llegado. La carretera no es buena, pero podés entrar y salir. Si 20 años atrás hubiera habido estas posibilidades que hay hoy, estoy seguro que el 80% de las personas que se fueron de acá, seguirían hoy acá trabajando. Hoy tenemos condiciones de presentar un proyecto, de tener un apoyo financiero para crecer. Hoy tenemos lo mínimo necesario: una casa linda, pues MEVIR vino a la zona. Los proyectos del MGAP: Uruguay Rural, PPR, Programa Ganadero, la Mesa de Desarrollo que funciona en Noblía pero que vinculó a toda la zona. Donde mal o bien, se llevan las inquietudes de los productores a la Mesa y la Mesa las hace llegar a destino y viene una respuesta, sea por “si” o por “no”. Yo veo que la zona ha crecido en ese sentido. Hoy cualquier gurí de escuela ya sabe lo que es un grupo, ya tienen una noción de lo qué es un grupo; de por qué es necesario. (Entrevista 4- Produtor Familiar).

Esos morochos de ahí pusieron la luz todos con ayuda. Nosotros tuvimos apoyo del gobierno para poner la luz, pero igual tuvimos que pagar gran parte yo hallé muy caro. Tuvimos apoyo de la Intendencia y del Ministerio de Ganadería. Tuvimos que juntar la plata entre todos y depositar en el Banco. Y de allí del camino allá fueron 1000 dólares, tuve que vender 10 ovejas y un caballo para hacer los 1000 dólares. La luz es muy linda, pero para mi con esta edad que tengo, llegó tarde. La luz tendría que haber venido 10 años antes. Ahora viene gente y me dice “Ahora estás bien, tenés luz, podés hacer cualquier cosa”. Pero yo con la edad que tengo -73 años- no me voy a poner a clavar palos, y hacer reparticiones con eléctrico para separar los bichos. (Entrevista 1- Produtor Familiar).

Além disso, percebe-se que alguns produtores familiares, sobretudo aqueles que praticam uma economia de subsistência, e se encontram isolados de outros produtores familiares e afastados dos centros de reunião e socialização, não conseguem ter acesso às políticas existentes. Isto se deve, a que alguns dos requisitos das políticas tais como, as contrapartidas em dinheiros, ou, a condição prévia de constituição de um grupo, apresentam-se como elementos excludentes para estes entrevistados. Nesse sentido, emerge a pergunta: as políticas destinadas ao desenvolvimento rural no Uruguai contemplam as realidades dos produtores familiares mais vulneráveis da fronteira de Cerro Largo?

Antes habían muchos productores, pero ahora no, para esta zona estamos sólo nosotros. Hemos buscado ayuda del gobierno pero lo primero que nos piden es que hagamos un grupo, pero con quien vamos a hacerlo si somos los únicos por acá. Que yo sepa en el departamento hay un grupo de productores de cerdos, pero ellos se reúnen en Melo, a nosotros nos queda a trasmano (Entrevista 8- Produtora Familiar).

Yo quería reformar esta casa y que me pusieran la luz. Ellos vinieron acá y miraron y me dijeron que no iban a reformar esta casa. Yo quería levantar esa pared y hacerla de dos aguas. Era una reforma sencilla, yo quería sólo eso y que me pusieran la luz y el agua. Y ellos me dijeron que eso no hacían, que me hacían una vivienda con tres piezas y un baño. Yo les pregunté: y la luz?, y me dijeron que la luz no tenía nada que ver con ellos. Yo pensé “voy a tener una vivienda nueva y no voy a tener luz”. Entonces no me sirvió, lo dejé por ahí, no seguí adelante con MEVIR. Ahora si aparecieran de nuevo me gustaría intentarlo de nuevo, sobre todo para solucionar mi problema de agua. Porque al vecino Hugo le hicieron la vivienda y también la perforación para el agua. Entonces no nos pusimos de acuerdo con MEVIR, por falta de experiencia mía y también porque yo hacía las cuentas y no tenía como pagar las cuotas. (Entrevista 6- Produtor Familiar).

Situações como as descritas nestes dois depoimentos, nas quais os chefes das explorações familiares se vêm impossibilitados de colocar em prática estratégias destinadas a atingir o “modelo ideal” de unidade de produção de acordo ao seus projetos para o futuro (devido a que o Estado recusa o fornecimento de créditos tanto para a melhoria da estrutura produtiva quanto da própria moradia), correspondem a estados de bloqueio. Neste sentido, de acordo a Lamarche (1993, p.20), é preciso tomar cuidado, dado que o acúmulo de lugares de bloqueio, “pode desembocar em um ponto de ruptura, ou seja, em uma situação na qual, não sendo mais viável o acesso ao “modelo ideal”, a única saída possível é o desaparecimento da exploração”.

Observa-se que os produtores familiares da região pesquisada, que majoritariamente acessam as políticas destinadas à produção familiar, são aqueles que se dedicam basicamente à produção pecuária destinada fundamentalmente à comercialização. Enquanto que aqueles produtores que exploram superfícies inferiores a 50 ha, que exercem fundamentalmente a diversificação produtiva, com um forte componente de autoconsumo em sua produção, sentem que as necessidades básicas para sua reprodução como produtores familiares não estão sendo contempladas. Neste sentido, as políticas de desenvolvimento rural existentes no país se apresentam como insuficientes para fomentar a permanência na produção agropecuária dos produtores familiares mais vulneráveis que habitam o meio rural fronteiriço do departamento de Cerro Largo. Vejam-se os seguintes excertos:

Nosotros con 6 hás no podemos ser grandes productores. A nosotros nos da para vivir, es nuestra moradia acá. Y todavía hay gente que tiene 200, 300 hás que accede a esos Planes de Agua del Ministerio para la producción y a uno no le dan y nosotros no tenemos agua ni para tomar. (Entrevista 6- Produtor Familiar).

A la realidad de la zona la veo un poquito mejor, pero siempre le va mejor al que más tiene. Los chiquitos siempre nos quedamos atrás, con muy poca ayuda. ¿Qué es lo que pasa?. Viene un proyecto, por ejemplo, ovejero, o viene un proyecto de abrigo para animales, o viene un proyecto de agua, de azudes, cualquiera de esos proyectos que han venido. Y generalmente, ¿qué es lo que pasa?. No es que no se quiera beneficiar a los más chicos, pero los chicos después no tenemos capacidad para cumplir. Y otra cosa es que no tenemos dónde hacer esos proyectos, porque, por ejemplo, con el proyecto ovejero nosotros no vamos a comprar 500 ovejas porque no tenemos donde ponerlas, o no vamos a hacer un azude de cuarta hectárea, cuando estamos usando una hectárea para sobrevivir como agricultores. Siempre los proyectos vienen para todos, pero los que resultan más beneficiados son los que tienen un poco más [...] Acá hay mucha gente que no puede comprar un pedacito de tierra. Colonización compró 800 hás de un campo acá en frente. Se está pensando en darle una parte de ese campo en precariato a la Cooperativa, pero la renta es muy cara, se hace muy difícil, porque a esa renta hay que sumarle los gastos de producción, y nosotros, no tenemos capital de giro, no tenemos nada, más que nuestro trabajo. Tal vez entremos en comodato en el campo ese. Pero en régimen de comodato, entonces después ellos igual se lo pueden adjudicar a otra persona. Nos va a costar unos 7000 pesos por hectárea, entiendes?. Cuatro pasadas de aradora son 6000 pesos, más los 7000 pesos de la renta del campo, incluile la mano de obra de la siembra, la mano de obra de la cosecha, más la semilla, entonces es mucho dinero (Entrevista 5, Produtor A)¹²⁷.

Incluso nosotros criticamos la “declaración de productor familiar”, porque entendemos que un productor con 500 hás tiene un patrimonio importante como para acceder al crédito por sus propios medios, que otro de 10 hás. Vos no podés subsidiar a personas con un patrimonio de un millón de dólares, por más que vos quieras (Entrevista 5, Produtor B).

Alguns dos entrevistados analisam a atual situação da produção familiar na região e quais deveriam ser as medidas que o governo - com suas políticas de desenvolvimento rural - precisaria implementar para garantir a sustentabilidade e a reprodução das famílias que desejam viver da produção agropecuária. Destacam a necessidade de um maior acesso ao crédito para a aquisição de maquinárias e ferramentas, assim como facilidades para a comercialização de seus produtos.

¹²⁷ Da entrevista N° 5, realizada na comunidade rural de San Diego, participaram dois produtores familiares. As falas dos mesmos foram identificadas com as letras A e B.

Algunas de las cosas que Mujica está haciendo para los chicos están bien, pero falta que apoye más a los que quieren trabajar. Yo quiero trabajar. Quiero vivir de mi producción. Hoy no vivo de mi producción, vendo leña y hago changas [bicos] para llegar a fin de mes. Nosotros acá necesitamos créditos, necesitamos maquinarias, porque es muy difícil hoy en día encontrar gente para trabajar en el campo. Necesitamos vender nuestra producción antes que entre la de afuera. Queremos esa seguridad. Hoy hay beneficios sólo para los productores medianos y después para los que no trabajan, hay tarjeta de alimentos, hay asignación doble.... Y si consiguen un trabajo por BPS le sacan todos los beneficios, ahí muchos prefieren quedarse con los beneficios (Entrevista 11- Produtor Familiar).

El gobierno tiene que hacer seguimiento para que la gente tenga un compromiso de producir porque en el país se necesita carne, se necesita leche, se necesita lana. Al mismo tiempo el gobierno tiene que tener el compromiso de exportar la carne, la lana restante, que no la tranquen. Y por otro lado, lo que te decía de la frontera, que los productores de acá podamos vender el zapallo y los productos de acá y después que entren de afuera (Entrevista 4- Produtor Familiar).

Deste modo, os programas focados no desenvolvimento rural na região, se bem contribuem à reprodução social de algumas das unidades de produção familiares pesquisadas, não estão contribuindo a garantir a reprodução social justamente daquelas famílias mais vulneráveis e que possuem maiores obstáculos para se manter morando e produzindo no meio rural. Consequentemente, com base nos depoimentos, emerge o reconhecimento acerca da necessidade de aperfeiçoar os instrumentos¹²⁸ no intuito de promover uma maior democratização das políticas públicas com foco no setor produtivo e particularmente no desenvolvimento rural, de modo a que as mesmas contribuam a promover a redução das desigualdades para que as famílias em situação de pobreza atinjam uma maior dotação de ativos. Mas, como indica Piñeiro, isso vai depender da correlação de forças e dos interesses das burguesias que detêm o poder dentro do Estado, assim como das pressões exercidas pelos grupos econômicos dominantes à classe política governante¹²⁹. Assim, segundo este autor, é preciso

¹²⁸ Promovendo maiores apoios para facilitar a produção e venda dos produtos da agricultura familiar.

¹²⁹ Em 2009, finalizando o primeiro governo do “*Frente Amplio*” no Uruguai, a “*Comisión Nacional de Fomento Rural*” (CNFR), organização representante dos produtores familiares no país, manifesta preocupação pelo fato do governo ter implementado somente algumas das políticas anunciadas destinadas à produção familiar. Eles colocam que é preciso debater sobre o “modelo de país” que se pretende impulsionar, assim a organização coloca a seguinte questão: “¿qué modelo de país productivo pretendemos?, ¿el modelo de la gran empresa, concentrador (en muchos casos extranjerizante) y excluyente, o el de la agricultura familiar, que supone un equilibrio demográfico, generación de más

compreender o balanço de poder que existe tanto entre as diversas frações da burguesia quanto entre a burguesia e o campesinato, para tentar explicar as políticas que estão sendo impulsionadas, que podem favorecer a decomposição ou a reprodução do campesinato (PIÑEIRO, 1985, p.35).

O Anexo B evidencia a discussão política atual na interna do “*Frente Amplio*” respeito da desapareição de 12.000 produtores familiares nos últimos dez anos no Uruguai, de acordo com dados censitários.

5.8.2. Políticas de transferência de renda.

Por sua vez, é importante destacar o papel das transferências estatais. Consideramos que as mesmas estão contribuindo no sustento material familiar das unidades de produção da região, sobretudo daquelas que prevalece a economia de subsistência. Estas são as transferências estatais provenientes da previdência social (aposentadorias, pensões), “*Asignaciones Familiares por Plan de Equidad*” e as “*Tarjetas Alimentarias*”, outorgadas tanto pelo “*Banco de Previsión Social*” (BPS), quanto pelo *Ministerio de Desarrollo Social* (MIDES). Tanto as chamadas “*Asignaciones Familiares por Plan de Equidad*” quanto as “*Tarjetas Alimentarias*” constituem uma transferência econômica destinada àquelas famílias com filhos em idade escolar que se encontram por debaixo da linha de pobreza. Vale frisar que em 27,5% das unidades produtivas pesquisadas há algum aposentado ou pensionista¹³⁰, ao passo que 20% das unidades produtivas recebem o benefício de “*Asignación Familiar*”, enquanto 15% das mesmas percebem o benefício de “*Tarjeta Alimentaria*”.

Estes benefícios sociais asseguram às famílias uma fonte de renda de caráter mensal, possibilitando que as mesmas, em certa medida, estejam a salvo das oscilações dos mercados, seja para a comercialização de seus produtos, seja para a venda de sua força de trabalho. Deste modo, concordando com Piñeiro (1985), também

empleo y productividad por unidad de superficie, respetuoso de los recursos naturales y como garantía de la soberanía alimentaria?” (PEYRONEL ET AL, 2008, p.3).

¹³⁰ Observou-se que em muitos casos eles continuam a trabalhar na produção enquanto não possuem problemas de saúde.

consistiriam numa das tantas formas de resistências cotidianas dos produtores familiares à extração de excedentes econômicos. Estas transferências econômicas facilitariam a permanência das famílias no meio rural, apesar do ambiente hostil que as envolve. Assim, é essencial destacar a importância destes recursos monetários, sobretudo como salvaguarda da subsistência material familiar no curto prazo. Observa-se que tanto as rendas provenientes da previdência social quanto das “*asignaciones familiares*” e da “*tarjeta alimentaria*” contribuem, sobretudo na alimentação, vestimenta, assim como no pagamento de tarifas e medicamentos das famílias. Em menor medida, essas rendas são destinadas a financiar a produção agropecuária, embora considere-se que no âmbito da produção familiar é muito difícil estabelecer uma divisão rigorosa entre a dimensão estritamente produtiva e o âmbito propriamente familiar.

- *¿Gracias a esa jubilación ustedes pueden mantener acá?*

- Si, mejoró. Yo antes cuando tenía que pagar los gastos, tenía que manotear una vaca del campo y ahora no. Ahora pagamos la luz, pagamos la contribución de ahí. Pagamos el BPS, que hay que pagar. Controlando mucho para que nos rinda, porque ahora se estaba vendiendo mal la lana.... Pero ahora con ese sueldito nos da. Aparte no gastamos mucho, no salimos mucho. (Entrevista 1- Produtor Familiar).

Deste modo, as quatro estratégias analisadas (a pluriatividade, os benefícios derivados do contexto geográfico, a produção para o autoconsumo e as políticas públicas) constituem conjunta e articuladamente, em cada uma das unidades de produção pesquisadas, uma intrincada malha de elementos por meio dos quais os produtores e suas famílias desenvolvem suas táticas para se manter na atualidade na produção familiar diante de múltiplos obstáculos e desafios¹³¹.

Assim, todas essas estratégias, se apresentam como possibilidades ou elementos que facilitam a reprodução destes produtores familiares no curto prazo, ou

¹³¹ Não obstante, tal como já foi analisado, todas as estratégias possuem suas limitações: a produção para o autoconsumo encontra-se ameaçada devido à vinculação cada vez maior dos produtores aos mercados, a pluriatividade exercida pelos filhos pode representar o caminho para a inexistência de sucessores na produção familiar. Já o contrabando constitui uma estratégia ilícita e instável que depende da existência de uma diferença de preços entre ambas fronteiras, sendo a estratégia utilizada ante a total falta de alternativas. Por último, as transferências estatais dos programas de desenvolvimento rural parecem beneficiar fundamentalmente a um setor da produção familiar e não a totalidade da categoria.

anualmente. É, então, por causa destas estratégias que eles conseguem resistir individual, digna e silenciosamente¹³² a um ambiente hostil caracterizado pela escassa força de trabalho familiar, os altos custos de produção, as dificuldades de acesso aos mercados, a falta de serviços básicos nas comunidades rurais, aos quais se somam as dificuldades advindas da instalação do “novo agronegócio” na região, tal como analisaremos a continuação.



Figura 19. Cartaz colocado na frente do estabelecimento de um produtor familiar de San Diego.

Fonte: Imagem feita pela autora. Pesquisa de campo (2013).

¹³² Com dignidade, pois consideramos que o trabalho dignifica o ser humano e em todos os casos pesquisados, apesar das dificuldades apresentadas para produzir e possuindo “*ingressos extra-prediales*”, eles continuam na produção familiar. Silenciosamente, pois estes produtores nunca realizam protestos coletivos, não saem nos meios de comunicação, e pouco se conhece do seu modo de vida no âmbito urbano. Assim, consideramos que suas práticas (a sua profissão de produtor familiar, o seu saber /fazer relacionado à produção de alimentos) ao ser invisíveis, são desdenhadas, marginalizadas, fato que fere a autoestima dos produtores ao ver que seu trabalho não tem reconhecimento nesta sociedade cada vez mais modernizada. A Figura 19 representa um cartaz construído com certa ironia por parte de um produtor rural da comunidade de San Diego. Acreditamos que o mesmo simboliza a resistência silenciosa dos produtores da região fronteira de Cerro Largo que desejam permanecer morando e produzindo em sua terra.

5.9. Perspectivas de futuro dos produtores familiares da região fronteiriça de Cerro Largo.

O quadro analisado anteriormente mostra que as unidades de produção familiar da fronteira de Cerro Largo não conseguem se reproduzir material e socialmente apenas e exclusivamente a partir da comercialização dos seus produtos agropecuários. Assim, ao serem perguntados sobre o que pensam sobre a situação atual dos produtores familiares, destacaram, em todos os casos, que esperam um maior reconhecimento de seu trabalho, principalmente do governo, mas também do resto da sociedade. Há, claramente, um sentimento de exclusão vivenciado por estes atores.



Figura 20. Famílias das comunidades rurais de San Diego (esquerda) e La Mina (direita).

Fonte: Arquivo pesquisa. APUD et al. MEC. 2010.

Os produtores familiares declaram que a vida no meio rural não é fácil. Muitos indicam que se mantêm na produção familiar “*de porfiados*”, “*tercos*”, ou “*de pesados*”¹³³. Sendo estas algumas das expressões utilizadas por eles.

A falta de reconhecimento de seu trabalho se reflete na ausência de serviços de saúde, de centros educativos, de transporte público, assim como na falta de manutenção dos caminhos rurais que unem as comunidades com os diferentes centros

¹³³ As expressões significam teimosia ou obstinação.

povoados. Assim, a exclusão dos espaços públicos e serviços essenciais converte-se numa exclusão de cidadania: numa exclusão política e cultural por parte da sociedade civil e do Estado.

No âmbito produtivo esperam que a produção agrícola familiar seja incentivada. Entre suas reivindicações individuais constam: maiores facilidades para a aquisição de insumos para a produção, abertura de novos mercados e maiores possibilidades de financiamento para a compra de ferramentas e maquinárias.

Porque no salen a ver la realidad de la gente, a ver cómo trabajamos, qué producimos, cuál es la realidad del clima. Nosotros para producir con el precio que tiene hoy el combustible y los fertilizantes, no nos están cerrando las cuentas. (Entrevista 3- Produtor Familiar).

El tema que para el chico es todo bravo, si vos analizás el precio tienen los fertilizantes, es bravo (Entrevista 11- Produtor Familiar).

A mi pensar faltan herramientas agrícolas que la gente pueda trabajar mejor, bueno. Acá en la zona hay una cooperativa, ahora les dieron un campo, pero faltan herramientas para poderlo trabajar (Entrevista 10- Produtor Familiar).

Apesar das dificuldades eles se mantêm na atividade agropecuária. Percebe-se que o trabalho na terra significa ter autonomia frente à sociedade ao “não ter um patrão” que decida sobre seu trabalho. A terra, além de fonte de seu sustento, é o seu “modo de vida”, assim se observam alguns traços do *ethos camponês* no valor que atribuem à vida no campo: destacam o prazer de estar em contato com a natureza, e a tranquilidade que oferece o meio rural.

Por el amor que le tenemos al campo. Usted sale ahí y ve el ganado, las vacas y uno siempre trabajó con eso. Y el campo es una cosa muy sagrada, los árboles que tenemos, los pastos que tenemos, el trébol natural, y si usted arrienda para un granjero, como ustedes saben, un plantador de soja, viene con un avión y pone un veneno y no queda ni una laranjeira, no queda nada (Entrevista 1- Produtor Familiar).

As vantagens da vida citadina consistem em maiores oportunidades para o acesso aos serviços, mas nenhum dos entrevistados afirmou que a vida na cidade seja melhor que no campo. Além disso, os entrevistados tampouco percebem a existência de oportunidades laborais nas cidades, sobretudo dada a avançada idade de alguns deles, assim como pela falta de formação para os ofícios urbanos. Deste modo, a

proletarização nas cidades tampouco emerge como uma alternativa válida à vida e ao trabalho no campo.

En Noblía, Melo o Aceguá me gustaría tener algo para que los hijos pudieran ir a estudiar. Eso lo tengo clarito. Capaz que tengamos que alquilar o de repente mandarlos para la casa de la hija mayor allá. Pero dejar el campo no creo. Yo no vivo en la ciudad. Hay mucho ruido en el pueblo. Cada vez que voy me duele la cabeza. Acá usted duerme de puerta abierta (Entrevista 6- Produtor Familiar).

En la campaña vos crías gallinas, o crías cerdos, como criamos nosotros, y si podes hacer una huerta la haces, y estás tranquila, y en el pueblo no podes hacer eso. [...] Qué vas a hacer en el pueblo?. No hay trabajo. Vas a esperar que el gobierno te mande la comida a tu casa.... Están esos comedores municipales donde te dan el almuerzo, el café, la cena. Yo no quiero eso (Entrevista 8- Productora Familiar).

O contexto social e econômico dá significado às dinâmicas micro e as estratégias dos produtores familiares só podem ser compreendidas na sua integração com o contexto em estruturas envolventes. Neste sentido, ao serem perguntados como veem as transformações que estão acontecendo ao seu redor, em todos os casos falam com certa aflição do despovoamento das comunidades rurais.

Los cambios han sido tremendos porque si bien antes habían 30 familias, hoy quedan 3. Se ha ido todo el mundo. Acá esta zona de Cuchilla de Melo era completamente poblada. Hoy quedamos sólo nosotros y otros vecinos de acá en frente (Entrevista 8- Productora Familiar).

Todo eso vivía gente, mirá, nosotros vivíamos allí abajo, en La Mina, por el camino de tierra. De aquella zona venían 60 niños para la escuela, para que tengan una idea, 60 alumnos pasaban por la casa nuestra, hace unos 25 años y ahora en toda la zona creo que hay 16 ó 17, para que tengan una idea. Cuando yo iba a la escuela de La Mina habían 130 niños, me parece, y antes habían habido 160 (Entrevista 9- Produtor Familiar).

Um aspecto do contexto que emerge como uma recente ameaça às formas tradicionais de produção familiar é a instalação do “novo agronegócio” na região. Assim, segundo os produtores, a produção de soja e os cultivos florestais começam a tomar conta do território tradicionalmente caracterizado pela dualidade: grandes empresas dedicadas à pecuária, de um lado, e os estabelecimentos familiares do outro. Os novos empreendimentos agrícolas geralmente requerem de mão de obra especializada¹³⁴, a

¹³⁴ É preciso colocar que os grandes estabelecimentos dedicados à pecuária, característicos da região não se distinguem por demandar muita mão de obra no meio rural. Não obstante, os produtores familiares tradicionalmente têm realizado tarefas sazonais neste tipo de estabelecimentos.

qual, em muitos casos, provém das cidades. Deste modo, é poupada a força de trabalho das comunidades rurais. Por sua vez, a instalação deste tipo de culturas na região fez, segundo o testemunho de alguns produtores, com que o preço da terra se incrementasse nos últimos anos. Assim, aqueles produtores familiares sem terra e atualmente arrendatários, encontram, dificuldades para adquiri-la. Somado a isso é estimada a venda de terras de aqueles produtores com dificuldades econômicas. Portanto, a instalação do “novo agronegócio” na região, é visto como hostil às tradicionais formas de produção familiar, e, portanto à reprodução social destes produtores. Baseando-nos nos seguintes depoimentos, argumentamos que este fenômeno está acelerando a expulsão dos produtores familiares do campo.

Estamos rodeados por grandes productores, y la soja esa que ahora están plantando. Estamos rodeados. Nosotros tenemos poco trabajo (Entrevista 2- Produtor Familiar).

Pero nosotros tenemos poca tierra. Y ahora estamos cercados por los ricos que vienen comprando campos ahí. [...] Unos empresarios grandes brasileiros, compraron ahí, compraron también adonde era lo de Hugo Martínez. Compraron también de ahí para abajo y allá abajo compraron otro. Bueno, por acá chicos, estamos quedando nosotros y otro campito ahí, de Rivero. Somos los que estamos esperando que vengan a ofrecernos para comprar (Entrevista 6- Produtor Familiar).

Está mandando la soja por acá. Ya hay más soja que arroz, están tomando cuenta de todo. Mataron al chico. Se va todo el mundo. El chico se va porque no tiene como sobrevivir (Entrevista 8- Productora Familiar).

Perguntado sobre como se deu a compra de terras por grandes empresas na região, assim se expressa um de nossos entrevistados:

Y bueno, eso ha sido lo que ha impulsado a que la gente se fuera de la campaña. Cuando un campo, hace 10 o 12 años atrás valía 200 o 400 dólares la hectárea, hoy por hoy, cualquier campo no te vale menos de 2500 dólares la hectárea. [...] Mucha gente pobre, antes de que subieran los precios de los campos, conseguían donde dejar su caballo, el arado, las 3 vacas de leche. A veces conseguían las tierras dadas, prestadas, o a veces pagaban el lugar con la venta de algún ternero, pero tenían un lugar donde estar. Pero empezaron a comprar y a comprar grandes cantidades de tierras, brasileiros, uruguayos, argentinos, entonces esos espacios que la gente pobre de la campaña disponía, ahora ya no los tiene. Ahora, en este momento, conozco muchas familias en esa situación. Entonces la gente no tuvo más dónde criar. Antes conseguías lugar para tener tu chacrita, tus 10 ovejas, tus 3 vacas, hacías algunas changas [bicos] y la “ibas llevando”, y si no surgía ninguna changa en invierno, aparecía la venta de terneros y hacías 800 o 1000 dólares con la venta de tres terneros y eso te daba para vivir tres meses más con tu familia. Pero hoy

ya no está pasando eso porque la gente no tiene más dónde criar, entonces, al encontrarse acorralados, para algún lado tienen que escapar y muchos se van para el pueblo. Acá tenemos muchos productores chicos que hoy están criando el ganado en la calle. Se sabe que eso no es lo correcto, pero es lo que pueden hacer. Ahora vienen apretando mucho desde el Estado para que salgan de los caminos, pero no les dan otra alternativa (Entrevista 5- Produtor Familiar).

Dadas as características do “novo agronegócio” instalado na região (demandante de terras para sua expansão, poupador de mão de obra durante o processo produtivo, e comercializador de produtos sem geração de valor agregado), os produtores familiares resultam prescindíveis. Assim, a diferença do encontrado por José de Souza Martins (1990) na análise para o caso brasileiro, onde o próprio capitalismo produziria as relações não capitalistas no campo necessárias à sua reprodução, na região pesquisada, não se percebe uma subordinação dos produtores familiares ao “novo” capital. Neste caso, a reprodução do capital no campo não está necessitando das relações não capitalistas de produção. Assim, este modelo de agronegócio se apresenta incompatível com um modelo de produção com gente no campo. Exemplo disso são os seguintes depoimentos dos produtores familiares respeito ao uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras de soja:

Bueno, se ve cuando están fumigando que pasan los aviones en las arroceras, en la soja, en eso, por ejemplo, este año si tenés, ahí yo tengo un apiario acá y tenían soja al fondo, pero como somos conocidos cuando fueron a pasar veneno me avisaron: “mirá que vamos a pasar veneno mientras no seca te mata las abejas”, ahí tenes que teparlas, pero no fue mi caso, yo no las tape porque justo hizo frio y dije: “ta' no van a trabajar hoy” y no trabajaron porque no murió ninguna. [...] Pero ahí cerquita en Cuchilla de Melo a un muchacho le mataron todito el apiario, él les hizo una demanda judicial, él me dijo que estaba seguro que le iban a pagar pero no se sabe cuándo. Toditas las abejas le mataron, pasaron con el avión por arriba con un veneno poderoso, con el “Fipronil” (Entrevista 9- Produtor Familiar).

Nosotros que tenemos estas 5 ha acá estamos rodeados de soja. Entonces es difícil plantar una chacra, porque es probable que pase un avión por acá, por arriba de la escuela y si te vuelca todo el veneno arriba te mata todo. Te mata las plantas que vos tengas. Porque ellos tiran el veneno para matar. Ahora mismo ustedes están viendo que el campo está marrón. Hace dos o tres días que pusieron veneno (Entrevista 8- Produtora Familiar).

Perguntado sobre outras consequências respeito do uso de agrotóxicos nos grandes empreendimentos agrícolas da região, assim se expressa um de nossos entrevistados:

Que han terminado con todo. Eran lugares que la gente salía a cazar. Habían mulitas, perdigones. Hoy no hay más nada, lo único que va quedando son los jabalí. Hasta nos matan nuestras gallinas. Ahora llega la época que ellos plantan y ustedes vengan ahí y van a ver sobre la calle la cantidad de palomas muertas que hay. Ponen el veneno para las palomas, las palomas vienen y caen en nuestro patio, el veneno de las semillas que ellas traen, los comen nuestras gallinas y nos matan la producción, y entonces, ¿qué alternativas les queda al chico?... se termina yendo de campaña, porque si no puede criar una gallina, no puede tener ni siquiera huevos.... Está quedando poquísima gente en campaña, estamos quedando nosotros por porfiados, porque a mí sinceramente nunca me gustó el pueblo. Nos dijeron que esta agua que estamos usando del techo no la podríamos seguir usando, pero a veces, no nos queda otra... El tema es que dentro de 5 días anda de nuevo el avión fumigando con veneno y pasa por arriba del techo de casa. Y a veces nosotros estamos en el campo con los animales y el avión pasa por encima de nosotros como si nada. [...] Ayer y antes de ayer ellos pasaron con un mosquito [máquina fumigadora]. El olor era impresionante. [...] Yo no sé....pero desde hace tres días cuando pasaron ese veneno nosotros venimos mal del estómago. Y él tiene diarrea. Yo no sé si es por eso... A él a veces le ataca dolor en los huesos, hay momentos que está sin fuerza en las piernas (Entrevista 8- Produtora Familiar).

Deste modo, coincidimos com Brandão (2009, p.35), quando este afirma que o agronegócio, com a racionalidade centrada no lucro, e “como uma forma quase única de realização do ‘progresso’, quebra o que resta ainda de visões e vivências tradicionais de tempo-espaco rural, e de modos de vida a que se aferram ainda os camponeses”.

Portanto, o futuro dos produtores familiares da região fronteira do departamento de Cerro Largo se apresenta incerto. Envelhecimento populacional, indefinição no processo de sucessão geracional, dificuldades para a produção e comercialização de seus produtos, falta de serviços essenciais nas comunidades rurais, políticas públicas para a produção familiar insuficientes, e para finalizar, a instauração de um “novo agronegócio” incompatível com as formas tradicionais de produção familiar. Emergem, portanto, novos e velhos elementos que ameaçam a sobrevivência e a reprodução social da produção familiar no longo prazo nesta região específica do Uruguai. Contudo, enquanto podem, eles resistem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações acontecidas na política econômica e na política agrária uruguaia nos últimos quarenta anos, colocam à produção familiar numa situação de desvantagem. Exemplo disso é a constatação de um forte declínio do número de explorações familiares, paralelamente ao aumento na concentração da propriedade da terra e dos meios de produção, nas últimas décadas no Uruguai.

Nesse contexto, o trabalho procurou analisar a dinâmica da produção familiar uruguaia na região fronteiriça do departamento de Cerro Largo. A discussão central do mesmo girou em torno das diferentes estratégias de reprodução social, adotadas pelas famílias rurais para permanecer na produção agropecuária. Deste modo, o estudo privilegiou a compreensão das ações exercidas por estas famílias rurais, consideradas marginais do processo de desenvolvimento capitalista, em suas complexas relações com o contexto envolvente.

Para compreender a dualidade compreendida, por um lado, pela complexidade do contexto econômico social e político uruguaio e, por outro lado, pelas particularidades próprias da morfologia interna das unidades de produção familiar, foi preciso, em primeiro lugar, recorrer à análise das vertentes teóricas clássicas do campesinato, e, em segundo lugar, à análise das vertentes contemporâneas. Consideramos que, tanto as análises dos teóricos marxistas (Marx, Lênin e Kaustsky), quanto a perspectiva do Chayanov, outorgam ferramentas que possibilitam a compreensão dessa dualidade, por um lado, possibilitando a identificação empírica do campesinato e, por outro, permitindo a compreensão do significado do desenvolvimento capitalista no campo. Por sua vez, as análises contemporâneas outorgam ferramentas necessárias para a compreensão da permanência da produção familiar no atual capitalismo, envolvendo suas diversas formas de adaptação, resistência e reprodução social.

Assim, buscamos entender como os processos econômicos, sociais e políticos, que acontecem tanto a nível macro (do Uruguai), quanto a nível meso (região fronteiriça de Cerro Largo), se refletem nas unidades de produção familiar da região, tendo, então, implicações no comportamento das famílias que compõem as mesmas.

Partindo de um estudo multimétodo, mas priorizando a concepção dos produtores que vivenciam a atividade, com o intuito de demonstrar de forma palpável sua realidade, procurou-se analisar as características que assume a produção familiar nesta região particular do Uruguai. A caracterização compreendeu aspectos tais como, composição familiar, posse da terra, sucessão hereditária, formas de organização do trabalho, de acesso aos mercados, estrutura de ingresso econômico (agrícola e não agrícola), práticas de autoconsumo, assim como a influência da presença da fronteira com o Brasil no modo de vida destes produtores familiares.

O estudo constata que as rendas provenientes da atividade agropecuária não se apresentam como suficientes para manter as condições de vida das famílias rurais. Dentre os principais elementos que configuram o ambiente hostil que rodeia aos produtores familiares, se encontram: dificuldades de acesso aos mercados diante a concorrência exercida tanto pelos produtos agrícolas importados quanto pelos produtos brasileiros, força de trabalho familiar escassa, altos custos de produção e falta de serviços básicos nas comunidades rurais. Na medida em que o trabalho dos produtores tem sido desvalorizado, eles procuraram melhores oportunidades de realização. Deste modo, buscam diferentes alternativas com o objetivo de não sair do campo e manter o vínculo com a terra.

Consideramos que as decisões adotadas pelas famílias diante este contexto hostil são definidoras de estratégias, por sua vez, estas estratégias podem viabilizar ou não sua sobrevivência social, econômica e cultural através do tempo. Dentre as principais decisões adotadas pelas famílias para continuar morando e produzindo no campo, que lhes permitem resistir e se adaptar, encontram-se: o exercício da pluriatividade, a produção voltada ao autoconsumo, os rendimentos econômicos suplementares advindos da residência no espaço geográfico fronteiro com o Brasil (fruto da prática do contrabando), e o recurso às transferências governamentais para fazer frente às necessidades essenciais.

Apreciamos que, ações como o exercício do contrabando ou o uso das transferências econômicas estatais para promover a atividade produtiva na exploração, constituem, aderindo à postura de Ellis (2000), estratégias reativas que possibilitam reconstruir um modo de vida por necessidade. Por sua vez, estratégias como o

exercício da pluriatividade ou a produção para o autoconsumo, constituem estratégias adaptativas por meio das quais aproveitam-se as diversas capacidades e destrezas dos membros das UPFs. Concordando com Piñeiro (1985), argumentamos que todas estas ações exercidas pelos produtores familiares da região fronteira de Cerro Largo, garantem uma diminuição da intensidade de extração dos excedentes econômicos por parte do capitalismo, deste modo, constituem formas de resistência passivas, exercidas individualmente pelas famílias.

Observa-se que, na maioria das UPFs pesquisadas, as decisões adotadas, configuram estratégias que, ao dotar aos produtores familiares de benefícios monetários, facilitam a reprodução das famílias no ciclo anual, ou no curto prazo. Assim, o objetivo dessas ações é pura e simplesmente a sobrevivência familiar, estamos, então, frente a um modelo de produção familiar de subsistência.

Deste modo, apesar das transformações ocorridas na produção agropecuária nas últimas décadas no Uruguai, a produção familiar da região fronteira de Cerro Largo, sobrevive no curto prazo, adapta-se, preservando um caráter próprio de organização. A pesquisa demonstra que o produtor familiar não é um personagem indiferente e sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse intrincado campo de forças que vem a ser a produção rural inserida em uma sociedade moderna e num mundo globalizado.

Não obstante, consideramos que as ações exercidas pelos produtores em busca de sua sobrevivência, não estão isentas de contradições. Assim, se bem as mesmas possibilitam a reprodução cotidiana das famílias, possuem suas limitações para pensar a reprodução social da produção familiar como tal, ou no longo prazo. Constata-se que a produção para o autoconsumo encontra-se ameaçada devido à vinculação cada vez maior dos produtores aos mercados, a pluriatividade exercida pelos filhos pode representar o caminho para a inexistência de sucessores na produção familiar. Já o contrabando constitui uma estratégia ilícita e instável que depende da existência de uma diferença de preços entre ambas as fronteiras. Por último, as transferências econômicas dos programas de desenvolvimento rural parecem beneficiar

fundamentalmente a um setor da produção familiar da região (produtores especializados na produção pecuária) e não a totalidade da categoria.

Assim, ao analisar a continuidade da produção familiar na região fronteira de Cerro Largo no longo prazo, permanecem algumas questões inquietantes, destacam-se neste sentido, o envelhecimento dos produtores e a falta de perspectivas com relação ao futuro. Esta situação de falta de perspectivas envolve questões relacionadas com a política destinada à produção familiar, à falta de incentivos, os altos preços dos insumos para a produção, assim como as dificuldades para a comercialização dos seus produtos. Deste modo, na maioria das UPFs pesquisadas, percebe-se uma indefinição no processo de sucessão geracional, portanto, a estratégia no longo prazo seria a de não continuar com a exploração familiar. Neste sentido, não haveria futuro para grande parte destas UPFs. Não obstante, é preciso esclarecer que esta conclusão emerge do depoimento dos chefes de família. A pesquisa apresentou a limitação de não contar com o depoimento dos filhos dos produtores, que, em última instância, são quem decidirão se permanecer ou não morando e produzindo no meio rural.

Deste tal modo, tentamos contribuir ao exame de alguns mecanismos que possibilitam a reprodução social das UPFs no curto prazo, assim como a análise das possibilidades e limitações destas estratégias para garantir a reprodução geracional, ou no longo prazo, da produção familiar na região fronteira do departamento de Cerro Largo. Em fim, estes produtores familiares buscam estratégias para a manutenção de sua propriedade rural no ciclo anual. Estratégias estas que são individuais para cada família. Falta para a produção familiar, a busca de estratégias coletivas para tentar contrarrestar o quadro anteriormente descrito.

Consideramos que as famílias percebem as dificuldades presentes em seu entorno e orientam suas próprias estratégias de adaptação tendo como principal propósito a satisfação de suas necessidades. Assim, concordando com Chayanov (1974), a satisfação do consumo familiar continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e reprodução destes produtores. Argumentamos que esta especificidade do funcionamento interno das UPFs é mantida na região pesquisada, no entanto, aderimos à postura de Wanderley (1985), segundo a qual, no capitalismo o campesinato se transforma qualitativamente.

Deste modo, apreciamos que as demandas de consumo destes grupos familiares, se ampliam com relação às demandas do campesinato russo de princípios do século XX pesquisado por Chayanov. Não se trata somente da satisfação das necessidades básicas de alimentação, vestimenta e moradia. Concordamos com Marx (1968), quando estabelece que as necessidades (salvo as biológicas) são históricas, assim, a criação de novas necessidades depende, em parte, das condições de produção. Consideramos que as famílias rurais da fronteira de Cerro Largo, não estão isoladas do sistema capitalista, portanto, estão integradas à atual economia de mercado. Estas famílias demandam (além da satisfação de suas necessidades essenciais), boas estradas, escolas de ensino médio para seus filhos e acesso a serviços. Paralelamente, argumenta-se que o reclamo dos produtores pela satisfação destas “novas necessidades” constitui uma batalha dos mesmos pela aquisição de novos direitos de cidadania; sendo que, muitos destes direitos, já estão sendo garantidos pelo Estado aos habitantes do meio urbano. Somado a isso, muitos produtores, sobre tudo aqueles mais jovens, mostram-se influenciados pelas novas pautas de consumo, incluso no referente ao consumo de alimentos (por exemplo, alimentos industrializados), tornando-se cada vez mais frágil a prática de produção para o autoconsumo, elemento constitutivo do campesinato. Então, se bem a lógica das UPFs continua sendo a satisfação das necessidades de consumo familiar, e “a família” é o elemento chave para explicar a tomada de decisão por parte dos produtores familiares (no que se refere à produção e alocação da força de trabalho), as necessidades e o consumo familiar mudam.

Segundo dados estatísticos e o próprio depoimento dos produtores entrevistados, as unidades domésticas da fronteira de Cerro Largo têm visto diminuídas suas possibilidades de reprodução no longo prazo. Assim, o processo de esvaziamento rural, refletido principalmente na migração daqueles produtores familiares em procura de melhores condições de vida, acelera-se nas últimas décadas na região. Consideramos que a desapareção de aproximadamente 45% das explorações familiares do departamento de Cerro Largo com área menor 99 há entre os anos 2000 e 2011, é sinal, concordando com Lênin (1972), do processo de diferenciação interna do campesinato. Assim, na região pesquisada, existe, por um lado, uma massa de

produtores familiares empobrecidos, e por outro lado, uma burguesia rural “tradicional” (pecuaristas) e uma nova burguesia “moderna” proprietária de grandes empreendimentos agropecuários. Assim, a instalação recente do “novo agronegócio” na região, compreendido por grandes empreendimentos dedicados à produção de soja e florestal, aparece desenvolvendo o, até então, “insuficiente capitalismo”. Este “novo agronegócio” demandante de terras para sua expansão, assim como de mão de obra qualificada, não necessita dos produtores familiares para sua reprodução, portanto, contrariamente ao argumentado por Kaustky (1998) e por Wanderley (1985), os produtores familiares desta região não se tornam complementares a estes novos empreendimentos. Os mesmos estão migrando para as cidades próximas em busca de fontes complementares de ingresso necessárias para a satisfação de suas necessidades, acelerando-se o processo de desintegração da produção familiar.

Assim, o “novo agronegócio” emerge na região acelerando as transformações capitalistas na agricultura ao revolucionar amplamente o processo de produção. Se os produtores familiares da região, em certa medida, eram reproduzidos pelas formas de capitalismo tradicional (ao trabalhar como assalariados em estâncias dedicadas à produção pecuária, ou em empreendimentos dedicados à produção de arroz), para estas novas formas capitalistas, os mesmos são prescindíveis.

Considerando que a reprodução do campesinato depende, não só das condições de funcionamento do capital, mas também do próprio papel dos Estados, e sendo que o Estado uruguaio está destinando recursos para a produção familiar e o desenvolvimento rural, emerge, face ao quadro descrito anteriormente, a necessidade do desenho e gestão de políticas públicas de qualidade que assegurem a reprodução desta categoria social. Assim, é inegável o papel atribuído ao Estado, seja para melhorar as condições sociais de existência das famílias residentes nesta região, seja para salvaguardar estas comunidades diante dos impactos advindos da expansão do “novo agronegócio”, seja para facilitar o acesso aos mercados, seja promovendo o acesso a terras para jovens colonos como forma de contrarrestar o envelhecimento populacional.

Apreciamos que, apesar das dificuldades apresentadas, parte do valor gerado pela produção familiar da região fronteira de Cerro Largo, é incorporado à economia

local, assim, suas mercadorias são importantes para a manutenção diária de alimentos frescos e de qualidade para o abastecimento das cidades próximas às comunidades. Por sua vez, é preciso destacar que os produtores familiares possuem um saber-fazer respeito à produção de alimentos que é necessário que seja preservado pensando em termos de segurança e soberania alimentar de uma região ou país. Somado a isso, consideramos que os produtores familiares possuem um patrimônio social e cultural que constitui parte da identidade uruguaia. Por todos estes argumentos é que consideramos importante a gestão de políticas públicas integrais de apoio a esta categoria social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**, São Paulo, USP. 1996. 275 p.

AFDLP- Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Rio Grande do Sul: A emergência de uma nova ruralidade. **Relatório de pesquisa**. Coordenador: Flávio Sacco dos Anjos. Financiado pelo CNPq (Conselho de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico), Porto Alegre: UFRGS/PDGR & UFPEL/PPGA. 2003.

ALONSO, Luis Enrique. **La mirada cualitativa en sociología**, fundamentos. Madrid, España. 1998.

ALMEIDA, Mauro W.B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n 1, ANPOCS, jun.1986 p.66-83.

APUD, Fernanda, GONZÁLEZ, Jimena, GUASQUE, Sergio e PODHAJNY, Gerardo. **Maní caliente, manee: una mirada interdisciplinaria a la producción de maní en Cerro Largo**. Fondos Concursables. Ministerio de Educación y Cultura, Cerro Largo. 2010. 26p.

ASTORI, Danilo; PÉREZ ARRARTE, Carlos, GOYETCHE, Lorenzo, ALONSO, José. **La agricultura familiar uruguaya: orígenes y situación actual**. Fundación de Cultura Universitaria: Montevideo, Uruguay, 1982. 120p.

BARRÁN, José; NAHUM, Benjamin. **Historia Rural del Uruguay Moderno (1851-1885)**. Vol1. Ediciones de la Banda Oriental: Montevideo, 1967.

BARRÁN, José. **El Uruguay indígena y español**. 1995. Disponível em: <<http://www.rau.edu.uy/uruguay/historia/Uy.hist1.htm>>.

BOURDIEU, Pierre. **Las estrategias de la reproducción social**. Editorial Siglo XXI: Bs. As. Argentina, 2011, 224p.

_____. **El sentido práctico**. Editorial Siglo XXI: Bs. As. Argentina, 2007. 456p.

_____. **A miséria do mundo**. Capítulo: Compreender. Petrópolis: Vozes, 1998, p.693-732.

_____. De la regla a las estrategias. In: BOURDIEU, Pierre. **Cosas Dichas**. Editorial Gedisa, S.A: Barcelona. España, 1993. 200p.

_____. Espacio social y poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Cosas Dichas**. Editorial Gedisa, S.A: Barcelona. España, 1993. 200p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **No Rancho Fundo: espaços e tempos no mundo rural**. Editora da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. Brasil, 2009. 244p.

BRIONES, Guillermo. **Metodología de la investigación cuantitativa en las ciencias sociales**. Instituto Colombiano para el Fomento de la Educación Superior, ICFES. 1996. 217p.

BRUNO, Yanil; TOMMASSINO, Humberto. **Algunos elementos para la definición de productores familiares, medios y grandes**. OPYPA. Anuario 2005. Disponível em: <www.mgap.gub.uy>. Acesso em: 6 de maio de 2013.

BRUMER, Anita; PIÑEIRO, Diego. Uma visão panorâmica da sociologia rural na América Latina. In BRUMER, Anita; PIÑEIRO, Diego (Orgs.). **Agricultura Latino-americana: Novos Arranjos e Velhas Questões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p.9-18.

BUXEDAS, Martín; PERERA, Marcelo; BARRIOS, Marcela. Capítulo VII. Caso de Uruguay. In: SOTO, Fernando, KLEIN, Emilio. **Políticas de mercado de trabajo y pobreza rural en América Latina**. Tomo II. FAO, 2012. 353p.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Editora Nueva Visión. Buenos Aires, 1974. 342p.

CORTES, Fernando; CUÉLLAR, Oscar. Lenin y Chayanov, dos enfoques no contradictorios. Nueva Antropología, v. 9, n. 31, México, 1986. In: **Campesinado, producción familiar y avance del capitalismo en el campo**. Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio. Universidad de la República. Montevideo, 2009 p.173-211

DICKINSON, James; MANN, Susan. Obstáculos ao Desenvolvimento da Agricultura Capitalista. **Revista Literatura Econômica**. v 9. Fev. 1987, p.7-26.

DIEA. MGAP **Anuario Estadístico Agropecuario 2011**. Disponível em: <www.mgap.gub.uy>. Acesso em: 6 de maio de 2013.

DORFMAN, Adriana. **Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós- Graduação em Geografia, 2009. 360p.

DORIGON, C.; FERRARI, D.; TESTA, V.; SILVESTRO, M.; MELLO, M. Agricultores pobres: os invisíveis do campo. In BRUMER, Anita; PIÑEIRO, Diego (Orgs.). **Agricultura Latino-americana: Novos Arranjos e Velhas Questões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p.85-106

ELLIS, Frank. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press. 2000. 273 p

FAO. **Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial**. 1996. Disponível em: <www.fao.org>. Acesso em: 14 de junho de 2014.

FIGARI, M.; ROSSI, V. GONZÁLEZ, R. Los productores familiares. In: CHIAPPE, M., CARAMBULA, M. y FERNÁNDEZ, E. (Comp). **El Campo uruguayo. Una mirada desde la Sociología Rural**. Montevideo, Dpto. Publicaciones, Facultad de Agronomía, 2008, p.83-102.

FRUGONI, Robert. **La inclusión del desarrollo rural en las políticas públicas agropecuarias**. Un proceso imprescindible en marcha. (2008) Disponível em: <www.mgap.gub.uy/opypa/ANUARIOS>. Acesso em: 6 de maio de 2013.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A Produção da Autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, Ed. Da UFRRJ, v. 15, 2007, p.89-122.

GOODMAN, Leo. Snowball sampling. **Annals of mathematical Statistics**. v. 32, 1961, p.148-170.

GRAZIANO DA SILVA, José (coordenador). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. Hucitec. São Paulo, 1978. 260p.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. “A produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**. Vol. 16, Nº 31; jul-dez 2010, p.65-79.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multitud. Guerra y democracia en la era del Imperio**. Debate. Buenos Aires, 2004. 464p.

HEYNIG, Klaus. Principales enfoques sobre la economía campesina. **Revista de la CEPAL**. Abr. 1982 p. 115-142.

HOLANDA, Aurélio. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Versão online. Disponível em: <www.dicionariodoaurelio.com>. Acesso em: 6 de maio de 2013.

INE. **Censos demográficos 1963, 1975, 1985, 1996, 2004 e 2011**. Disponível em: <www.ine.gub.uy>. Acesso em: 6 de maio de 2013.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia do PPGS/UFRRGS**. V. 6, 1994, p. 51-75.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Brasília. Linha Gráfica Editora, 1998. 586p.

LAMARCHE, Hugues. (coord). **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, 1993. 336p.

LENIN, V. **El desarrollo del capitalismo en Rusia. El proceso de formación de un mercado interno para la gran industria**. Santiago de Chile. Editora Nacional Quimantu. , 1972. 656p.

MARQUES, Flávia, MENASCHE, Renata, ZANETTI, Cândida. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição**. Campinas Nº21, jul/ago, 2008, p.145-158.

MARQUES, Marta I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In MARQUES, Marta, I. M.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e da construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela/Paz terra, 2004, p. 145-158.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo. Pioneira, 1975. 161p.

_____ **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. Hucitec. São Paulo, 1989. 148 p.

_____ **O cativeiro da terra**. Hucitec. São Paulo, 1990. 157 p.

MARX, Karl. **El 18 Brumario de Luis Bonaparte**. Buenos Aires, Prometeo Libros, 2003. 126 p.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré- Capitalistas**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.138p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **La ideología alemana**. Montevideo. Pueblos Unidos, 1968. 752p.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **Historia das Agriculturas. Do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo. Editora UNESP. 2008. 568p.

MAZZEI, Enrique. **Fronteras de nos unen y límites que nos separan**. Universidad de la República. Centro de Estudios de la Frontera: Montevideo. 2013. 85p

MAZZEI, Enrique; DE SOUZA, Mauricio. **La frontera en cifras**. Universidad de la República. Centro de Estudios de la Frontera: Montevideo. 2012. 60p.

MGAP. **Resolución definición Producción Familiar**. 2008. Disponible no site da Facultad de Agronomía de la Universidad de la República: <www.fagro.edu.uy>. Acceso em: 6 de maio de 2013.

MIDES. **Agenda Estratégica. Hacia un plan de desarrollo social departamental: Cerro Largo**. Montevideo. Uruguay Social, 2013. 64p.

MORAES, Álvaro; OREGGIONI, Walter; PICOS, Gabriel. La extensión universitaria en el medio rural. Una revisión sintética del período 1996-2008. In: **Formación para el desarrollo rural. Experiencias desde la Extensión Universitaria en la construcción de nuevas estrategias**. Montevideo: Extensión Libros, Universidad de la República, 2010, p.11-22.

OTÁLVORA, Edgar. Frontera en tiempos de globalización. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. Vol 9. Universidad Central de Venezuela. N°1, 2003 p.85-113.

PEYRONEL, Ermes et al. **Revista Noticiero**. Órgano Oficial de la Comisión Nacional de Fomento Rural. Montevideo, V14. Diciembre, 2008, p2-47.

PIÑEIRO, Diego, et al. **Agricultura Familiar y Estrategias de Supervivencia**. CIESU, Cuaderno N° 43, mayo 1983. 92p

PIÑEIRO, Diego; MORAES, Inés. **Los cambios en la sociedad rural durante el siglo XX**. El Uruguay del siglo XX: la sociedad. Montevideo. Banda Oriental, 2008. 192p.

PIÑEIRO, Diego. **El Capital Social en la agricultura familiar**. Ponencia en jornadas 40 años INIA Las Brujas, 2004. Disponible em: <www.inia.org.uy>. Acceso em: 6 de maio de 2013.

_____. **Concentración y extranjerización de la tierra en Uruguay**. Presentación para la Comisión Nacional de Fomento Rural. Laguna Negra de Rocha, 2011. Disponible em: <www.laondadigital.com/LaOnda/LaOnda/529/A1a.pdf>. Acceso em: 6 de maio de 2013.

_____. **Repensando la ruralidad: población y trabajadores rurales en el contexto de transformaciones agrarias**. Ponencia presentada al XXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Universidad de Concepción de Chile. 1999. Disponible em: <www.rau.edu.uy/agro/ccss/publicaciones>. Acceso em: 6 de maio de 2013.

_____. La agricultura familiar: el fin de una época. In: **Nuevos y no tanto. Los actores sociales para la modernización del agro uruguayo**. PIÑEIRO, Diego. Montevideo. Banda Oriental, 1991, p.147-198.

_____. **Formas de resistencia de la agricultura familiar, el caso del noreste de Canelones.** Estudios sobre la sociedad uruguaya. n. 6, Montevideo: CIESU, 1985. 177 p.

PIRES, Álvaro. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos.** POUPART, Jean et al (Orgs.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p.43-94.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos.** POUPART, Jean et al (Orgs.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p.215-253.

PROGRAMA DE DESARROLLO LOCAL ART URUGUAY. **Diagnóstico Económico Local de Cerro Largo.** Asociados a ART: PNUMA, FAO, UNIFEM, UNFPA, PNUD, 2008. 88p

PRUDENCIO, Julio. Capítulo II. Caso de Bolivia. In: SOTO, Fernando, KLEIN, Emilio. **Políticas de mercado de trabajo y pobreza rural en América Latina.** Tomo II. FAO, 2012. 353p.

QUINTERO, Jimena; FRANK, Nicolás; OREGGIONI, Walter; CÁNENA, Gustavo. **La producción y comercialización de alimentos para el consumo local en la 5ª sección del departamento de Cerro Largo. Unidad de Extensión de Cerro Largo.** Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio. Universidad de la República, 2012. Disponível em: < http://www.extension.edu.uy/uri/cerro_largo>. Acesso em: 6 de maio de 2013.

ROSSI, Virginia. La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya. In **Pensamiento crítico y sujetos colectivos en América Latina. Perspectivas interdisciplinarias.** Ediciones Trilce. Universidad de la República. Montevideo, Uruguay, 2011, p.217-234.

RUIZ, Carlos. El enfoque multimétodo en la investigación social y educativa: una mirada desde el paradigma de la complejidad. **Revista de Filosofía y Socio-política de la Educación.** Venezuela. Nº 8. Año4, 2008.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. A horta agonizante: Mercantilização da agricultura e transformações nas práticas de autoconsumo entre famílias rurais do extremo sul gaúcho. **Revista Pensamento Plural,** Pelotas, v 05, julho/dezembro 2009, p.151-169.

_____. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o impacto da previdência social na região missioneira gaúcha. **Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, SOBER, 2004.

_____. Pluriactividad y agricultura familiar en Brasil: el caso de Rio Grande do Sul. **Revista de la CEPAL**, v. 93, 2007, p.157-173.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003, 374 p.

_____. **A Agricultura Familiar em transformação: O caso dos Colonos- Operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: UFPEL, 1995. 169p.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, 2003, p.99-121.

_____. Reflexões sobre diversidade e diversificação. Agricultura Familiar, formas familiares e desenvolvimento rural. **Revista Ruris: Unicamp**. Vol4, Nº1, março, 2010, p.85-131

SCHWARTZ, Losane. **Organização espacial e reprodução da agricultura familiar: um estudo de caso na localidade de Harmonia I, São Lourenço do Sul, RS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Sociologia e Política, 2008, 118p.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Revista Raízes**, Campina Grande, Vol.21, Nº1, jan/jul, 2002, p.10-31.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo, GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. Sobre la evolución del concepto de campesinado en el pensamiento socialista: una aportación para Vía Campesina, 2004. In: **Campesinado, producción familiar y avance del capitalismo en el campo**. Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio. Universidad de la República. Montevideo, 2009, p.37-87.

SHANIN, Teodor. El mensaje de Chayanov: aclaraciones, faltas de comprensión y la "teoría del desarrollo" contemporánea. **Revista Agricultura y Sociedad**. Nº48. Jul/Set, 1988. 141-172p.

SOTO, W. H. G. **A produção do conhecimento sobre o "mundo rural" no Brasil. As contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, 324p.

VASALLO, Miguel. Agricultura Familiar y Políticas Públicas en Uruguay. In: **Las agriculturas familiares del MERCOSUR. Trayectorias, amenazas y desafíos.** MANZANAL, Mabel e NEIMAN, Guillermo (Orgs.). Ciccus, Argentina, 2010, p.111-127.

VASILACHIS DE GIALDINO, Irene. La investigación cualitativa. In: **Estrategias de investigación cualitativa.** Vasilachis de Gialdino, Irene. (Org.). Barcelona: Gedisa, 2006, p.23-64.

WANDERLEY, Maria de Nazareth de Baudel. Em busca da modernidade social. Uma homenagem a Alexander V. Chayanov. Campinas: Unicamp, 1989. In: WANDERLEY, M.N.B. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p.137-154.

WANDERLEY, Maria de Nazareth de Baudel. O camponês: um trabalhador para o capital. Brasília, 1985. In: WANDERLEY, M.N.B. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p.71-136.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999 p.23-56.

_____. Prefácio. In: CARNEIRO, Maria José; **Para Além da Produção.** MALUF, Renato S. (Orgs.). Multifuncionalidade e Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003a, p.9-16.

_____. Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidade. UFRRJ, 2003b. In: WANDERLEY, M.N.B. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p.185-200.

APÊNDICE A. Questionário¹³⁵

Data: _____

Dados de identificação:

Nome completo:	Localidade:	Telefone fixo:	Celular:

Estrutura fundiária, capital e produção.

1) Estrutura Fundiária

Área Total (ha)	Área (ha)					Outra Forma
	Própria	Arrendamento		Em parceria		
		De Terceiro	Para Terceiro	De Terceiro	Para Terceiro	

2) Como obteve suas terras – área própria?

Especificação	Quantidade de área	Quem foram os herdeiros?
Herança		
Compra de parentes		
Compra de terceiros		
Doação		
As terras são de posse provisória		
Instituto Nacional de Colonización (INC)		
Outra		

¹³⁵ Modelo de questionário adaptado de AFDLP (Sacco dos Anjos, 2003).

3) Atividades de produção vegetal (Ano agrícola: julho 2012/ junho 2013)

Especificação	Superfície Área plantada (há)	Quantidade colhida	Destino da produção			
			Venda		Consumo familiar	Consumo animal
			Quantidade	Valor/Unidade		
<i>ROÇA</i>						
Abóbora						
Amendoim						
Batata doce						
Cebola						
Milho						
Trigo						
<i>LEGUMES E VERDURAS (se houver venda)</i>						
<i>PASTAGEM PLANTADA</i>						
<i>PASTAGEM NATIVA</i>						
<i>REFLORESTAMENTO</i>						
Eucalipto						
Pinus						
SUPERFÍCIE AGRÀRIA UTILIZADA						
Matas Naturais						
Casa/Estábulo						
Terras inaproveitáveis						
ÁREA TOTAL						

OBSERVAÇÕES:

4) Aquisição de insumos para produção vegetal (Ano agrícola: julho 2012/ junho 2013).

Especificação		Quantidade/Unidade	Valor	Onde adquiriu?
Sementes				
Adubos				
Óleo diesel				
Agrotóxicos (fungicida, inseticida, herbicida)				

5) Para quem vende a maior parte da produção vegetal?

a)
b)

6) Possui horta?

6.1 A Horta é suficiente para atender as necessidades da família? Sim () Não ()

6.2 Em quanto avalia o valor dos produtos que são retirados da horta? (por mês)

.....

6.3 Quais são as principais variedades que possui na horta?

a)	b)	c)
d)	e)	f)

7) Efetivos animais disponíveis (Ano agrícola: julho 2012/ junho 2013).

Criações	Categorias	Efetivo	Valor/Unidade	Animais vendidos nº	Preço animais vendidos	Consumo familiar
Bovinos	Touros					
	Vacas					
	Novilhas					
	Terneiros					
Aves						
Suínos						
Ovinos						
Eqüinos						

8) Produção de origem animal (Ano agrícola: julho 2012/ junho 2013)

Especificação	Unidade	Quant. Prod.	Quant. Vend.	Preço de Venda	Consumo Familiar
Leite					
Ovos					
Mel					

9) Insumos das atividades de produção animal (Ano agrícola: julho 2012/ junho 2013)

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Pago por Unidade	Onde adquiriu?
Sal Mineral				
Rações				
Produtos veterinários				
Outros insumos				

10) Para quem vende a maior parte da produção animal?

a)
b)

11) Processam produtos dentro do estabelecimento?

Produto produzido	Quantidade Produzida	Preço de Venda por Unidade	Quantidade Vendida	Quantidade Consumida pela Família

12) Para quem vende a maior parte dos produtos da transformação caseira?

a)
b)

14) Teve despesa com mão- de- obra contratada no último ano? (Ano agrícola: julho 2012/ junho 2013)

Formas de contratação	Nº de pessoas	Nº de dias trabalhados	Valor total pago
Assalariado permanente agrícola			
Trabalho agrícola temporário			
Contratação de Serviços de Máquinas			

Família, trabalho e pluriatividade

15) Composição da família

Nome	Relação com o chefe	Idade	Nacionalidade	Tipo de Trabalho	Estado civil	Escolaridade
1)						
2)						
3)						

4)						
5)						
6)						

16) Atividades agrícolas fora do estabelecimento e atividades não agrícolas

Nome do trabalhador	Atividades agrícolas fora do estabelecimento	Atividades não agrícolas		Valores Recebidos
	Localização	Localização	Setor	

17) Os membros que trabalham em atividades não-agrícolas contribuem com as despesas da família e da unidade produtiva?

() Sim () Não

18) Se sim, em que é aplicada a maior parte do valor das rendas das atividades não- agrícolas

a)	b)
----	----

19) Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalhar nas atividades não- agrícolas?

.....

20) **O senhor ou alguém da família já trabalhou em atividades agrícolas ou não agrícolas no Brasil?** Sim () Não () Se sim:

Nome da pessoa que trabalhou no Brasil	Ano	Período de tempo		Setor
		De	Até	

Políticas públicas e Estado

21) **Tem recebido apoio de alguma das seguintes entidades públicas que atuam no meio rural?**

Entidade Pública		Programa	Tipo de Apoio	Ano
"Movimiento de Erradicación de la Vivienda Rural Insalubre" (MEVIR)	Sim ()			
	Não ()			
"Instituto Nacional de Colonización" (INC)	Sim ()			
	Não ()			
"Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca" (MGAP)	Sim ()			
	Não ()			
"Ministerio de Desarrollo Social" (MIDES)	Sim ()			
	Não ()			

22) Em quais atividades de extensão rural e/ou informação técnica participa:

Escuta programas de rádio e TV sobre técnicas agrícolas	Sim () Não ()	Quais?
		a)
		b)
Participa e/ou visita feiras e exposições agropecuárias	Sim () Não ()	a)
		b)
		Onde?
Assiste a palestras ou apresentações sobre temas agropecuários	Sim () Não ()	a)
		b)
Lê livros técnicos sobre agricultura e atividades rurais	Sim () Não ()	
Procura informação na internet	Sim () Não ()	

23) Obteve financiamentos ou empréstimos no último ano agrícola

Sim () Não ()

Se sim, qual foi a fonte?

24) A família é beneficiária da “Tarjeta Uruguay Social” do Ministério de Desarrollo Social (MIDES)

Sim () Não () . Em caso afirmativo, qual é o valor mensal recebido?

.....

25) Os membros da família menores de 18 anos são beneficiários das “Asignaciones Familiares”?

Sim () Não () . Em caso afirmativo, qual é o valor mensal recebido?

.....

26) Há aposentados ou pensionistas na família?

Sim () Não ()

27) Em caso afirmativo, informar o tipo de benefício e o valor recebido.

Nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício	Valor mensal recebido

28) No último ano agrícola o dinheiro da aposentadoria, pensão ou “asignación familiar” foi utilizado, de alguma forma, na atividade agrícola?

Sim () Não () . Em caso afirmativo, especifique

.....

Moradia

29) *Composição da moradia*

Especificação	Nº de peças
Banheiro	
Cozinha	
Quarto	
Sala	

31.1 *Instalações sanitárias*

Banheiro completo (vaso, chuveiro e pia)	()
Banheiro incompleto	()
Casinha ou latrina	()
Nenhuma	()

31.2 *Tipo de piso predominante*

Concreto	()
Chão Batido	()
Madeira	()
Outro	()

31.3 *Tipo de cobertura predominante*

Concreto	()
Palha	()
Telha de amianto	()
Zinco ou outro metal	()
Outro	()

31.4 *Tipo de parede externa predominante*

Tijolo com revestimento	()
Tijolo sem revestimento	()
Madeira	()
Zinco	()
Barro ou adobe	()
Outro	()

30) Abastecimento de água	
31) Destino dos dejetos humanos	
32) Abastecimento de energia elétrica	

33) Bens de consumo que existem no domicílio

Especificação	Quantidade
Automóvel	
Bicicleta	
Computador	
Acesso a internet	
Fogão a gás	
Fogão a lenha	

Especificação	Quantidade
Geladeira /Freezer	
Moto	
Parabólica	
Radio	
Televisor	

Ambiente Social e econômico

34) *Participação social da família na comunidade local*

Especificação	Participa	Observações
Associação de produtores	Sim () Não ()	
“Comisión Fomento Escolar” ¹³⁶	Sim () Não ()	
Atividades promovidas por instituições estatais (MGAP, Universidade de la República, etc.)	Sim () Não ()	
Atividades religiosas	Sim () Não ()	
“Pencas”, “Raides” ¹³⁷	Sim () Não ()	
Outras atividades:	Sim () Não ()	

¹³⁶ Grupo de vizinhos que apoiam as tarefas realizadas nas escolas públicas.

¹³⁷ Trata-se de diferentes categorias de carreiras de cavalos. Os chamados “raides” são carreiras de mais de 20 km, enquanto que as “pencas” são carreiras mais curtas.

35) A família possui vínculos com pessoas que moram do outro lado da fronteira (Brasil)?

Nome do membro da família que possui vínculos	Nacionalidade dos vínculos		Tipo de vínculo		
	Brasileira	Uruguaia	Afetivo	Laboral	Comercial (intercambio de produtos/serviços)

36) Onde a família gasta o dinheiro que ganha (indicar até três lugares em ordem de importância)

- () Na própria comunidade onde residem
- () Melo- Uruguai
- () Isidoro Noblía- Uruguai
- () Rio Branco- Uruguai
- () Aceguá- Uruguai
- () Aceguá – Brasil
- () Jaguarão- Brasil
- () Outro:

APÊNDICE B. Roteiro de entrevista

1. Atualidade da produção familiar. (Relação FAMILIA/ TRABALHO no tempo PRESENTE)

- a) Passado/Presente do trabalho na produção familiar.
- b) Insumos/ Maquinarias (custos, acesso).
- c) Acesso aos mercados (possibilidades/limitações).
- d) Razões da permanência da família na produção familiar.

2. Transformações no meio rural. (Relação FAMILIA/ COMUNIDADE)

- a) Passado/Presente. Como a família acompanha essas mudanças.
- b) Acesso a serviços básicos/ infraestrutura.
- c) Espaços de participação social.
- d) Presença de novos cultivos no meio rural (exemplo, soja, eucalipto).

3. Políticas públicas para a produção familiar. (Relação FAMILIA/ POLÍTICAS PÚBLICAS).

- a) Possibilidades/Limitações.

4. Perspectivas de futuro na produção familiar. (Relação FAMILIA/ TRABALHO no FUTURO)

- a) Sucessão. Continuidade do trabalho familiar na propriedade.
- b) Satisfação em relação à atividade agrícola
- c) Satisfação em relação ao meio rural.

ANEXO A. Jornal uruguayo “El Observador”: “Explotaciones agropecuarias cayeron 21,4% en 11 años”

Explotaciones agropecuarias cayeron 21,4% en 11 años

En el 65,7% de los predios el rubro principal es ganadería de carne y hay menos explotaciones en manos de uruguayos

Por Juan Samuelle - 05.12.2012, 19:30 hs



El número de explotaciones agropecuarias descendió 21,4% desde el año 2000, según el Censo Agropecuario 2011, cuyos datos preliminares se presentaron ayer en el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP). Se verificó la existencia de 44.890 explotaciones agropecuarias – 12.241 menos que las 57.131 que censadas hace 11 años–, lo que motivó a José María Ferrari (director del Área de Estudios Agroeconómicos del MGAP) expresara que “ni en las guerras” hubo en el país tal dinámica, con cambios estructurales que han sido “muy grandes”.

En cuanto a las explotaciones y la superficie, el Censo de 2011 permitió conocer que el 56% de las explotaciones acumulan apenas el 5% de la superficie, en tanto, en el otro extremo, el 9% de las explotaciones acumulan más del 60% de la superficie.

Esos datos preliminares y otros fueron presentados por Ferrari en compañía de Dardo Fagúndez – director del Censo Agropecuario 2011– y Alfredo Hernández –director de Estadísticas Agropecuarias del MGAP–, ayer en la Sala Schwedt del MGAP.

A propósito del achique en el volumen de explotaciones, el 91% sucedió en predios menores de 100 hectáreas, siempre en comparación con los datos del Censo Agropecuario de 2000.

En 11 años las explotaciones que tienen de una a 19 hectáreas descendieron en 8.190 unidades y en la franja que va de 20 a 99 hectáreas hay 2.924 unidades menos.

Solo hubo un crecimiento en la cantidad de explotaciones de gran extensión: en las de 1.000 a 2.499 hectáreas 58 explotaciones más y en las de 2.500 hectáreas o más hay 46 más.

Sobre los rubros productivos, en el 65,7% de las explotaciones censadas el principal es vacunos de carne, en el 12,7% cereales y oleaginosos, en el 7,8% forestación, en el 5,3% vacunos de leche, en el 5,1% ovinos y en el 0,8% es la hortifruticultura. Esos rubros concentran el 70% de las explotaciones y el 97% del área.

Sobre la nacionalidad de la tenencia, en 2011 el 83,8% está en manos uruguayas cuando en 2000 era el 96,1%. Cayó, aunque en forma leve, la tenencia por parte de argentinos y brasileños. Creció fuerte (del 0,9% al 14,5%) la tenencia por parte de “personas jurídicas, dependencias del Estado y otras”.

Los censados, entre otros datos confidenciales, aportaron el nombre del productor o de la razón social, la nacionalidad, la superficie explotada y el rubro principal.

Fagúndez remarcó que un dato elocuente de los cambios estructurales, no solo desde el año 2000, es que a partir de 1951 la superficie explotada se mantuvo constante (16.227.088 hectáreas), en tanto las explotaciones cayeron casi un 50% (a 44.890) y la superficie promedio por explotación casi se duplicó llegando a 361 hectáreas.

Precisó que, por tener menos de una hectárea o no haber tenido actividad agropecuaria en el período censal, 9.087 predios rurales no fueron censados, tratándose de 189.083 hectáreas, el 55,9% en departamentos costeros.

En el Censo de 2011, en el pico de actividad, trabajaron 450 personas. Las tareas siguen y el resto de los datos se conocerán durante el primer semestre de 2013. Agradeció al Ministerio de Defensa y especialmente a los efectivos del Ejército (hicieron el levantamiento de los datos), a los funcionarios de la DIEA y del MGAP –“muchos postergaron su jubilación” para ayudar a concretar la actividad censal–, al Instituto Nacional de Estadísticas, a los entes Ancap, ANTEL, UTE y a la FAO.

A quién y cuándo

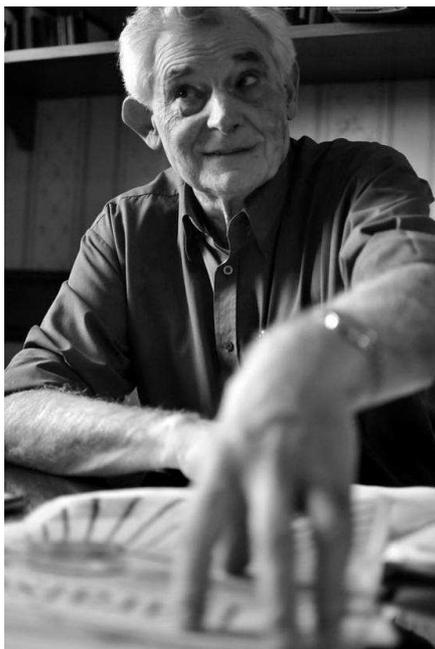
Dardo Fagúndez precisó que una explotación agropecuaria es una unidad económica de producción agropecuaria con una gerencia única, tierras dedicadas total o parcialmente a fines agrícolas, pecuarios y/o forestales, independientemente de la tenencia o condición jurídica. Añadió que la decisión de censar se toma cuando la explotación es un predio con una hectárea o más de superficie y con actividad agropecuaria por lo menos durante una parte de año censal (1° de julio de 2010 al 30 de junio de 2011).

FONTE: Jornal uruguaio “El Observador”

<https://www.elobservador.com.uy/noticia/238681/explotaciones-agropecuarias-cayeron-214-en-11-anos/>

ANEXO B. Jornal uruguayo “La Diaria” : “Verde Todavía”

la diaria 21.1.13



Ernesto Agazzi. Foto: Javier Calvelo

Verde todavía

Agazzi opinó que no deben sacarse conclusiones “tan a la ligera” sobre datos del censo agropecuario.

La desaparición de 12.000 productores de menos de 100 hectáreas en los últimos diez años y un aumento en la concentración de la propiedad de la tierra forman parte de las conclusiones preliminares del censo agropecuario 2011, que se conocieron en diciembre. El senador emepepista Ernesto Agazzi reflexionó sobre este proceso y sobre las políticas de tierra del gobierno del Frente Amplio (FA). Estimó que 2013 es el año para avanzar en medidas contra la extranjerización y cuestionó a quienes critican lo realizado desde el “análisis intelectual”, pero no plantean cómo llegar a cambios más profundos.

“Ponemos de manifiesto nuestra más profunda preocupación por el aumento de la concentración y extranjerización de nuestra principal riqueza: la tierra”. Así comienza una declaración firmada la semana pasada en Bella Unión por la Unión Nacional de Asociaciones de Trabajadores Rurales y Afines (UNATRA), el Movimiento por la Tierra y sindicatos de trabajadores rurales de Artigas,

Salto y Paysandú, que se suma a diversas manifestaciones en torno a los resultados preliminares del censo agropecuario (ver columna de opinión “Secreto a voces”, en la diaria del 31/12/12).

Agazzi consideró que no se debe sacar conclusiones “a la ligera” y que es necesario esperar los resultados definitivos del censo. Evaluó que la disminución en el número de productores se debió, entre otros factores, a un cambio de metodología al censar: en 2000 se censaron las explotaciones sin actividad agropecuaria, y en 2011, no. El número de predios sin actividad agropecuaria que no se censaron en 2011 fue de 8.428, aunque no se conoce todavía la discriminación por tamaño del predio.

No obstante, el senador emepepista reconoció que los datos le “preocupan estratégicamente”. “El índice de Gini de la desigualdad en la propiedad de la tierra es mayor que el índice de Gini de la desigualdad en los ingresos. El asunto es con qué herramientas jurídicas y en qué marco político eso se puede ir remediando, porque no es una ecuación de la Facultad de Ingeniería, es un problema político”, manifestó.

Éste es el año

Durante este período de gobierno, un grupo conformado por el diputado socialista Yerú Pardiñas (que sustituyó al ex senador frenteamplista Jorge Saravia) y los senadores Enrique Rubio (Vertiente Artiguista) y Agazzi elaboró un documento con propuestas sobre medidas para frenar la extranjerización de la tierra, que ya fue remitido al Poder Ejecutivo. En él se propone prohibir la venta de tierras a estados extranjeros y fondos soberanos, prohibir la venta de tierras a extranjeros en las franjas fronterizas y establecer un tope al porcentaje de tierras que pueden estar en manos de extranjeros. Este grupo de legisladores y el diputado socialista Hermes Toledo procurarán concretar una reunión con el presidente José Mujica en febrero, en busca de avanzar en la definición de proyectos de ley en la materia, indicó Toledo. Rubio aseguró que solicitarán información complementaria sobre el censo al Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca para poder tomar decisiones en materia de legislación.

El senador de la Vertiente Artiguista consideró que los datos del censo parecen “preocupantes” pero hay que analizarlos en mayor profundidad.

De afuera

El ministro Tabaré Aguerre sostuvo en diciembre que el FA “no conoce” la realidad agropecuaria. Agazzi no coincide con él, pero reconoció que en Montevideo se tiene “poco conocimiento de todo eso a lo que se le llama el interior”. “Se conocen las payadas, los cantantes folclóricos, las domas y poco más”, comentó.

Agazzi sostuvo que el año pasado el Poder Ejecutivo “se zambulló” en la discusión sobre la estrategia por la vida y la convivencia y los “paquetes de leyes” generados a raíz de ésta, y eso “retrasó un poco el tema de la extranjerización”. Aseguró que el asunto reingresará a la discusión este año, pero indicó que debe ser iniciativa del Poder Ejecutivo y no de los parlamentarios.

En materia de concentración de la propiedad de la tierra, opinó que se debería esperar “algunos años” para evaluar el efecto del Impuesto a la Concentración de Inmuebles Rurales (ICIR) y considerar entonces si amerita profundizar la vía tributaria. En algunos países, esta vía logró frenar la concentración y en otros, al menos, generó un uso más intensivo de la tierra, apuntó el legislador. “En realidad, lo que están pagando hoy [los propietarios de grandes extensiones de tierras] es bastante poco”, manifestó. En cambio, Agazzi rechazó la posibilidad de establecer topes en cantidad de hectáreas a la propiedad de la tierra, ya que esa medida “no ha funcionado” en otros países.

Una cabeza de vaca

Las organizaciones firmantes de la declaración de Bella Unión lamentaron las manifestaciones del ministro de Ganadería, Tabaré Aguerre, quien durante una actividad organizada por el FA en diciembre relativizó la importancia de la disminución del número de pequeños productores. “Yo no quiero tener a un productor sentado arriba de una cabeza de vaca tomando mate, ordeñando cinco vacas o criando 14 terneros en una economía de subsistencia”, dijo el jerarca en esa instancia. “¿Es ésa la posición oficial? ¿Es lo que le conviene a este país? Manifestamos nuestro más profundo rechazo a este modelo de desarrollo excluyente y que favorece a muy pocos”, remarcan las organizaciones en la declaración.

Agazzi afirmó que no sabe lo que quiso decir Aguerre con esa frase, pero que “en cierto sentido” podría estar de acuerdo en “no querer pequeños productores sin recursos, que están malviviendo su pobreza en el medio rural”. “A eso hay que encontrarle una salida, que puede ser más acceso a tierra o asociarse con otros, pero que no es la defensa telúrica de un paisano abrazado a un pedacito de tierra, cuyo futuro es ser pobre”, consideró. En el mismo sentido, Rubio evaluó que lo ideal sería lograr agrupaciones de pequeños productores.

Agazzi aclaró que esta reflexión se aplica sobre todo a la ganadería. “No debería haber un productor ganadero de menos de 19 hectáreas”, sostuvo.

No obstante, señaló que la “producción familiar en Uruguay es clave”; no “los que viven en un pedacito de tierra en una agricultura de subsistencia”, sino “una familia que administra recursos naturales, que hace inversiones, que produce, que saca su sustento de ahí”.

“Esa producción familiar es más eficiente que los megaemprendimientos, que ahora vienen porque les está sobrando plata, pero cuando les resulte más negocio ponerlos en el sistema financiero o invertir en petróleo, se van a ir”. Opinó que los megaemprendimientos van a los estados que no tienen “políticas muy definidas” y cuentan con recursos naturales, para “aprovecharse de esa circunstancia”, y consideró que “no son parte de un planteo sostenible”.

Finalmente, Agazzi negó que el FA tenga un mensaje contradictorio en materia de políticas de tierra y se refirió a quienes desde el “análisis intelectual” de izquierda reclaman que el gobierno profundice los cambios. “Hay gente que considera que las transformaciones son poco, y capaz que son poco. Pero lo que hay que tener claro es que los cambios en una sociedad dependen de la correlación de fuerzas que tengan las nuevas ideas, no van a ser el producto de lo que a mí me

parezca. Si me parece que es poco, tengo que trabajar para tener un plan y llegar a lograr más cosas”, afirmó.

“El Uruguay progresista está lleno de pequeños cambios que muchos critican porque son nada más que ese poquito, pero entonces haceme un planteo de cómo llegar a cambios más profundos. Porque si no, la crítica de derecha se junta con la crítica de izquierda”, cuestionó.

Natalia Uval

FONTE: Jornal uruguaio “La Diaria”

<http://ladiaria.com.uy/articulo/2013/1/verde-todavia/>